

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**  
**FAMÍLIA E INTERAÇÃO SOCIAL**

**FILHOS/AS DE CASAIS DO MESMO SEXO: COMO**  
**REPRESENTAM A SI MESMOS/AS E A SUAS FAMÍLIAS**

**GILCLÉCIA OLIVEIRA LOURENÇO**

**RECIFE**  
**2013**

**GILCLÉCIA OLIVEIRA LOURENÇO**

**FILHOS/AS DE CASAIS DO MESMO SEXO: COMO  
REPRESENTAM A SI MESMOS/AS E A SUAS FAMÍLIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pela linha de pesquisa Família e Interação Social.

Orientadora: Professora Doutora Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

**RECIFE  
2013**

L892f

Lourenço, Gilclécia Oliveira

Filhos/as de casais do mesmo sexo : como representam a si mesmos/as e a suas famílias / Gilclécia Oliveira Lourenço ; orientador Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas, 2013.  
109, [22] f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Psicologia Clínica, 2013.

1. Psicologia clínica. 2. Sexualidade. 3. Família. 4. Filhos de casais homoafetivos. 5. Companheiros homossexuais - Aspectos psicológicos. I. Título.

CDU 159.922.7

Dedico este trabalho à minha mãe que, mesmo distante fisicamente, se faz presente em cada passo, cada conquista, cada alegria da minha vida; e ao meu marido, Leonardo Maia, pela paciência, compreensão e apoio integral nos momentos de tensão.

## AGRADECIMENTOS

O longo e conturbado exercício de construção de um trabalho acadêmico exige que seu agente assuma, durante o caminho, inúmeras facetas. O universo acadêmico nos transforma em artistas, sensíveis a cada etapa e a cada passo que devemos dar. Sendo assim, os diversos papéis que temos que assumir se misturam, se fundem e se confundem. Transitamos entre os modos de ser aluno/a, autor/a, pesquisador/a, aprendiz, entre outros; resultando em belas e perturbadoras histórias para contar.

Talvez essa mistura de papéis não seja um tempero exclusivo da trajetória de construção de uma dissertação de mestrado, ou de qualquer outro trabalho acadêmico, mas faça parte da mágica e louca aventura que é viver. O caminho percorrido no desenvolvimento de um trabalho dessa categoria nos deixa mais sensível, nos permite contemplar com mais profundidade nossas relações afetivas, nossa postura humana, nossas escolhas, o que nos leva a reconhecer que essa travessia não foi uma ação solitária, mas uma construção coletiva.

Este trabalho é a soma de diversas forças, de apoio, de compreensão e de auxílio. A maneira que disponho para mostrar e retribuir a contribuição de cada um nessa minha caminhada é, simplesmente, agradecer. Deixo claro, no entanto, que as palavras de agradecimento aqui escritas não fazem jus à importância de cada um na minha formação, não só como acadêmica, mas como ser humano.

Às minhas mães, Maria do Socorro (mãe) e Gilcleide (irmã), mulheres guerreiras, responsáveis por quem sou hoje.

Aos meus irmãos e irmãs, sem os quais sou apenas uma parte do todo.

A Leo, pelo sentimento de aconchego e segurança.

A Cristina Amazonas, minha orientadora, pela paciência, disponibilidade, apoio e

pelos sábios ensinamentos sobre a vida.

À professora Cristina Brito, com quem compartilho aprendizado desde a graduação, por ter aceitado tão gentilmente participar da banca avaliadora deste trabalho.

Ao professor Luiz Mello que muito contribuiu, com suas colocações, para o amadurecimento deste estudo.

Agradeço, em especial, aos/as participantes que colaboraram com a construção deste trabalho, acolhendo a proposta e se disponibilizando a compartilhar suas experiências comigo.

Penso em todos e todas que de uma maneira direta ou indireta contribuíram nessa minha trajetória. Aqueles/as que pacientemente perdoaram tantas ausências, aos/as que me questionaram e incitaram reflexões. A todos/as que me motivaram a refletir sobre a temática aqui trabalhada e entendem que a reflexão pode ser o ponto de partida para um processo de mudança social.

*“É hora da travessia. Se não ousarmos fazê-la,  
ficaremos para a eternidade à margem de nós  
mesmos”.*

Ministro Luiz Fux

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>Sexualidade e Família: Uma História em Construção .....</b>	<b>14</b>
1. A sexualidade como um dispositivo histórico .....	16
2. As relações afetivo/sexuais entre pessoas do mesmo sexo e a heteronormatividade .....	25
3. As famílias constituídas a partir da união de pessoas do mesmo sexo .....	33
4. Crianças e adolescentes nesse contexto familiar.....	37
Referências .....	41
<b>Filhos/as de Casais do mesmo Sexo: como estudá-los/as?.....</b>	<b>44</b>
1. Método .....	50
2. Participantes .....	52
3. Instrumento .....	54
4. Procedimento de coleta de dados .....	58
5. Procedimento de análise dos dados .....	61
6. Considerações finais .....	63
Referências .....	65
<b>Filhos/as de Casais do mesmo Sexo: como representam a si mesmos/as e a suas famílias .....</b>	<b>67</b>
1. Metodologia .....	73
2. Os Personagens, suas histórias e estórias .....	75
3. A Família: jogos de desejos .....	79
4. Pais, mães, “mainhas” e tias .....	91
5. Considerações finais .....	99
Referências .....	101
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>104</b>
<b>Referências .....</b>	<b>104</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>111</b>
Anexo A - I Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	112
Anexo B - II Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	114
Anexo C – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa .....	116
Anexo D - Alguns dos Desenhos-Estórias constituintes do <i>corpus</i> .....	117
Anexo E – Imagens utilizadas no álbum de fotografias .....	123

## INTRODUÇÃO

“(...) para que a gente aprenda a enxergar com um olhar de criança, ou seja, um olhar que está subvertendo a ordem...”

(Kramer, 1997, p.78).

Ao escolher iniciar uma jornada pelos estudos de sexualidade, gênero e família, nos deparamos com o caminho da desconstrução e construção. Desconstrução e construção porque, a princípio, temos que nos desfazer do nosso modo inicial de pensar e lançar mão de um novo olhar sobre o mundo, sobre o social, sobre as relações humanas. Posteriormente, descobrimos que não há como voltar atrás, que junto com a nova maneira de pensar, adquirimos um outro modo de nos colocar no mundo, uma nova maneira de contemplar a vida. Esta dissertação se caracteriza como resultante da trajetória descrita acima, seu desenvolvimento não originou apenas os dados colhidos e aqui analisados, mas uma rica experiência de crescimento pessoal.

Os estudos sobre sexualidade e gênero chamam a atenção porque até o momento em que paramos para ler e refletir sobre essa temática, tudo parece ser tão natural, o sexo e a sexualidade se fundem como manifestações óbvias da existência humana. Essa posição ingênua e naturalizante, que muitas vezes assumimos, serve à manutenção social de maneira perigosa, pois à medida que naturalizamos qualquer atitude humana (ou mesmo animal), dispensamos argumentações, ou melhor, a natureza essencialista torna-se nosso único argumento e se basta como por si só.

No entanto, quando iniciamos uma jornada reflexiva sobre essas temáticas, o gênero, a sexualidade e suas inúmeras vicissitudes se mostram como um universo rico, complexo, fascinante e cheio de possibilidades. Só então começamos a pensar sobre os perigos das naturalizações, dos essencialismos. Pensar a sexualidade como uma construção sócio-histórica nos direciona para as suas inúmeras consequências na maneira de

organização social. A partir do momento em que entendemos a sexualidade humana como um instrumento de uso de poder sobre os corpos, nos questionamos sobre o seu uso nas mais diversas instâncias sociais, sobretudo na instituição familiar.

As relações afetivo/sexuais entre pessoas do mesmo sexo ainda são atravessadas por preconceitos e o não reconhecimento de direitos, sobretudo quando se trata da formação de uma família. Esta dissertação de mestrado é um estudo sobre as famílias cujo casal parental é constituído por duas pessoas do mesmo sexo. Mais, especificamente, sobre as representações que os/as filhos/as desses casais fazem sobre si mesmos/as e sobre as suas famílias.

Partimos do princípio de que a família é um fenómeno histórico e sociocultural e que sua dinâmica varia de acordo com as particularidades temporais e espaciais. Neste trabalho, propomos realizar um estudo sobre esse modelo familiar a partir da representação das crianças e adolescentes envolvidos nesses contextos. Nesse sentido, foram valorizadas as experiências, falas e colocações das crianças/adolescente.

Os estudos sobre família geralmente tomam como *corpus* de pesquisa a experiência dos adultos, valorizando a parentalidade e a conjugalidade a partir da perspectiva do casal parental. No entanto, entendemos as crianças, filhos/as destes casais, como produtoras de sentido, extremamente capazes de dar significado à sua existência e a seu universo infanto-juvenil. Sendo assim, sentimos que falta nas produções científicas um olhar especial para esse público, produções que valorizem a perspectiva da criança e do/da adolescente sobre seu próprio contexto familiar.

Dessa maneira, priorizamos a fala das crianças e adolescentes, filhos/as de dois homens ou de duas mulheres, com o objetivo de contribuir para as reflexões sobre esse tipo de configuração familiar, cada vez mais evidente em nossa sociedade, embora só recentemente a busca por seu reconhecimento legal e social tenha se iniciado. Acreditamos

que os resultados aqui apresentados são de fundamental importância nos debates pela legitimidade dessas uniões e, sobretudo, desses laços familiares.

Vale ressaltar que fizemos a opção teórico-metodológica de não utilizar na nossa escrita o uso do gênero masculino como universal, pois consideramos que ao reafirmar esta norma gramatical, estamos contribuindo com a reiteração de um sistema patriarcal de superioridade masculina. Sendo assim, após o uso de adjetivos e substantivos masculinos referente a generalizações, utilizamos a variação feminina como maneira de marcar nosso posicionamento político diante dessas questões.

Não queremos, porém, com isso, significar que as subjetividades se esgotem nessas duas possibilidades, nem que pessoas se fixem necessariamente em uma delas. Acreditamos que há mais circulação nos lugares assumidos pelas subjetividades do que se pode imaginar. Assim, este trabalho foi organizado em três artigos, sendo o primeiro teórico, o segundo metodológico e o terceiro, a discussão dos resultados alcançados.

No primeiro artigo, fazemos uma exposição teórica sobre a maneira como a sexualidade e as práticas sexuais foram percebidas ao longo da história da humanidade, com o objetivo de entender a sexualidade como um dispositivo histórico, passível de transformações socioculturais e temporais. Esta contextualização histórica foi necessária para que pudéssemos ter uma maior compreensão sobre o lugar social que as famílias constituídas a partir da união de duas pessoas do mesmo sexo ocupam. Também, neste artigo, discorreremos sobre as mudanças e as resistências à legitimação dessas configurações familiares.

No segundo artigo, explanamos sobre nossas opções teórico-metodológicas e apresentamos o método utilizado para a obtenção e análise de dados. Discorreremos sobre os instrumentos utilizados e refletimos sobre sua adequação ao *corpus* do estudo. Também falamos um pouco sobre nossos participantes e a importância de fazer uso de um método

apropriado à proposta de estudo, que atenda às peculiaridades do universo infanto-juvenil dos colaboradores.

Por fim, apresentamos os resultados colhidos e promovemos uma discussão articulada com a metodologia utilizada, refletindo sobre a heteronormatividade, mas tendo como embasamento as especificidades contextuais de cada participante.

Antes de concluirmos esta simples apresentação do estudo realizado, vale enfatizar que a riqueza do material colhido não nos permitiu abordar todos os pontos relevantes de discussão. Ao nos deparar com a complexidade dos dados colhidos, tivemos que promover uma escolha daquilo que nos chamou mais atenção, que a nosso olhar se mostrou mais relevante. É importante ressaltar, também, que toda e qualquer investigação é impregnada pelo viés do/a pesquisador/a. Escolhas dizem muito sobre aqueles/as que escolhem.

O/A pesquisador/a está sempre implicado/a, não apenas na seleção do material, como também na sua interpretação. Focamos apenas nos desenhos, histórias e falas que nos pareceram mais significativos para o atendimento dos objetivos deste estudo. Esta não foi uma tarefa fácil, mediante as especificidades de cada participante. Para fazer justiça, cada participante merecia um estudo de caso particular e exclusivo, mas, infelizmente, não era esta nossa proposta inicial, e não havia tempo suficiente para tal. Salientamos que qualquer que fosse a escolha feita, haveria perdas e ganhos.

Sendo assim, esperamos que este trabalho contribua para uma melhor compreensão da dinâmica familiar e da socialização de crianças por casais de pessoas do mesmo sexo.

## **SEXUALIDADE E FAMÍLIA: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO**

Gilclécia Oliveira Lourenço<sup>1</sup> – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas<sup>2</sup> – Professora Doutora do Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco

---

<sup>1</sup> Rua Visconde de Itaboraí, 692, Cordeiro, Recife, PE. CEP: 50721-370. Telefone: 9969.9616. E-mail: [gilcleciaoliveira@yahoo.com.br](mailto:gilcleciaoliveira@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Estrada do Encanamento, 608, apto. 1303, Casa Forte, Recife, PE. CEP: 52070-000. Telefone: 8876.6130. E-mail: [crisamaz@gmail.com](mailto:crisamaz@gmail.com)

## RESUMO

A sexualidade entre pessoas do mesmo sexo tem sido um tema bastante discutido ao longo do tempo, ligado intrinsecamente à própria história da humanidade. A temática carrega uma marca social, cultural e política muito forte, sendo este tipo de relação ainda atravessado por preconceitos e o não reconhecimento de direitos, sobretudo quando se trata da formação de uma família. Diante disso, objetivamos neste trabalho realizar uma revisão de literatura sobre essa temática e refletir sobre essas relações, enfocando os avanços conquistados na luta de igualdade de direitos e suas implicações sociais. Inicialmente, discorreremos sobre o conceito de sexualidade como um dispositivo histórico, algo que não se limita aos corpos, mas que é, simultaneamente, perpassado e construído através de práticas discursivas. Posteriormente, abordamos a questão do surgimento do sujeito homossexual como consequência da psiquiatrização da sexualidade. Por fim, abordamos a heteronormatividade para pensar sobre o conceito de família, enfocando as famílias cujo casal parental é constituído por pessoas do mesmo sexo.

**Palavras-chave:** Sexualidade; heteronormatividade; família.

## ABSTRACT

Sexuality between same sex people has been a theme for discussion along time, linked to very history of mankind. Such subject has a strong social, cultural and political mark. This kind of relationship is still crossed by prejudice and denial of rights, especially when it comes to forming a family. Face to that, this text aims to carry through a literature review in order to reflect about such relationships, focusing on advances conquered in the struggle for equal rights and its social implications. At first, the concept of sexuality as a historical device is discussed as something not only regarding the bodies, but simultaneously as something built and permeated by discursive practices. Afterwards, the homosexual subject emergence is approached as a consequence of the psychiatrization of sexuality. At last, heteronormativity is brought to the discussion to think about the concept of family, with a highlight on families in which the parental couple is constituted by same sex people.

**Keywords:** Sexuality; heteronormativity; family.

## RESUMEN

La sexualidad entre personas del mismo sexo ha sido un tema muy debatido al largo del tiempo, con relaciones intrínsecas a la propia historia de la humanidad. Esa temática tiene una marca social, cultural e política muy fuerte. Ese tipo de relación todavía es cargada por prejuicios y no reconocimiento de derechos, sobre todo cuando se trata de la constitución de una familia. Así, nuestro objetivo es realizar una revisión de la literatura respecto esa temática y reflexionar sobre esas relaciones, enfocando los avances conquistados en la lucha por la igualdad de derechos y sus implicaciones sociales. De inicio, hablaremos sobre el concepto de sexualidad como uno dispositivo histórico, que no se limita a los cuerpos, pero que es, al mismo tiempo, atravesado y construido a través de prácticas discursivas. Posteriormente, abordamos la cuestión del apareamiento del sujeto homosexual como consecuencia de los estudios psiquiátricos sobre la sexualidad. Por ende, abordamos la heteronormatividad para pensar sobre el concepto de familia, enfocando las familias cuya pareja de padres/madres sea constituida por personas del mismo sexo.

**Palabras-clave:** Sexualidad; heteronormatividad; familia.

## **1. A sexualidade como um dispositivo histórico**

A sexualidade é uma dimensão social que permeia a organização das mais diversas civilizações e atravessa diferentes manifestações culturais ao longo da história.

Segundo Foucault (2007, p.98):

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.

Ao analisar as diversas maneiras de lidar com a sexualidade ao longo da história da humanidade, podemos notar o seu potencial de transformação, o que nos leva a reconhecê-la como algo historicamente construído. Refletir sobre o peso simbólico e cultural que a temática da sexualidade carrega é fundamental para entendermos a maneira como a sociedade atual está organizada, sobretudo no que concerne à construção das relações afetivo/sexuais existentes entre pessoas do mesmo sexo e à maneira como a instituição familiar é entendida e legitimada.

É importante colocar que embora muitas vezes utilizados como sinônimos, sexo, práticas sexuais e sexualidade são conceitos bem distintos que possuem especificidades bastante significativas, que devem ser consideradas. A primeira terminologia refere-se à diferenciação biológica baseada nos órgãos genitais (macho/fêmea). As práticas sexuais, por sua vez, dizem respeito ao conjunto variável de práticas que têm por objetivo a estimulação sexual. Por fim, o conceito de sexualidade tem a ver com uma rede complexa de práticas discursivas, um “dispositivo histórico” (Foucault, 2007), que não se limita aos corpos, mas que abrange diversos aspectos sociais. Ao longo deste trabalho, discutiremos mais profundamente a ideia da sexualidade como um dispositivo histórico.

Interessante perceber que a utilização desses conceitos muitas vezes promove uma

naturalização da temática, como se, de modo geral, essa dimensão humana (ou social) fosse algo simplesmente dado pela natureza. Esse posicionamento perante a sexualidade não é algo que ocorre ingenuamente, sem propósito, pois ao aceitarmos a ideia da sexualidade como algo natural, deixamos de questionar sua dimensão social, política e de caráter construído (Louro, 2000) e, conseqüentemente, não argumentamos sobre a maneira como a sociedade se organiza e se coloca diante de situações que trazem esse assunto como pano de fundo.

Nesse sentido, falando sobre a construção histórica da dimensão da sexualidade, podemos perceber que nada é natural. Um exemplo muito claro disto é que a própria diferenciação sexual entre homem e mulher foi uma construção social que transitou do isomorfismo do modelo do sexo único à invenção do modelo dos dois sexos.

Segundo Laqueur (2001), o modelo do sexo único, inspirado na filosofia neoplatônica de Galeno no século II d.C., concebia os sexos segundo uma hierarquia regulada pelo modelo masculino. Esta teoria foi justificada pela suposta ausência de uma força, denominada calor vital, que impedia a mulher de desenvolver seus órgãos externamente. Dizia-se que esta tinha a posse de todo o aparato sexual de um homem, só que internamente. Com o surgimento da Biologia, apenas o corpo masculino era estudado, a lógica desse modo de pensar instituía que por se tratar de um homem defeituoso, mal desenvolvido, não haveria necessidade de se estudar o corpo feminino.

Desenhos da anatomia humana da mulher sofriam sérias distorções na caracterização dos órgãos reprodutores, com o intuito de justificar essa teoria. Não existiam termos específicos para se definir as características genitais da mulher. Este modelo se manteve por muito tempo e atendia a uma sociedade machista, em que a mulher deveria ser frágil e inferior. Partindo desse pensamento, podemos entender a diferenciação promovida entre sexo e gênero, já que socialmente existia apenas um sexo, o masculino, e

dois gêneros, o homem e a mulher (Cavalcanti, 2009).

Com a propagação do modelo Cartesiano, a partir da metade do século XVI, várias mudanças ideológicas começaram a acontecer. Esta nova forma de pensar colocava a racionalidade como o melhor meio para se chegar à verdade absoluta. Instaurava a ideia de que homens e mulheres eram dotados da mesma razão e que as únicas diferenças entre os sexos seriam os órgãos reprodutores. A partir daí, as mudanças que propiciaram a instauração do *two-sex model* (modelo dos dois sexos) começaram a ser propagadas, mesmo que de forma gradativa, sendo este modelo consolidado alguns séculos depois (Laqueur, 2001).

Apesar das sérias mudanças provocadas pelo modelo Cartesiano, só no século XVIII foi que o lugar da mulher na sociedade começou a ser repensado. O modelo dos dois sexos foi inventado e os órgãos genitais femininos, que até então tinham os mesmos nomes dos masculinos, ganharam denominações específicas (Costa, 1995). Mas, obviamente, essas mudanças também atendiam a valores sociais dentro de um contexto histórico. As mudanças econômicas já apontavam para a revolução industrial e as mulheres começaram a ser recrutadas para o mercado de trabalho. Estas alterações sociais exigiam uma reorganização na forma de pensar sobre o lugar social que a mulher ocupava na época.

Para Néri (2005), esse momento de consolidação do modelo de dois sexos pode ser analisado por diferentes olhares: filosoficamente, significa a transição da metafísica para o iluminismo; sob o ponto de vista político, ele representa o marco da Revolução Francesa; e, economicamente, está ligado ao nascimento do capitalismo e da família burguesa. Os dois sexos foram inventados com um registro puramente biológico, em que as “essências” do que era ser masculino e feminino estavam inscritas na sua anatomia (Birman, 2001).

A partir disso, o sexo passou a ter a função que o gênero exercia no modelo do sexo único: estabelecer lugares sociais, padronizar comportamentos e modos de ser. Apesar de a

diferenciação entre sexo e gênero representar um avanço no reconhecimento das particularidades anatômicas de cada corpo e a influência social na construção performática de modo de ser masculino e feminino não ter sido o suficiente para emancipar os corpos do determinismo naturalista.

A expectativa social, ainda hoje, é que ambos, sexo e gênero, se relacionem em sintonia, de maneira linear e previsível: a um pênis correspondem, necessariamente, um sexo e um gênero masculino, enquanto que uma vagina significa uma mulher tomada pela feminilidade que lhe é natural, segundo essa forma de pensar. Nesta perspectiva, no momento em que classificamos um bebê como “é menino” ou “é menina,” estamos lhe atribuindo padrões, regras, normas e valores culturais determinados para seus corpos. Suas características anatômicas passam, então, a ser marcas de poder (Louro, 2004).

O poder deve ser entendido como um jogo de forças, estabelecido em todas as relações. Assim, não há apenas um mantenedor das verdades sobre a sexualidade ou dos conceitos sobre a família, mas uma dinâmica luta de confronto e resistências, cujos resultados são diversos (Foucault, 2007).

Butler (2001) afirma que a diferenciação sexual é, simultaneamente, marcada e formada por práticas discursivas. O sexo não é algo que se limita ao corpo, mas o produto de processos regulatórios através de normas forçadas e constantemente reiteradas. Não basta apenas dizermos “é menina” ou “é menino,” pois para cada uma dessas afirmações existem diversas atribuições de sentido que vão se fazendo e refazendo constantemente, com o objetivo de enquadrar o corpo à norma. No entanto, esse enquadramento nunca acontece por inteiro, “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas” (p.154). A própria necessidade de reiteração constante dessas regras sociais atesta para a não conformidade do corpo.

Diante do que foi exposto, podemos perceber que a diferenciação dos sexos

homem/mulher e a dicotomia entre os gêneros masculino/feminino surgiram como resposta às transformações sociopolíticas de épocas específicas da história humana. A transição do modelo isomorfo dos sexos para o *two-sex model* deixa claro que essa passagem não se limita apenas aos aspectos biológicos, mas compreende a sexualidade como uma dimensão social, que abrange inúmeras e complexas discussões históricas, culturais e religiosas.

Essas mudanças foram, simultaneamente, causa e consequência das transformações sobre a maneira de lidar com a sexualidade e suas manifestações. Fica claro que não foi só a ciência, nem apenas as novas descobertas que promoveram essas mudanças de pensamento, mas as alterações sociais e políticas que ditam os discursos sobre a sexualidade.

Vale salientar que o discurso aqui é entendido como uma prática, um conjunto de regras anônimas, mutáveis, algo em constante construção que traz consigo uma marca histórica, temporal e espacial. Em toda a sociedade, a produção do discurso é simultaneamente controlada, escolhida e “redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1996, p.8-9).

As práticas discursivas produzem verdades inquestionáveis que acarretam a manutenção de um constante jogo de poder. Um poder não centralizado, que não se mantém com imposição ou dominação, mas um poder que emana de todas as direções, de todas as partes, em todas as relações (Foucault, 2007).

Como podemos perceber, a sexualidade está intimamente ligada aos valores morais e políticos de uma sociedade. Na época medieval, por exemplo, os patriarcas tinham que garantir a legitimidade dos seus/suas filhos/as, pois herdariam os bens da família, o que resultou em todo um aparato social, cultural e religioso de controle da sexualidade das

mulheres, tornando-as submissas e as limitando ao espaço doméstico. A inferioridade feminina com relação ao homem era evidenciada desde o ritual matrimonial, em que a noiva é conduzida pelo pai até o altar onde será entregue a um sacerdote, que, por sua vez, fazendo uso da sua autoridade religiosa, a entrega ao seu marido.

A figura masculina representava autoridade e colocava a mulher em uma posição passiva e sem autonomia. A repressão da figura feminina também se justificava pela simbologia que ela carregava. No discurso religioso, a mulher representava um manancial de pecado e, portanto, deveria ser disciplinada e punida. Para Richards (1993), as teorias sobre o lugar que ela ocupa na sociedade, desenvolvidas pelos religiosos, a traziam como um ser inferior e pecador. Sua inferioridade foi justificada pela ideia de que havia sido criada a partir de uma costela de Adão. Já a mulher, como um instrumento do Diabo, fundamenta-se na ideia de ela ser herdeira de Eva, que sucumbiu à serpente, descobriu o deleite do prazer carnal e fez com que Adão fosse expulso do paraíso, tornando-se, assim, a fonte do Pecado Original.

Com as mudanças sócio-históricas que acometeram a sociedade desde a Idade Moderna, a ótica da religiosidade deixou de ser suficiente para definir e manipular o fenômeno da sexualidade humana. Assim, ela foi submetida a outro olhar, o da ciência. A esta ciência, que pretendia iluminar essa dimensão do ser humano, Foucault (2007) denominou de *Scientia Sexualis*.

O autor argumenta que a partir dos séculos XVI e XVII, a sociedade testemunhou uma proliferação de discursos sobre o sexo que pretendia defini-lo, objetivá-lo. Ele enfatiza a construção social de um discurso sobre a sexualidade que vai além da repressão; a sociedade cria a ideia de domínio sobre a sexualidade, implantando o que é verdade sobre ela. Esta concepção vai de encontro ao que foi convencionalizado (e reforçado, sobretudo, pela Psicanálise) de que a sexualidade, até o século XIX, foi reprimida, negada,

ocultada.

As falas sobre uma possível repressão sexual, que acometeu a sociedade juntamente com o advento do capitalismo, são recorrentes. Fala-se sobre um conjunto de práticas e ideias que surgem com o objetivo de intervir e censurar a sexualidade, determinando o que seria permitido e o que seria proibido. Apoiando-se em certas circunstâncias históricas, a ideia de repressão sexual é bastante forte na contemporaneidade.

De fato, como já foi exposto, o exercício da sexualidade obedece a regras que são estabelecidas culturalmente de acordo com o momento histórico vivido. Ao fazer um recorte do século XVII, percebemos que a sexualidade era exercida com mais liberdade, os corpos eram mostrados com menos pudor e as crianças vagavam sem incômodos por entre os adultos.

No decorrer dos anos, na chamada era vitoriana, a sexualidade foi declarada desagradável, tendo apenas valor utilitário; o prazer dos corpos era negado. Tendo essa linha de acontecimentos históricos como exemplo e sem fazer uma reflexão mais profunda sobre as organizações sociais vigentes, podemos sim pensar em uma repressão sexual que surge para abafar a sexualidade, reduzi-la e condená-la ao silêncio.

No entanto, Foucault (2007) contrapõe-se a essa concepção de sexo reprimido no sentido de questionar a atitude da sociedade diante da sexualidade. Essa ideia de repressão que diz sobre um silêncio imposto à sexualidade se ancora em uma concepção de coerção, proibição, imposição da negação à dimensão sexual. Para o filósofo, a sociedade não visa proibir, mas, pelo contrário, incentiva e põe em prática uma multiplicidade de discursos sobre o sexo. Assim, a repressão sexual não se daria pela censura, pela proibição ou pelos interditos, mas pela reprodução de um suposto saber sobre a sexualidade.

A hipótese repressiva, como Foucault denomina, engana-se, pois ao invés de sofrer

restrição, o sexo em discurso submeteu-se a uma crescente incitação. O sexo não é calado, mas confessado, teorizado, objetivado. Longe de ser reduzido ao silêncio, ele assume o poder confessional que se estende desde as pastorais cristãs aos consultórios psicanalíticos. Criam-se verdades, lugares e saberes sobre o sexo.

É válido ressaltar que a verdade colocada para Foucault (2007) não é sinônimo de descobertas científicas, mas algo que é legitimado por uma estrutura de poder, um conjunto de ações reguladas pela produção e circulação de discursos. A verdade está íntima e circularmente ligada a mecanismos e efeitos de poder que a produz e a reproduz, ao mesmo tempo em que são produzidos e reproduzidos. Não é que o autor negue a existência da repressão sexual, mas reflete sobre a ideia de repressão atender e reiterar práticas discursivas que visam manter o controle e exercer poder sobre o sexo.

Para o autor citado acima, a partir do século XVIII surgem quatro grandes conjuntos estratégicos de saber e poder sobre o sexo. Apesar de não nascer simultaneamente, tiveram coerência e alcançaram certa eficácia no controle da sexualidade. São eles: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo das crianças, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso.

A primeira estratégia fala sobre a saturação de sexualidade no corpo da mulher. O corpo feminino, estudado por profissionais do campo da Medicina, foi percebido como portador de uma patologia intrínseca que o colocava em relação direta com o campo social, familiar e com a vida das crianças. Neste sentido, a sexualidade da mulher cumpria apenas o papel reprodutor e ela tinha uma obrigação biológica e moral de garantir os cuidados com sua prole.

No dispositivo de pedagogização do sexo das crianças, elas passaram a ser vistas como indivíduos dotados de um potencial sexual que deveria ser educado. Os/As infantes eram constantemente vigiados/as e repreendidos/as pelos/as pais/mães, professores/as,

médicos/as, entre outros. Um exemplo disso são os diversos mitos difundidos com o objetivo de coibir a masturbação.

O terceiro dispositivo referia-se à socialização dos atos de procriação. Este foi composto por três tipos: a socialização econômica, que atuava através do estímulo à moderação da fecundidade dos casais e por meio de medidas sociais e fiscais sobre a procriação; a socialização política, que responsabilizava os casais pela estrutura social; e a socialização médica, que se dava pelo estudo das práticas de controle de nascimento.

Por último, temos a psiquiatrização do prazer perverso, que objetivava a normalização das práticas sexuais e patologizava qualquer desvio à norma, o que representou todo um aparato científico para promover a correção das anomalias sexuais existentes. Assim, durante o século XIX, a crescente preocupação com a sexualidade faz com que o saber se sustente sobre quatro figuras: a mulher histérica, a criança que se masturba, o casal malthusiano<sup>3</sup> e o adulto perverso. Estas estratégias e seus respectivos objetos de estudo criam a ideia de um suposto saber sobre o sexo, objetivando discorrer e manter o controle sobre a sexualidade das crianças, das mulheres e dos homens.

Refletindo sobre o que foi exposto, temos que reconhecer a sexualidade como algo em constante produção e reiteração, questionando a naturalidade que cotidianamente lhe é atribuída. Segundo Foucault (2007), a sexualidade é como podemos denominar um dispositivo histórico que correlaciona, segundo algumas estratégias de saber e poder, a estimulação dos corpos, os prazeres, a estimulação ao discurso, a formação dos conhecimentos, a reiteração de controles e resistências.

Percebermos a sexualidade como um dispositivo histórico, leva-nos a admitir o seu aspecto performático e passível de transformação. A performatividade, neste caso, não

---

<sup>3</sup> Esse conceito tem origem na teoria do controle do aumento populacional de Malthus, economista britânico que viveu entre os séculos XVIII e XIX, para prevenir o desequilíbrio entre o crescimento econômico e o demográfico. O economista propôs uma avaliação sobre os custos do casamento e controle da natalidade. Surge, assim, o modelo de união conjugal *malthusiano* que tem como princípio o afeto, a amizade e o companheirismo entre os cônjuges: a procriação não é o objetivo principal do casamento (Araújo, 2002).

deve ser tomada como uma ação isolada, singular ou determinada, mas como uma prática que se constrói e se repete, pela qual o discurso produz os efeitos dos quais fala (Butler, 2001).

Refletir sobre a construção da sexualidade enquanto dispositivo histórico é de fundamental importância para entendermos a posição que a sociedade atual assume diante das relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, bem como os percalços e as resistências na luta pela legitimidade dessas relações e no reconhecimento legal das suas configurações familiares, além das repercussões sobre a constituição das subjetividades de crianças que vivem nesses modelos de família.

## **2. As relações afetivo/sexuais entre pessoas do mesmo sexo e a heteronormatividade**

No que diz respeito ao relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, a forma como manifestam seu afeto funciona como uma ameaça aos modelos hierárquicos já definidos, que consagram o casal hetero como o normal e a sexualidade com a finalidade reprodutiva. Promover uma reflexão um pouco mais profunda sobre as relações afetivo/sexuais entre pessoas do mesmo sexo ao longo da história da humanidade nos permite observar as suas vicissitudes e nos ajuda a ter uma compreensão mais nítida sobre o lugar que elas ocupam na sociedade contemporânea.

No entanto, antes de iniciarmos uma reflexão sobre esta temática, é de fundamental importância promover uma distinção entre práticas sexuais e orientação sexual. As práticas sexuais, como exposto anteriormente, se caracterizam como as inúmeras possibilidades de exercícios de estimulação sexual e podem ser tidas como as mais diversas possíveis. A orientação sexual, por sua vez, está relacionada ao desejo, à atração física, sexual e afetiva por outra pessoa que pode, ou não, ser do mesmo sexo. Apesar de estes dois conceitos não manterem uma relação linear entre si, por diversas vezes são utilizados como

subordinados.

Embora reconheçamos que as relações afetivo/sexuais entre pessoas do mesmo sexo não se limitam às práticas sexuais exercidas por elas, narrar rapidamente a história da diferenciação dos sujeitos pelas suas práticas sexuais pode facilitar a compreensão da formação dos estigmas e preconceitos que envolvem as pessoas homorientadas,<sup>4</sup> e os argumentos até hoje utilizados para lhes negar o direito à constituição familiar.

Outro aspecto relevante que deve ser colocado é que, apesar de essas pessoas serem anatomicamente classificadas como homens e mulheres, as práticas sexuais e a sexualidade destas últimas não foram consideradas durante muito tempo como significativas, sendo praticamente esquecidas pela literatura. As mulheres, como colocado anteriormente, por diversas vezes na história e através dos mais variados mecanismos de poder tiveram sua sexualidade e suas práticas sexuais domesticadas, abafadas, retidas e, porque não dizer, negadas.

Assim, a história contempla, principalmente, as práticas sexuais consideradas “desviantes” quando adotadas por dois homens. As nomenclaturas utilizadas para se referir a essas relações evidenciam ainda com mais clareza este fato. O exemplo disso é o termo sodomia, usado para conceituar a prática da relação sexual anal que teve origem no ocidente e foi difundido através da Bíblia. O livro narra a história da cidade de Sodoma que foi condenada por Deus por ser o coito anal uma prática comum entre homens e entre homens e mulheres. Assim, a sodomia sob o olhar religioso passou a ser concebida socialmente como um ato pecaminoso.

Segundo Lomando (2008), o termo sodomia era específico para os homens que adotavam essa prática, mas não era usado para se referir a práticas sexuais entre as mulheres, pois se considerava que elas não possuíam uma estrutura sexual que

---

<sup>4</sup> Chamamos de pessoas homorientadas aquelas cuja orientação sexual é voltada para outras do mesmo sexo. Neste sentido, consideramos não só o aspecto da sexualidade, mas a atração amorosa, erótica e afetiva.

possibilitasse a penetração. Desta forma, não poderiam sentir prazer. Era inconcebível que duas mulheres pudessem ter prazer sexual entre si. Assim, não existia pecado nesse ato.

Contraditoriamente, em outros países como a Grécia, China, Japão e muitas tribos indígenas, a prática sexual entre dois homens caracterizava-se como uma manifestação cultural, podendo simbolizar poder e conhecimento. A hierarquia na sexualidade era exercida pela posição ativa na penetração por aquele que fosse mais velho, poderoso, experiente e sábio, tanto sexualmente quanto intelectualmente; tendo que transmitir seus conhecimentos ao mais jovem e inexperiente que assumia a posição passiva, deixando-se ser penetrado. Assim, se as normas sociais fossem seguidas, o relacionamento seria um ato de nobreza (Leite, 2010).

De uma maneira repressora, cultural e histórica, as relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo estão relacionadas a mecanismos de exercício de poder. Se na perspectiva religiosa, a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo é vista como pecado, na ótica do Estado já foi tida como um crime. Contemporaneamente, ainda existem países que criminalizam, condenam e punem essas práticas. No Irã, Mauritânia, Arábia Saudita, Sudão e Iêmen e em algumas partes da Nigéria e da Somália, por exemplo, a sodomia é penalizada com a morte.

O que podemos perceber é que a maioria dos termos utilizados para descrever a prática sexual entre indivíduos do mesmo sexo refere-se apenas à relação sexual e afetiva entre homens, deixando de abranger as peculiaridades das relações mantidas entre duas mulheres. Este fato pode ser compreendido se levarmos em consideração a própria marginalização social histórica da mulher. Ainda hoje, em muitas partes do mundo, a sexualidade feminina é considerada praticamente inexistente, ou é controlada tão intensamente que se torna dispensável pensar ou criminalizar uma relação lésbica (Mello, 1999).

Interessante notar que essas especificidades na construção histórica das práticas sexuais exercidas nas relações entre dois homens e/ou duas mulheres refletem nos acontecimentos sociais da atualidade: as carícias afetivas e sexuais manifestadas por um casal de homens são estereotipadas como perigosas, desagradáveis e criminosas; enquanto que, entre duas mulheres são “menos repugnantes”, “mais inocentes”, “mais permissíveis”, chegando até a ser consideradas excitantes para alguns homens.

Podemos perceber essa diferença entre casais de homens e de mulheres ao nos lembrar dos diversos casos de homofobia que nos bombardeiam diariamente nos mais diferentes meios de comunicação, em que a maioria das vítimas, não coincidentemente, é homem. Outro fato que chama a atenção é que em uma sociedade machista, na qual a mulher é retratada como um objeto, enquanto homens são vítimas de homofobia, relações sexuais entre duas mulheres são revestidas de erotismo, desde que elas não manifestem o desejo de ter sua relação afetiva legitimada.

Ainda sobre as terminologias, o termo homossexualidade promoveu um avanço no sentido de abranger as práticas afetivo/sexuais entre pessoas do mesmo sexo, seja homens ou mulheres. Este termo surgiu no momento em que a sexualidade, após ser submetida aos dogmas religiosos e à vigilância do Estado, torna-se objeto de estudo das ciências médicas. No entanto, essas relações afetivo/sexuais não deixam de ser um pecado, mas ganham uma nova definição: a de um sintoma característico de um sujeito que, além de pecador, é doente mental.

A homossexualidade surge para atender ao modelo psiquiátrico, categorizando homens e mulheres que têm seu afeto e sua sexualidade direcionados para pessoas do mesmo sexo. Neste caso, a relação afetivo/sexual “homo” passou a ser sintoma de uma orientação patológica. Após ultrapassar os territórios do pecado e do crime aterrissa no terreno da doença.

O modelo psiquiátrico cria uma versão natural e sã para definir a sexualidade e, sobretudo, as práticas sexuais. Os fenômenos que não atendem a esse padrão são caracterizados como perversão. A pedofilia, necrofilia, masturbação, homossexualidade, entre outros, passam a ocupar o mesmo patamar de ato pervertido.

No início do século XX, Freud e Ferenczi se opõem a qualquer manifestação discriminatória, patologizante e criminalista sobre a homossexualidade. Segundo Negreiros (2004), a Psicanálise promove um salto qualitativo no momento em que possibilita a diferenciação entre sexualidade e sexo, em que a sexualidade estaria muito mais relacionada com uma energia ou capacidade de se ligar a uma pessoa do que a “sensações prazerosas através dos órgãos genitais” (p.78). No entanto, a Psicanálise ainda considerava o homossexualismo uma suspensão do desenvolvimento normal (Lomando, 2008). O sujeito homossexual continua sendo o a-normal.

Esta tríade Pecado-Crime-Doença dá origem ao sujeito homossexual definido com conceitos previamente estabelecidos. Promove-se a objetivação de um fenômeno extremamente complexo. Carrega-o de uma subjetividade-objeto associada a moralismos e dogmas. O sujeito é descaracterizado para que se possa garantir a ordem de uma sociedade padronizante e repressora. "Desumaniza o sujeito e joga-o num 'esgoto social' para garantir a produção de uma subjetividade condizente com as diretrizes de poder predominante" (Lomando, 2008, p.25). Estes conceitos são perpetuados e repetidos e toma-se como verdade absoluta que a homossexualidade é uma patologia mental/psicológica.

Depois de muito tempo, algumas mudanças ocorreram e as relações afetivo/sexuais entre pessoas do mesmo sexo foram repensadas. Após mais de um século como um sintoma, começa-se um movimento de re-significação das relações entre pessoas homorientadas, uma desconstrução dos valores pejorativos e estigmatizantes. Em 1973, a homossexualidade é retirada da lista de doenças mentais pela Associação Americana de

Psiquiatria.

Já no Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Medicina afirma que casos relacionados à sexualidade seriam enquadrados como Outras Circunstâncias Psicossociais, podendo ser avaliados como um comportamento patológico ou não. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia se posiciona, descrevendo normas na atuação do psicólogo diante de casos de orientação sexual (Lomando, 2008).

O termo homossexualismo, muito difundido até então, começa a ser alvo de críticas, por seu sufixo *ismo* indicar doença, enfermidade. Ao longo da história ocidental, este termo foi carregado de conotações pejorativas, o que levou os/as pesquisadores/as a uma busca por outros termos “não-contaminados”: “homoerótico,” “homofilia,” “união homoafetiva,” entre outros, que objetivam amenizar o peso discursivo que a expressão “homossexualidade” contém (Martos & Vidal, 1998).

A terminologia homoerotismo, por exemplo, é um termo proposto pelo psicanalista Jurandir Freire Costa, com o intuito de livrar a carga de preconceito que a palavra homossexualidade carrega, além de não fazer alusão a nenhuma doença, perversão ou desvio. Para ele, a denominação “homoerotismo” é mais flexível e “descreve melhor a pluralidade das práticas ou desejos dos homens *same-sex oriented*” (Costa, 1992, p. 21).

Tendo como base essa mesma desconstrução de termos carregados de preconceito, foi criado o termo homoafetividade, com o objetivo de deixar em evidência os elos afetivos, as relações duradouras, as experiências compartilhadas e a existência de direitos, apesar da inexistência de leis que tratem dessas uniões. “Muda-se o sufixo sexual para afetividade, como dispositivo possibilitador de reflexão social” (Lomando, 2008, p.30). No entanto, podemos pensar que ele também não escapa a críticas, pois, ao excluir a sexualidade da terminologia adotada, poderíamos estar apelando para uma espécie de higienização das relações entre parceiros/as do mesmo sexo.

É importante salientar que esse movimento de repensar as práticas e orientações sexuais não ocorre uniformemente no mundo. No entanto, todos esses acontecimentos foram marcos históricos na construção das concepções sobre sexualidade. As mudanças desses conceitos ou da nomenclatura não significam, necessariamente, uma mudança legítima e significativa de atitudes.

A utilização de terminologias para diferenciar as práticas e orientações sexuais acaba criando categorias em que os sujeitos devem ser enquadrados e limita e/ou exclui uma infinidade de outras variações. No entanto, não conseguimos fugir à nomenclatura, pois nossa sociedade tem a linguagem como principal forma de expressão cultural. O que podemos pensar é que a mudança nas nomenclaturas e termos utilizados não é suficiente para livrar os sujeitos dos estigmas e preconceitos que lhes foram atribuídos ao longo da história.

A diferenciação no modo de perceber a sexualidade entre pessoas do mesmo sexo se reflete na perspectiva de constituição familiar contemporânea. É comum encontrarmos pensamentos fixos no senso comum, fato que cria um campo fictício em que as pessoas que mantêm relação afetiva e sexual com outras do mesmo sexo têm pensamentos pecaminosos, ações criminosas e desejos patológicos, que as incapacitam para o exercício da conjugalidade e/ou parentalidade.

Quando falamos em constituição familiar entre um homem e uma mulher, a questão colocada em primeiro plano, idealizada romanticamente, é a existência ou não de sentimento de amor, cumplicidade e desejo de exercer cuidado mútuo. No entanto, quando falamos na união conjugal entre dois homens ou duas mulheres, a sexualidade parece tornar-se o aspecto de maior relevância.

A convivência entre duas pessoas com histórias completamente diferentes, experiências distintas, modos de funcionamento não semelhantes e maneiras individuais de

perceber a vida requer laços constituídos à base de demasiada maturidade e cumplicidade que, na maioria das vezes, não são fáceis de ser conquistados. Quando essa conjugalidade é diferente aos olhos da sociedade, a convivência depara-se com outros desafios. Casais constituídos por duas mulheres ou dois homens convivem com os referenciais de dinâmica conjugal hetero como um padrão normalizador.

Comportamentos sociais que, de tão comuns e constantes, tornaram-se quase mecânicos e automáticos, como olhares, anedotas e comentários que contribuem para legitimar o padrão antagônico homem-mulher. Padrão este que associa o homem, sexo masculino, à virilidade, força, domínio e atividade, enquanto que sobre a mulher recaem a fragilidade, a delicadeza, a maternidade e a passividade. Quebrar esse padrão é rejeitar o que foi naturalizado ao longo de inúmeros anos de construção cultural.

Segundo Butler (2003), nossa sociedade não é só heterossexual, mas extremamente heteronormativa, no sentido que estabelece comportamentos padrões para as famílias e modos de ser masculino e feminino. Etimologicamente, o vocábulo heteronorma é formado pela junção da palavra “hetero,” que em grego quer dizer “diferente,” e “norma,” que significa “esquadro”.

Assim, o conceito de heteronormatividade seria um conjunto de ações, relações e situações praticadas entre pessoas de sexo oposto. Isto quer dizer que toda e qualquer manifestação da sexualidade passa por um crivo valorativo, a partir do referencial de normalidade que é atribuído à heteronormatividade. “Configura uma norma, um princípio ordenador segundo o qual a pluralidade das experiências sexuais é significada” (Lionço & Diniz, 2008, p.309). Podemos observar essa normatização em livros didáticos, propagandas comerciais e programas de TV, todos fundamentalmente influentes na formação de opinião.

Apesar de compreender que a própria diferenciação dos corpos e dos gêneros

é uma construção social que envolve interesses políticos e manifestações socioculturais, ainda não conseguimos dissociar a sexualidade das regras instauradas pelo princípio da reprodução. Segundo Roseneil (2006), as relações afetivo/sexuais entre pessoas do mesmo sexo são colocadas à margem das pesquisas e reflexões sobre os comportamentos sociais, e quando abordadas, são estereotipadas como comportamentos que fogem à regra.

Essas práticas e relações dificilmente são tomadas como objeto de estudo da literatura científica. Para a autora supracitada, apesar de não haver um reconhecimento explícito, ainda há no imaginário dos pesquisadores a ideia do casal heterossexual, “como sendo o cerne da formação social, o coração que bombeia o sangue da reprodução social” (p. 37).

Diante do que foi colocado, podemos perceber que a manutenção de estereótipos sobre a orientação afetivo/sexual entre pessoas do mesmo sexo está intimamente marcada pelo estigma das práticas sexuais. O que nos parece é que ao considerarmos um relacionamento entre dois homens ou duas mulheres, a sexualidade é o fator que se sobressai, e todas as outras dimensões da vivência entre duas pessoas são desconsideradas e/ou silenciadas. Fato que acaba repercutindo na luta por legitimidade dessas relações, sobretudo no que diz respeito à constituição familiar.

### **3. As famílias constituídas a partir da união de pessoas do mesmo sexo**

Apesar de o predomínio do relacionamento entre pessoas de sexos opostos ainda ser visto como natural, por ser capaz de perpetuar a espécie humana, as configurações familiares originadas de relações entre pessoas do mesmo sexo são uma realidade cada vez mais comum e incontestável. É fato que as representações relativas à família estão em constantes e significativas transformações, tanto no Brasil quanto no âmbito mundial.

Mello (2005) afirma que a luta de lésbicas e gays pela legitimidade e

reconhecimento social de suas relações amorosas estáveis aponta para um complexo questionamento sobre o ideário da família conjugal e, até mesmo, sobre o discurso de complementaridade dos sexos e dos gêneros, que atribui ao casal homem/mulher a competência moral para desempenhar as tarefas de uma instituição familiar, sobretudo no que concerne à parentalidade.

No Brasil, esta luta mencionada por Mello teve início em 1978, com a criação do Grupo Somos, dando visibilidade a identidades sexuais esquecidas socialmente. Este grupo, em aliança com outros organizados de negros e mulheres, começa a intervir no campo político questionando os valores sociais atribuídos pela cultura patriarcal brasileira, objetivando uma afirmação de identidades raciais e sexuais, até então, marginalizados pela sociedade.

No ano 1995, a então deputada Marta Suplicy apresentou o Projeto de Lei nº 1151/95, que pretendia fazer valer a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Este projeto de lei propiciou a abertura de uma discussão inédita sobre o direito dessas pessoas, enquanto cidadãos, de terem seus vínculos afetivo-sexuais estáveis reconhecidos e de poderem contar com a proteção legal do Estado. Para Leite (2010, p.33), a abertura desse debate significou “o questionamento da norma heterocêntrica responsável pela estruturação dos pressupostos éticos, morais e legais relativos à família patriarcal”.

É importante salientar que a reflexão propiciada por esse projeto de lei apresentado por Marta Suplicy não abrange apenas a questão da união entre pessoas do mesmo sexo, mas intensifica o apelo por uma redefinição do modelo de família até então instituído, pois os movimentos pelo reconhecimento familiar nas suas mais diversas manifestações e estruturas constitutivas já existiam, e eram liderados por heterossexuais que desejavam a inclusão, tanto na lei quanto na sociedade, das novas configurações familiares. Neste sentido, já se buscava incluir como entidades reconhecidas pelo Estado os arranjos

familiares, como as famílias monoparentais, as uniões estáveis, as recompostas, entre outros.

O Projeto de Lei nº 1151/95 foi precursor de um intenso debate sobre o caráter político constitucional da proposta. A evidência do desamparo legal às uniões de gays e lésbicas levou o parlamento a um severo embate. O projeto deveria tramitar em diversas comissões na Câmara, mas o teor dos debates levou o então presidente da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães, a criar uma comissão especial.

O deputado Roberto Jefferson, designado relator da comissão especial, apresentou um substitutivo ao projeto original, promovendo alterações em alguns pontos dele. Este documento foi aprovado pela comissão especial, estando pronto para ser votado no plenário. No entanto, nunca chegou a ser votado em plenário, mesmo com várias tentativas de colocá-lo em pauta.

Podemos dizer que esse não reconhecimento social e jurídico da união estável entre pessoas do mesmo sexo é um dos maiores empecilhos que atingem gays e lésbicas no seu desejo de construir uma família, principalmente no que diz respeito à inserção de uma criança nessa relação. Esta não legalização fundamenta-se em uma ideia de conjugalidade e parentalidade como algo natural, e limitada à heteronormatividade.

Apesar de atualmente já existirem casos de adoções legais realizadas por casais constituídos por pessoas do mesmo sexo, esta ainda é uma questão polêmica por não existir legislação específica que regulamente este tipo de adoção. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 42, afirma que está apto à adoção conjunta qualquer casal que comprove a estabilidade da relação, estando ausente a necessidade de enlace matrimonial. De acordo com o art. 29, a adoção é vetada a pessoas que não apresentem possibilidade de oferecer ao adotante uma convivência e um ambiente familiar adequados.

A Lei 8069/90 que regulamenta a adoção não deixa claro o posicionamento legal

diante de pedidos de adoção conjunta realizados por pessoas do mesmo sexo, mesmo que elas comprovem a estabilidade de sua relação, o que condiciona a decisão da legalidade da adoção à interpretação livre dos profissionais que lidam com este tipo de pedido (psicólogos, assistentes sociais e, sobretudo, juízes).

Peres (2006) afirma que considerando o disposto no ECA não se poderia dizer que a relação familiar com pais/mães e gays/lésbicas corresponda a situações que simbolizem prejuízos para a criança/adolescente. Para Farias e Maia (2009, p. 108), o art. 29, citado anteriormente, “pode gerar leituras distintas e dar margem para interpretações pessoais, já que nessa lei não há definição específica sobre o que seria um ambiente familiar adequado”.

O fato é que o ideário de família tradicional e a ausência de legislação específica influenciam no número de pedidos de adoção conjunta por casais do mesmo sexo. Em sua maioria, as buscas pela adoção são feitas individualmente, pois ainda há receio de recusa, caso o pedido seja feito pelo casal, já que a orientação sexual ficaria explicitamente exposta.

Notamos que apesar do vasto caminho que ainda há de ser percorrido para uma mudança efetiva no reconhecimento e acolhimento dessas famílias, alguns avanços já foram realizados. É possível perceber que eles se deram mais no campo jurídico do que no campo social, pois, embora ambos estejam intrinsecamente relacionados, a resistência social às famílias discordantes da norma é algo que interfere direta e cotidianamente na vida daqueles inseridos nesse meio. No entanto, é preciso ficar atento, pois mudanças no campo social, cultural e jurídico não são imunes às relações de poder que as permeiam.

Como exemplo, temos o projeto de lei que tramita atualmente na Câmara dos Deputados a respeito das práticas curativas relativas às sexualidades “desviantes.” O Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, do deputado federal João Campos, propõe a

abolição de dois artigos instituídos em 1999 pelo Conselho Federal de Psicologia. Se aprovado, as sexualidades discordantes da norma poderão ser tratadas como transtornos passíveis de cura. Assim, a história não se constrói de maneira linear; ao contrário, é feita de avanços e retrocessos em um campo de luta permanente.

#### **4. Crianças e adolescentes nesse contexto familiar**

Se, no modelo de família tradicional, os agentes promotores da socialização são um homem e uma mulher, os novos modelos de família sugerem que outros modos de produção de subjetividade são possíveis. Casais constituídos por dois homens ou duas mulheres, obviamente, têm que lidar com as limitações de procriação biológica. Mas, as possibilidades de exercer a paternidade ou maternidade não são nulas. Existe a probabilidade de um/a deles/as (ou ambos/as) ter a guarda do(s) / da(s) filhos(as) de uma relação heterossexual anterior. Há a possibilidade da adoção legal ou informal,<sup>5</sup> que pode ser buscada individualmente ou pela parceria. Hoje, também, já é possível optar pelo uso das novas tecnologias reprodutivas (Zambrano, 2006).

No entanto, inúmeras são as conjecturas utilizadas para arguir à constituição familiar por esses sujeitos, como por exemplo: a ideia de que a criança estará exposta à dificuldade de referencial e identificação com o masculino ou feminino (dependendo do tipo de relação); o medo de que essa criança ou adolescente também venha a ter sua orientação sexual voltada para pessoas do mesmo sexo; a fantasia de que a criança/adolescente corre o risco de ser violentada sexualmente pelos pais/mães; a hipótese de que essas crianças/adolescentes estariam mais suscetíveis a ter problemas no desenvolvimento psicossocial, entre outros. Estas são questões que povoam o imaginário

---

<sup>5</sup> Chama-se adoção legal aquela em que é aplicado um vínculo de filiação irrevogável, e o adotado passa a ter acesso a todos os direitos de filiação. A adoção informal não envolve vínculos legais entre o adotante e o adotado, apenas vínculos afetivos, ou seja, sem os direitos de filiação (Zambrano, 2006).

popular e são usadas para justificar ou racionalizar a discriminação existente e evidenciada, tanto nas relações interpessoais quanto nos modelos jurídicos (Uziel, 2004).

Ainda existe um receio social de que crianças socializadas por duas pessoas do mesmo sexo perderiam a noção de que há diferença entre os sexos, já que teriam apenas o modelo feminino ou o masculino como referencial. Mas, devemos considerar que a criança não estará limitada ao ambiente domiciliar e à convivência familiar. A diferença de gênero continua existindo no mundo, e a identidade da criança será construída a partir das relações que ela estabelecerá com tudo que a cerca (Uziel, 2002).

Sobre o argumento que levanta a possibilidade de essas crianças terem sua orientação sexual influenciada pela orientação sexual de seus/suas pais/mães, podemos afirmar que não existem pesquisas que comprovem essa possibilidade. Segundo Mello (1999), os sujeitos, na sua maioria, com orientação sexual voltada para pessoas do mesmo sexo são filhos de homens e mulheres heterossexuais.

Se a sexualidade dos/as pais/mães fosse um fator determinante para o desenvolvimento sexual dos/as filhos/as, seria extremamente raro existirem gays ou lésbicas filhos/as de casais constituídos por pessoas de sexo oposto. Para Figueirêdo (2005), a orientação sexual das crianças independe da orientação sexual dos/as pais/mães, sendo que o primordial para um desenvolvimento saudável são os valores que são passados sobre a sexualidade e sobre os sexos.

A ideia equivocada de que essas crianças têm uma maior possibilidade de sofrer abuso sexual tem relação direta com o modelo patologizador do século XIX. No entanto, é necessário enfatizar que não existe nenhuma comprovação científica que associe a orientação sexual do adulto à maior ou menor incidência de abusos sexuais de crianças (Epstein, 2005).

Com relação ao desenvolvimento psicossocial, autores como Farias e Maia (2009),

Zambrano (2006), Fernández e Vilar (2004) e Sullivan (1996) apontam para uma não diferenciação entre aquelas crianças e adolescentes cujos pais/mães são duas pessoas de gêneros semelhantes e aquelas que vivem em lares, cujo casal parental é heterossexual. Como em qualquer outra configuração familiar, o que vai interferir no desenvolvimento psicossocial dos/as filhos/as são os sentimentos de segurança, cumplicidade, afeto e honestidade que o casal será capaz de transmitir.

O que é importante para um adequado desenvolvimento psicossocial dessas crianças e adolescentes é que seus pais ou suas mães estejam preparados para assumir sua situação familiar e conjugal perante a sociedade, quando for necessário. Do contrário, seus/suas filhos/as podem pensar que existe algo de errado na sua família e, conseqüentemente, neles/as também. Os pais e as mães devem passar segurança aos/às filhos/as para que não se sintam intimidados pela sexualidade (Epstein, 2005).

Diante do que foi exposto, fica claro percebermos que os argumentos utilizados apontam para o preconceito e a resistência social relativa à constituição dessas famílias. Apesar de facilmente desmistificados, os argumentos aqui colocados ainda funcionam como empecilhos no reconhecimento dessas famílias, principalmente quando há questões em trâmite jurídico, como, por exemplo: disputas pela guarda legal de filhos/as, pedidos de adoção, entre outros. Cabe questionar se, diante de um impasse judicial, esses argumentos são suficientes para negar aos sujeitos (casal/criança) o direito à construção familiar?

Os discursos que apontam para o reconhecimento dessas relações, em que existem crianças e adolescentes envolvidos, geralmente falam sobre a priorização dos interesses destes. Contudo, na prática, é comum observar que são raros os momentos e os lugares que essas crianças e adolescentes têm para manifestar suas opiniões e desejos. Historicamente, tem se reservado às crianças e adolescentes o papel de coadjuvantes nas discussões e decisões sobre seu próprio destino.

Segundo Menezes (2009), se observarmos os estudos que discutem temáticas relacionadas à infância e adolescência, por exemplo, poderemos perceber que uma parcela significativa das pesquisas com crianças privilegia o modelo positivista, um modelo de causalidade linear em que os resultados apontam para os impactos no desenvolvimento dos menores.

Zambrano (2006) afirma que discussões envolvendo crianças que vivem em situação de configuração familiar discordante da nuclear, constituída por pai, mãe e filhos, geralmente objetivam investigar efeitos e/ou prejuízos emocionais sobre elas, diferenças no desenvolvimento da identidade de gênero ou a capacidade de diferenciação sexual. Trata-se de uma busca científica incansável pela causa de qualquer transtorno; ou um transtorno para uma causa (seja ela qual for, basta ser diferente do que é estipulado como normal, pela sociedade).

As crianças e adolescentes, com raras exceções, são colocadas/os no lugar de vítimas de seu próprio contexto, ou frágeis e passivas diante das situações. No entanto, se levarmos em consideração o que entendemos hoje como infância, e fizermos um breve levantamento de como as crianças eram vistas em épocas passadas, será possível perceber como o próprio conceito de infância foi algo modificado ao longo do tempo.

Não podemos, portanto, lançar sobre as crianças um olhar reducionista à Biologia, visto que a imaturidade anatômica não é, necessariamente, sinônima de fragilidade emocional. Precisamos percebê-las como produtoras de cultura e história, participantes sociais e politicamente ativas (Menezes, 2009). Nesta perspectiva, devemos romper com os discursos hegemônicos que tratam as crianças e adolescentes como imaturas, frágeis e incapazes, e reconhecê-las como construtoras do mundo e extremamente capazes de produzir sentido sobre si e sobre seus contextos (Nascimento, 2011).

Sendo assim, apesar de todo o preconceito que ainda existe e de todo o receio

social de que essas crianças e adolescentes sofram discriminação por causa da sua condição familiar, podemos considerá-los/as como ativos/as no seu próprio processo de socialização, aptos/as a significar a sua realidade e as situações vividas. Eles/as não são passivos/as aos referenciais que lhes são impostos, tampouco ao tratamento que lhes é oferecido.

No que diz respeito a crianças e adolescentes em contextos familiares cujo casal parental é constituído por duas pessoas do mesmo sexo, faz-se necessário promover discussões, reflexões e pesquisas que não debatam apenas “sobre e para” elas, mas que falem “com” elas. Enquanto as discussões sobre essas temáticas forem surdas às vozes das crianças e adolescente diretamente envolvidos/as, deixaremos de perceber um lado bastante importante da história. E acabará por se calar quem, possivelmente, tem muito a dizer.

## REFERÊNCIAS

- Araújo, Maria de Fátima (2002). Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22(2), 70-77. Recuperado em 15 de maio de 2012. Obtido em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932002000200009&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932002000200009&script=sci_arttext)
- Birman, Joel (2001). *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brasil (2009). Lei 8.069/1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Butler, Judith (2001). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. Em: Louro, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp.153-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, Judith (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Cavalcanti, Rosália Andrade (2009). *Corpos Reinventados: a questão dos gêneros em Freud*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Costa, Jurandir Freire (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

- Costa, Jurandir Freire (1995). *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.
- Epstein, Rachel (2005). Queer Parenting in the New Millennium: Resisting Normal. *Canadian Woman Studies*, 24(2), 7-14. Recuperado em 1º de junho de 2012. Obtido em: <http://pi.library.yorku.ca/ojs/index.php/cws/article/viewFile/6108/5296>
- Farias, Mariana & Maia, Ana Cláudia (2009). *Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica*. Curitiba: Juruá.
- Fernández, Rafael & Vilar, Alberte (2004). Aportaciones desde la salud mental a la teoría de la adopción por parejas homosexuales. *Avances en Salud Mental Relacional/Advances in relational mental health*, 3(2), Revista Internacional On-line. Recuperado em 03 de junho de 2010. Obtido em: [http://www.psiquiatria.com/imgdb/archivo\\_doc59.pdf](http://www.psiquiatria.com/imgdb/archivo_doc59.pdf)
- Figueiredo, Luiz Carlos (2005). *Adoção para homossexuais*. Curitiba: Juruá.
- Foucault, Michel (1996). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola.
- Foucault, Michel (2007). *A História da Sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Graal.
- Laqueur, Thomas (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Leite, Marcelo (2010). *Escola e representação: como professores do ensino fundamental representam as famílias resultantes de uniões homoafetivas*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Lionço, Tatiana & Diniz, Debora (2008). Homofobia, Silêncio e Naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. *Revista de Psicologia Política*, 8(16), 307-324. Recuperado em 20 de setembro de 2011. Obtido em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n16/v8n16a09.pdf>
- Lomando, Eduardo (2008). *Conjugalidade Gay e Lésbica e Rede de Apoio Social*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Louro, Guacira Lopes (2000). Pedagogias da sexualidade. Em: Louro, Guacira Lopes (Org.) *O corpo Educado: pedagogias da sexualidade* (pp.7-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, Guacira Lopes (2004). *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Martos, José Maria Fernández & Vidal, Marciano (1998) Esclarecimentos Fundamentais: nome definição, tipos e normalidade. Em: Vidal, Marciano; Martos, José Maria Fernández; Gafo, Javier; Lasso, Pablo; Higuera, Gonzalo & Ruiz, Gregorio. *Homossexualidade: ciência e consciência* (pp.7-16). São Paulo, SP: Edições Loyola.
- Mello, Luiz (1999). *Família no Brasil dos anos 90: Um estudo sobre a construção social*

- da conjugalidade homossexual*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília.
- Mello, Luiz (2005). *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Menezes, Katia Lacerda (2009). *Conversando com crianças: posicionamentos e sentidos em construção sobre família em contextos de conflito na justiça*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Nascimento, Maria Letícia (2011). Apresentação Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social” Jeans Qvortrup. *Pro-Posições*, 22(1) (pp.199-211). Recuperado em 28 de março de 2012 em <http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n1/15.pdf>
- Negreiros, Teresa Creusa (2004). Sexualidade e gênero no envelhecimento. *Alceu*, 5(9), 77-86. Recuperado em 21 de setembro de 2011. Obtido em: [http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu\\_n9\\_negreiros.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n9_negreiros.pdf)
- Neri, Regina (2005). *A psicanálise e o feminino: Um horizonte da modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Peres, Ana Paula (2006). *A adoção por Homossexuais: fronteiras da família na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Richards, Jeffrey (1993). *Sexo, Desvio e Danação: as minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Roseneil, Sasha (2006). Viver e Amar para lá da Heteronorma: uma análise queer das relações pessoais no século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 33-51. Recuperado em 14 de dezembro de 2011. Obtido em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/76/RCCS76-033-051-Sasha%20Roseneil.pdf>
- Sullivan, Andrew (1996). *Praticamente Normal: Uma Discussão sobre o Homossexualismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Uziel, Anna Paula (2002). *Família e homossexualidade: novas questões, velhos problemas*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas.
- Uziel, Anna Paula (2004). Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação. Em: Heilborn, Maria Luiza (Org.). *Família e sexualidade* (pp.87-118). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- Zambrano, Elizabeth (2006). Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12(26), 123-147. Recuperado em 13 de março de 2012. Obtido em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a06v1226.pdf>

## **FILHOS/AS DE CASAIS DO MESMO SEXO: COMO ESTUDÁ-LOS/AS?**

Gilclécia Oliveira Lourenço<sup>6</sup> – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco.

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas<sup>7</sup> – Professora Doutora do Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco.

---

<sup>6</sup> Rua Visconde de Itaboraí, 692, Cordeiro, Recife, PE. CEP: 50721-370. Telefone: 9969.9616. E-mail: [gilcleciaoliveira@yahoo.com.br](mailto:gilcleciaoliveira@yahoo.com.br)

<sup>7</sup> Estrada do Encanamento, 608, apto. 1303, Casa Forte, Recife, PE. CEP: 52070-000. Telefone: 8876.6130. E-mail: [crisamaz@gmail.com](mailto:crisamaz@gmail.com)

## RESUMO

Neste artigo, relatamos a metodologia utilizada para investigar a maneira como crianças e adolescentes, que vivem em famílias cujo casal parental é constituído por pessoas do mesmo sexo, representa a si mesmos e a suas famílias. Participaram deste estudo quatro crianças e um adolescente, com idades entre 4 e 14 anos. O instrumento utilizado foi o Desenho da Família com Estória (DF-E) e um “álbum de fotografias” como estímulo para a narrativa de estórias por parte das/do crianças/adolescente. Estes se mostraram excelentes instrumentos de coleta de dados quando se investigam as representações em crianças e/ou adolescentes. Isto se deve ao fato de este instrumento se aproximar do universo de significações dos/das participantes, despertando-lhes interesse. Além disso, o uso de desenhos sem menção direta aos objetivos da pesquisa inspira uma maior confiabilidade e adesão por parte dos/das responsáveis pelos/as participantes, levando-os/as a permitir a aplicação da técnica em seus/suas filhos/as. Os dados coletados foram submetidos à Análise Discursiva numa perspectiva foucaultiana.

**Palavras-chave:** Família; filhos/as de casais do mesmo sexo; metodologia qualitativa.

## ABSTRACT

In this paper, the discussion is held on the methodology used to investigate how children and adolescents living in families whose parental couple is formed by same sex people represent themselves and their families. Participants were four children and one adolescent with ages from four to 14 years old. The instrument was the Family Drawing with Story and a “photo album” used to stimulate story narratives by children/adolescents. Those showed to be excellent instruments for data collection when it comes to the investigation of children and adolescents representations, due to the fact that such tools approach participants’ universe of significations, arousing their interest. Furthermore, using drawings without direct mention to the research’s aims inspires greater reliability and adherence of those responsible for the participants, which leads them to allow their children’s enrollment with such technique. Collected data were submitted to Discursive Analysis in a Foucauldian perspective.

**Keywords:** family, sons/daughters of same sex couples, qualitative methodology.

## RESUMEN

En ese artículo relatamos la metodología usada para investigar la manera como niños/as y adolescentes que viven en familias cuya pareja de padres/madres es formada por personas del mismo sexo representan a sí mismas y a sus familias. Participaron de la investigación cuatro niños/as y un adolescente, con edades entre 4 e 14 años. El instrumento utilizado fue el Dibujo de la Familia con Historia (DF-E) e un “álbum de fotografías” como estímulo para la narrativa de historias por parte de las/de los niños/as/adolescente. Eses se presentaron excelentes instrumentos de recogida de datos cuando se investiga las representaciones en niños/as y/o adolescentes. Eso se debe al hecho de ese instrumento acercarse del universo de significaciones de los/de las participantes despertándoles interés. Además, el uso de dibujos sin mención directa a los objetivos de la investigación inspira una mayor confiabilidad y adhesión por parte de los/las responsables por los/las participantes, levándoles a permitir la aplicación de la técnica en sus hijos/as. Los datos recogidos fueron sometidos a Análisis Discursiva en una perspectiva foucaultiana.

**Palabras-clave:** familia, hijos/as de parejas homo-orientadas, metodología cualitativa.

O trabalho de pesquisa com o público infanto-juvenil é um desafio para o/a pesquisador/a, pois traz consigo inúmeras implicações éticas que dizem respeito às peculiaridades do seu público-alvo, e por várias vezes ficam na mira de críticas. Menezes (2009) argumenta que a maior parte dos estudos, cujos objetivos são voltados para o universo infantil, tem como *corpus* da pesquisa os discursos dos seus responsáveis.

No que concerne aos trabalhos científicos sobre as famílias, apesar de envolver crianças e adolescentes nos seus objetivos, dificilmente eles são participantes ativos no fornecimento de dados. O fato é que, na sociedade, de modo geral, os adultos habitualmente têm a expressão de suas ideias valorizada, enquanto que as manifestações expressivas das crianças, por serem consideradas ingênuas ou imaturas, ainda são caladas e/ou preteridas.

Em contrapartida, Gaiva (2009) afirma que apesar de, no passado, as/os crianças/adolescentes terem sido tomados mais como objetos do que como sujeitos de estudos, hoje há um movimento científico que os considera capazes de ver e descrever seu próprio mundo. Os/As pesquisadores/as estão reconhecendo a importância de se promover estudos com essa faixa etária, considerando-os uma rica fonte de dados.

Um movimento crescente que busca consolidar e reconhecer a criança/adolescente como cidadã/o de direito ganha cada vez mais força. Esse movimento percebe a criança/adolescente como indivíduo social, produtor e consumidor da cultura e da história. Assim, as pesquisas sobre o universo infanto-juvenil ganham cada vez mais força (Kramer, 2002). Ainda no final dos anos 1970, as marcas do contexto cultural e histórico na socialização dos/as infantes foram evidenciadas nos estudos de Ariès (1978), sobre a história da infância, em que ficam claras as naturezas histórica e social da/do criança/adolescente.

A construção dessa nova maneira de pensar rendeu muitas conquistas, inclusive no

campo legal, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que aponta para a crescente aceitabilidade da criança e/ou adolescente como agente social e cidadã/o de direito. Kramer (2002, p.45) afirma que a infância é “um campo temático de natureza interdisciplinar, e essa visão se difunde cada vez mais entre aqueles que pensam a criança, atuam com ela, desenvolvem pesquisa e implementam políticas públicas.”

Juntamente com esta nova e crescente perspectiva sobre a/o criança/adolescente, discussões éticas e regulamentações específicas sobre a participação deles em estudos tornam-se algo cada vez mais presentes. As/o crianças/adolescente são atores sociais e representam, de fato, uma rica fonte de dados para pesquisa; no entanto, devemos considerar suas especificidades nos aspectos biopsicossociais, o que impõe ao/a pesquisador/a uma maior cautela ao tomá-los como *corpus* de seu estudo (Gaiva, 2009).

No Brasil, por exemplo, a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (2003) estabeleceu que a participação de menores em estudos científicos está condicionada não apenas à autorização do representante legal, mas também ao consentimento do próprio indivíduo, quando existirem condições de compreensão por parte dele. Assim, as perspectivas infanto-juvenis trazem para o meio científico peculiaridades relativas à idade, a experiências de vida, características de seu grupo familiar, entre outros, que demandam indagações teórico-metodológicas e implicações éticas na pesquisa.

O/A pesquisador/a que se propõe a enveredar por esse caminho deve se manter atento/a, pois a linguagem pela qual as/os crianças/adolescentes se comunicam diferencia-se da dos adultos. Na linguagem dos adultos, há o predomínio de enunciados bem articulados, enquanto essa população faz uso dos mais diversos artifícios para se expressar. Um/a pesquisador/a que não compartilha do universo de significações desses/as participantes pode ter dificuldade para apreender o que eles/as pretendem expressar (Natividade, Coutinho & Zanella, 2008). Pesquisas com esse público requerem, portanto, a

utilização de recursos auxiliares que se aproximem do universo infanto-juvenil.

Nesse sentido, a utilização de desenhos tem um valor heurístico nos estudos com crianças/adolescentes, pois nessa atividade não há nenhuma restrição ao pensamento do participante. O desenho é um canal por onde a/o criança/adolescente expressa o sentido que atribui à realidade, indo muito além do que ele/a vê. O valor do desenho não está apenas no seu produto final, mas em todo o processo de construção. Aquele/a que observa deve ficar atento/a a cada gesto, a cada palavra pronunciada: qualquer detalhe pode representar uma expressão significativa do que o/a autor/a tem a dizer (Pereira, 2005).

Analisar essas ricas produções artísticas, por sua vez, é uma tarefa complexa, pois “subjetivamente, cada um de nós, ao interpretar o desenho todo, atribui significados que podem ou não ser coincidentes entre si e com o do autor” (Ferreira, 2001, p.36). As linhas traçadas, as cores utilizadas e o que ficou impresso não falam por si só; por esse motivo, apreender aquilo que se pretende expressar com o desenho não é algo fácil: é preciso sentir o desenho, escutá-lo, interpretá-lo. Para isso, muitas vezes é necessário ouvir o que o/a próprio/a autor/a tem a falar sobre sua produção (Natividade, Coutinho & Zanella, 2008).

No que concerne aos estudos sobre crianças que vivem em contextos familiares cujo casal parental é constituído pela união de dois homens ou de duas mulheres, Zambrano (2006) coloca que a maioria das pesquisas sobre homoparentalidade<sup>8</sup> e crianças nesse contexto familiar promove investigações sobre a saúde psíquica, o desenvolvimento da identidade de gênero, o desenvolvimento psicossocial e a orientação sexual. Os objetivos convergem no sentido de apontar para algo que seja diferente ou anormal na socialização ou crescimento dessas crianças.

Em consonância com Kramer (2002), consideramos que contemplar as falas

---

<sup>8</sup> Esse termo diz respeito ao exercício da parentalidade por pessoas com orientação sexual discordantes da norma. Sobre esse conceito, Uziel (2002) levanta a questão da pertinência de associar os termos “parentalidade” e “homossexualidade” no sentido de que funções parentais não exigem o exercício da sexualidade. Esta temática é alvo de uma profunda e interessante discussão. No entanto, neste trabalho nos limitamos a definir e usar esse termo para designar, tanto o exercício da paternidade, como o da maternidade.

das/dos crianças/adolescentes é uma possibilidade de perceber a sociedade de outro ponto de vista e imergir em uma rica experiência de compreensão dos sentidos atribuídos por elas/eles à realidade. É inteiramente necessário priorizar as vozes, olhares, pontos de vista e experiências desses/as jovens participantes que estão diretamente envolvidos/as nas temáticas relativas à constituição familiar, cujo casal parental é formado por duas mulheres ou dois homens. Isso se configura em promover investigações que não falem apenas sobre elas/eles, mas que mantenham um diálogo direto com elas/eles.

Diante de tantos impasses sobre as várias configurações familiares e a diversidade de discursos sobre os/as menores nelas envolvidos/as, consideramos importante estudar o modo como crianças e adolescentes, filhos/as de casais constituídos por pessoas do mesmo sexo, representa a si mesmos/as, a seus/suas pais/mães e a suas famílias. A relevância deste estudo consiste no fato de que, ao identificar essas representações, podemos inferir como eles/as estão se constituindo como sujeitos, uma vez que a noção de representação está ligada à produção das identidades e das diferenças, autenticando ou tornando ilegítimo um modo de ser.

Vale salientar que entendemos por representação “as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos” (Woodward, 2000, p.17). Desta maneira, as representações não apenas dizem sobre o modo como entendemos o mundo, mas também sobre a maneira como nos posicionamos nele e damos significado às nossas experiências. Segundo Meyer (2003), ao falar de representação nos referimos às práticas de significação linguísticas e culturais e aos sistemas simbólicos, através dos quais damos significados ao que nos envolve.

Neste trabalho, tomamos como referencial teórico a perspectiva foucaultiana e a chamada “filosofia da diferença.” Essa perspectiva teórica questiona a noção clássica de representação, uma vez que concebe a linguagem, e por extensão, todo o sistema de

significação, como uma estrutura instável e indeterminada. A linguagem é considerada como algo atributivo e não apenas denotativo. A representação é concebida em sua dimensão de significante, o que quer dizer que se insere em um conjunto de signos, como simples marca material (Hall, 2000). “Desse modo, são descartadas da representação toda e qualquer conotação mentalista ou associação com uma suposta interioridade psicológica” (Amazonas, Lima, Siqueira & Arruda, 2008, p.237).

Ao relatar os passos utilizados nesse processo investigativo, não estamos apenas narrando um conjunto de técnicas exaustivamente discutidas e utilizadas por diversas outras pesquisas, mas falando de uma experiência de construção de saber. Concordamos com Ferreira Neto (2008) ao afirmar que uma discussão metodológica deve ser entendida como algo que vai além da descrição operativa de procedimentos utilizados: “[...] ela envolve também os importantes aspectos conceituais, éticos e políticos” (Ferreira Neto, 2008, p.542).

Não estamos apenas apresentando passos a ser seguidos, tampouco pretendemos que outros estudos sigam pelo mesmo caminho que trilhamos, pois cada investigação, ao ser realizada, cria um caminho singular, dificilmente repetível tal e qual, mas que lança luz para novos/as pesquisadores/as. Mais do que resultados, buscamos apontar para a possibilidade de uma ruptura com a afonia das crianças e dos adolescentes nas pesquisas científicas sobre homoparentalidade, evidenciando suas experiências através dos seus desenhos, histórias e falas.

## **1. Método**

Antes de descrevermos os passos utilizados na elaboração deste trabalho, é relevante afirmar que há, aqui, uma concordância com a perspectiva foucaultiana ao dizer que não existe um método a ser seguido, a não ser que consideremos como método as

interrogações sobre a realidade e adotarmos estratégias analíticas de interpretação. Para Veiga-Neto (2007), isto significa estabelecer um conjunto de procedimentos de investigação e análise prazerosos, que não fique preso a regras práticas e a normas ou problemas técnicos. Não existe um caminho previamente definido, nem um local determinado onde, de antemão, se pretende chegar. As possibilidades são diversas e o caminho é construído à medida que se inicia a caminhada.

Veiga-Neto (2009) afirma que Foucault afasta-se da tradição positivista da modernidade de que há uma verdade universal à qual se deve chegar ao realizar um estudo, pois, para que isso fosse possível, seria necessária a utilização de um método incontestável, sistemático e seguro. Para o filósofo, apegar-se a um caminho seguro é ater-se a uma ilusão, já que nada pode ser considerado seguro. Tudo é imprevisível: o ponto de onde se pretende partir, o percurso realizado e, principalmente, as diversas possibilidades de pontos de chegada.

Segundo Ferreira Neto (2008), a proposta de Foucault era que a neutralidade da metodologia correta fosse substituída por uma ética de autoinvenção, entendendo este modo de investigação como um processo de subjetivação em que sujeito e objeto se constituiriam no próprio processo de construção do saber. Sobre a escolha da técnica a ser utilizada em um estudo e fazendo menção ao olhar foucaultiano diante de um problema a ser investigado, Ferreira Neto (2008, p.538) afirma:

Seu método nasce da necessidade de análise do problema, e é por este modulado. A avaliação deve, portanto, se dar a partir da pertinência dos procedimentos em relação à solução do problema escolhido. A adequação dos procedimentos ao critério das orientações metodológicas consagradas torna-se secundária.

Nesse sentido, para evitar as exigências rigorosas impostas pela cientificidade

moderna e evitar estender uma discussão sobre os diversos significados de método, convém falar de “um modo de ver as coisas”, uma “maneira de entender” (Foucault, s.d. citado por Veiga-Neto, 2009).

Contudo, deve-se ter cuidado para não confundir essa flexibilidade com uma total ausência de rigor. Não se pode negar a existência de um mundo que nos precede e de uma cultura na qual estamos mergulhados, fatos que exigem que sigamos alguns preceitos, normas e regras. Do contrário, a comunicação não seria possível e os pensamentos se tornariam totalmente desarticulados (Veiga-Neto, 2009).

Falar em uma análise foucaultiana não significa afirmar que um plano de trabalho não seja necessário, mas que no desenvolvimento de um estudo não podemos nos ater rigidamente ao caminho que imaginamos ser o mais eficaz. O/A pesquisador/a deve se sentir livre para mudar a trajetória conforme as ideias e o material de estudo vão surgindo, com um olhar sempre atento ao que emerge.

Sendo assim, este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa. Para Denzin e Lincoln (2006), este tipo de pesquisa é o mais indicado para os estudos que abordam de algum modo a temática da sexualidade, por privilegiar a experiência dos/das participantes dentro do seu contexto social.

## **2. Participantes**

Participaram quatro crianças e um adolescente, de ambos os sexos, que vivem em famílias formadas por casais do mesmo sexo, sendo quatro da união de duas mulheres e um da união de dois homens. Todos os participantes residem no Estado de Pernambuco, sendo três na Região Metropolitana do Recife e dois em cidades do interior do Estado. É comum a todos eles o fato de conhecer e, de alguma maneira, manter algum vínculo ou contato com seus pais biológicos.

Todos os nomes utilizados neste estudo são fictícios para preservar o anonimato dos participantes. Segue-se uma breve descrição de cada um:

**Carol**, 8 anos. Reside com a mãe na Região Metropolitana do Recife e cursa o 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola particular. É filha biológica de um primeiro relacionamento da mãe. Conhece o pai biológico e passa alguns fins de semana na casa dele. A mãe de Carol mantém um relacionamento há dois anos com outra mulher e, apesar de não morar juntas, elas dividem os cuidados devotados à criança. A mãe de Carol é advogada e sua companheira é psicóloga.

**Lucas**, 8 anos, está cursando o 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola particular. Ele é filho adotivo de duas professoras universitárias. A família biológica da criança, por não dispor de condições financeiras favoráveis, preferiu doá-la para que fosse criada pelas professoras. No entanto, a adoção de Lucas é informal, visto que suas mães não têm a guarda definitiva dele. Lucas conhece sua família de origem, que é do interior do Estado, e algumas vezes por ano vai visitá-la.

**Ana**, 7 anos, está no 2º ano de uma escola particular na Região Metropolitana do Recife. Os pais se separaram logo após seu nascimento. Quando Ana tinha 1 ano de idade, sua mãe foi morar em Portugal, mas o pai não autorizou que ela levasse a criança. Por este motivo, Ana morou com a avó materna até os 4 anos. Após o regresso de sua mãe, Ana passou a residir com ela e com sua companheira. A mãe de Ana é advogada, enquanto que sua companheira é jornalista. Periodicamente, Ana vai à casa do pai, que é eletricitista.

**Mateus**, 4 anos, reside no interior do Estado, com seu padrinho, que é faxineiro, e o seu companheiro, que é porteiro de um colégio. Após o falecimento da mãe de Mateus, quando ele era ainda um bebê, seu pai biológico o entregou ao padrinho, alegando não ter condições de criá-lo. Desde então, o padrinho de Mateus e seu companheiro lutam na justiça para obter a guarda definitiva da criança. Apesar de Mateus saber quem é seu pai

biológico, residir relativamente perto dele e vê-lo com frequência, ele se recusa a manter qualquer vínculo com o filho. Mateus cursa hoje o 1º período do Ensino Infantil de uma escola pública.

**João**, 14 anos. Os pais biológicos de João se separaram antes mesmo de ele nascer. A mãe de João começou a se relacionar com outra mulher quando ele tinha 5 anos de idade, e após três anos de relacionamento, passaram a morar juntas. Desta maneira, João cresceu com a sua mãe, que é professora, e a companheira dela, que é comerciante. O adolescente conhece e mantém um relacionamento amigável com o pai. Na época em que estivemos em contato com o adolescente pela primeira vez, as duas companheiras estavam passando por uma crise conjugal que levou a companheira da mãe do participante a sair de casa.

No entanto, segundo João e sua mãe, apesar de não estarem residindo juntas naquele momento, o relacionamento se mantinha. Pouco tempo após a coleta de dados dessa pesquisa, a pesquisadora tomou conhecimento de que elas voltaram a morar juntas. No entanto, no segundo encontro com o adolescente, após aproximadamente 11 meses, verificamos que a mãe de João já se encontrava com outra companheira, inclusive residindo juntas.

### **3. Instrumento**

Por se tratar de um estudo com crianças e adolescentes, fez-se necessário o uso de um instrumento que propiciasse uma coleta de dados mais lúdica e interessante, que atraísse a curiosidade e o desejo de participar. Além disso, a temática abordada provocou nos/nas pais/mães das/dos crianças/adolescentes certo receio de expor seus/suas filhos/as, mesmo com a garantia da pesquisadora de que o tema sexualidade não seria abordado com os/as participantes.

Essa foi uma tática necessária para conseguir ter acesso a nossos participantes, e que, ao mesmo tempo, não prejudicava em nada a coleta dos dados, pois tudo o que nos interessava era saber como essas/esse crianças/adolescente viam a si mesmos, a seus/suas pais/mães e a suas famílias. Em nenhum momento havia necessidade de introduzir a questão da orientação sexual de seus pais/mães. Nesse sentido, Foucault (1996, p.9), refletindo sobre a interdição em nossa sociedade, afirma: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

Assim, o instrumento deveria confortar e transmitir confiança aos responsáveis pelos participantes. Optou-se pelo uso do Teste do Desenho da Família com Estória (DF-E), criado por Walter Trinca (1997), e um “álbum de fotografias” confeccionado pela própria pesquisadora a partir de figuras de famílias retiradas da internet, como técnica para estimular a narrativa de histórias por parte dos participantes.

Este último instrumento inspirou-se em um trabalho dissertativo de Melo (2008), que tratava de questões relativas a mães de crianças que sofreram abuso sexual por parte do companheiro da mãe. Por se tratar de técnicas lúdicas, com uso de desenhos e fotografias, e que não abordam diretamente a temática em estudo, representam uma atividade menos invasiva e menos diretiva que uma entrevista ou um questionário. Este fato proporcionou um sentimento de confiança nos pais e mães ao autorizarem a participação de seus/suas filhos/as.

É importante frisar que não estamos nos posicionando contra a utilização da entrevista e do questionário como instrumentos de coleta de dados, nem questionamos a eficácia dessas técnicas. No entanto, diante do teor deste estudo, da dificuldade de aceitabilidade dos/das participantes e dos critérios de participação, acreditamos que o DF-E e o álbum de fotografias atendem melhor aos nossos objetivos.

O DF-E é uma técnica projetiva que pode ser aplicada em crianças, a partir dos 3 anos de idade e em adultos. Tem como objetivo identificar o dinamismo consciente e inconsciente relacionado à situação familiar e ao próprio sujeito, sobretudo perceber conflitos decorrentes das situações familiares (Trinca, 1997). Apesar de ter sido desenvolvido com embasamento psicanalítico, hoje essa técnica tem sido utilizada em diferentes perspectivas teóricas, desde a Psicanálise até a comportamental (Aiello-Vaisberg, 1997).

O DF-E é constituído por quatro consignas: a primeira, na qual se pede ao/a participante que desenhe uma família qualquer; a segunda, que desenhe uma família em que alguém não está bem; a terceira, que desenhe uma família que gostaria de ter e, por fim, desenhe sua própria família. Após cada desenho, é solicitado ao/a participante que conte uma estória relacionada a ele/a e dê um título a essa estória. Por fim, vem a fase do inquérito, na qual se investigam pontos que possam ter ficado obscuros para o/a pesquisador/a, tanto no desenho quanto na estória. Durante toda a aplicação da técnica, o/a pesquisador/a deve observar e registrar todas as manifestações do/a participante, tais como, comentários, risos, entre outras.

Ao considerar a teorização pós-estruturalista e o conceito de método, que fundamentaram esse estudo, sem uma reflexão mais elaborada, parece contraditória a utilização do DF-E por ser um instrumento muito bem estruturado, com passos a serem seguidos e normas a serem cumpridas. No entanto, reputa-se que o método ou “o modo de entender” proposto pelo pós-estruturalismo diz muito mais sobre a maneira que iremos olhar o material a ser estudado, do que sobre como o material será concebido.

Veiga-Neto (2009, p.87) alerta para a cautela que o/a pesquisador/a pós-estruturalista deve ter para não se deixar ofuscar pela ideia de abertura metodológica que essa perspectiva oferece, pois: “[...] é preciso não confundir abertura e flexibilização com

“vale tudo,” com a negação a quaisquer formalismos ou com a ausência de rigor. Várias vezes, tenho insistido em que se pode ser rigoroso sem ser rígido [...]”.

Assim, o instrumento utilizado neste estudo atende aos objetivos propostos e não coloca em risco a análise dos dados obtidos, visto que, apesar de o DF-E ter regras de aplicação meticulosamente descritas, ele representa uma rica fonte de coleta de dados.

Também fizemos uso do álbum de fotografias (Melo, 2008) como um instrumento facilitador da coleta de dados. Trata-se de um álbum construído com diversas figuras de famílias, o qual é apresentado ao/à participante e solicitado que conte uma estória ou fale sobre o que sente ao visualizar cada imagem. Esse instrumento objetiva estimular a fala dos/as participantes, propiciando um diálogo mais rico e aberto entre investigador/a e participante/a. Nesse sentido, as imagens escolhidas devem “remeter às idéias [sic] e aos sentimentos em relação ao significado de família...” (Melo, 2008, p. 61).

Nessa linha de pensamento, o álbum de fotografias foi construído a partir da seleção de 14 imagens, conseguidas através da internet, de modo que cada página continha apenas uma figura. As imagens utilizadas retratavam cenas de pessoas em diferentes situações e diversas configurações familiares: adolescentes caminhando juntos/as, crianças brincando, uma criança chorando, imagens que remetiam a famílias monoparentais e homoparentais, entre outras.

Ao apresentar o álbum ao/à participante, eram dadas as seguintes instruções: “Eu vou lhe mostrar algumas figuras e gostaria que você me contasse uma história sobre cada uma delas.” Após a instrução ser dada, o/a participante era livre para falar sobre aquilo que quisesse e sobre o que chamasse a sua atenção nas imagens. Desta maneira, o álbum de fotografias serviu como um instrumento facilitador do diálogo.

Esses instrumentos foram de fundamental importância para a obtenção de informações que atendessem aos objetivos do nosso trabalho. Além disso, se

complementaram no sentido de preencher as lacunas e esclarecer possíveis dúvidas deixadas pela coleta de dados com apenas um instrumento.

#### **4. Procedimento de coleta de dados**

Esta pesquisa é um desdobramento de um projeto mais amplo da orientadora da dissertação que originou este artigo, que versa sobre “A parentalidade e a conjugalidade entre casais do mesmo sexo e suas repercussões sobre a construção da subjetividade infantil,” submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco, sob o parecer de número 154/2006, CEP 0101.0.096.000-06. Esta etapa do estudo teve fomento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), cujo projeto foi aprovado em 2011.

Diante da dificuldade em se encontrar crianças cujos pais ou mães formassem casais constituídos por pessoas do mesmo sexo, que têm sua relação estável e publicamente assumida, recorreremos à amostragem acidental.

Inicialmente, os/as responsáveis pelos/as participantes em potencial foram informados/as, através de algum/a amigo/a em comum com a pesquisadora, sobre o estudo em andamento. Aqueles/as que demonstraram interesse em saber mais sobre o projeto de pesquisa autorizaram que seus contatos fossem passados para a pesquisadora. Desta maneira, o contato inicial se deu com os responsáveis pelos/as participantes, através de telefone e, em alguns casos, por e-mail.

Nesse momento, buscou-se explicar o caráter da pesquisa, como seria realizada, sua importância em âmbito social e esclarecer algumas possíveis dúvidas que poderiam surgir por parte dos pais/mães. Após esse contato inicial, aqueles/as que demonstraram interesse em ser inseridos/as no universo da pesquisa agendaram um dia para conhecer pessoalmente a pesquisadora. Todos/as eles/as optaram por realizar este encontro em suas

residências.

Nas primeiras visitas domiciliares, a pesquisadora teve a oportunidade de conhecer as famílias e, sobretudo, as crianças e o adolescente que participariam do estudo. Nesse momento, foi apresentado aos/às responsáveis pelas/o crianças/adolescente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi lido e assinado.

No primeiro contato com as crianças e adolescente, a pesquisadora buscou conversar brevemente com eles sobre suas rotinas e atividades preferidas, com o intuito de estabelecer uma boa relação de empatia. Durante a conversa, a pesquisadora contava à criança que tinha que “fazer um trabalho para a escola que só poderia ser realizado com a ajuda de algumas crianças” e questionava se ela poderia lhe ajudar.

Quando a criança perguntava como seria essa ajuda, a pesquisadora respondia que ela teria que fazer alguns desenhos e contar algumas histórias. O desejo dos/das participantes foi devidamente respeitado, sendo inclusive dispensada a participação de duas crianças que manifestaram o desejo de não participar. Obviamente, com o adolescente, a linguagem utilizada foi mais direta.

Tendo os consentimentos dos/das responsáveis e o interesse de participação por parte das crianças e adolescente, um novo encontro foi marcado para aplicação do primeiro instrumento. Novamente, todos optaram por receber a pesquisadora em suas residências. Fato positivo, pois propiciou aos participantes um maior conforto e confiança.

Na segunda visita domiciliar, o DF-E foi realizado de forma individual e em lugar privado de escolha do participante dentro de suas residências e, apesar de os responsáveis pelas crianças/adolescentes não permanecerem no local no momento da aplicação da técnica, ficaram sempre nas proximidades, para que os/as participantes se sentissem mais seguros.

A aplicação seguiu as orientações do autor da técnica, Walter Trinca (1997). No

entanto, antes que os desenhos das famílias fossem solicitados, foi pedido para que o/a participante desenhasse algo do seu interesse, sem exigência de tema. A introdução desse desenho foi interessante para que as crianças/adolescentes entrassem no “jogo” e se apropriassem da atividade proposta.

Anteriormente à aplicação da técnica, evitou-se colher informações sobre a história de vida e rotina dos colaboradores com os seus/suas pais/mães, para que não houvesse possibilidade de, por descuido, durante o inquérito, a pesquisadora induzir as colocações dos participantes para determinadas temáticas. Só após a aplicação do DF-E é que esclarecemos algumas dúvidas sobre a vida dessas crianças e do adolescente com os seus/suas responsáveis, sendo esse momento também gravado como recurso para contextualizar a análise.

Na fase em que iniciamos a análise de dados, após aproximadamente 11 meses da aplicação do DF-E, sentimos a necessidade de averiguar como os/as participantes estavam após este intervalo. E de nos informar sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas e se alguma coisa havia de diferente na maneira de se relacionarem com seus familiares. Além disso, percebemos que seria interessante elucidar algumas questões que não tinham sido exploradas na aplicação anterior.

Dessa maneira, entramos novamente em contato com os/as responsáveis, solicitando um outro encontro. Primeiramente, explicamos o motivo do novo contato e a importância da coleta de novos dados, pedindo ao/à responsável nova autorização para que seus/suas filhos/as participassem. Explicamos o procedimento que seria adotado nessa nova etapa e mostramos o instrumento a ser utilizado, explicando-lhes que poderiam se posicionar contra o uso de qualquer uma das imagens.

Um novo TCLE foi apresentado e assinado. Após a obtenção da autorização, a/o criança/adolescente também era esclarecida/o sobre o motivo de retomarmos a coleta de

dados e sobre o seu interesse em participar novamente do estudo. A aplicação do álbum de fotografias se deu individualmente, novamente em suas residências, local de escolha do participante.

As histórias e os diálogos de ambos os instrumentos foram gravados em um gravador de voz digital e, posteriormente, transcritos, seguindo rigorosamente as palavras dos/das participantes, tentando manter o máximo de fidelidade com relação ao que foi dito. Também foram registrados, pela pesquisadora, os gestos relevantes.

## **5. Procedimento de análise dos dados**

Buscamos promover uma análise discursiva a partir da perspectiva foucaultiana. Ponderamos, no entanto, que esse autor não propôs um método de análise do discurso, “seus pensamentos foram tecidos por teóricos da linguagem até se chegar ao que hoje comumente é chamado de análise do discurso foucaultiana” (Silva & Silva, 2012, p. 4). A escolha pelo procedimento de análise dos dados se deu a partir da compreensão que fazemos de discurso e de práticas discursivas. Foucault não se preocupava com o discurso enquanto simples expressão de uma ideia ou enquanto mera linguagem, mas como condições de possibilidades.

Foucault (1996) aponta para a hipótese de que toda a produção discursiva, em qualquer sociedade, é controlada pela interdição. Esta interdição limita a enunciação do discurso, marcado pela busca de desejo e de poder, pela luta do controle daquilo que anunciam. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (Foucault, 1996, p.10). O autor promove uma reflexão sobre o fato de que os discursos são influenciados por regras sociais e institucionais, que detêm o poder de saber e que, fazendo uso disso, atribuem ao discurso o poder de ser aceito como verdadeiro, ou não.

Uma análise discursiva nesta perspectiva deve pesquisar as relações existentes entre os acontecimentos discursivos e as regras que definem as condições de existências dos discursos. A questão é entender aquilo que foi permitido ser expresso e perceber as relações estabelecidas entre o que foi dito e o jogo de poder que se manifesta nos discursos (Jeronymo, 2005).

Nesse sentido, a linguagem não é apenas um instrumento que faz uma correspondência direta do pensamento com a coisa pensada, mas constitutiva do próprio pensamento. Como consequência, ela também compõe o sentido que atribuímos às coisas e a experiência que temos do mundo. Desta maneira, o significado não estaria escondido nas coisas e o ler não significa desvelá-lo. Ele é construído dentro de um conjunto de relações que se estabelecem entre o que observa e o que é observado. Tomando essa acepção de significado, podemos entender a análise como um processo em que se busca desvencilhar as relações existentes entre tudo que é parte de uma cultura (Veiga-Neto, 2007).

Ao falar de discurso, Foucault distingue as práticas discursivas das práticas não discursivas. Entende-se por práticas discursivas aquelas que se constituem no e pelo discurso, ou seja, não se pode pensar em um discurso que se isole do sistema de formação que o constitui e o tem. As práticas não discursivas são consideradas as que criam condições de possibilidades para as práticas discursivas, como as condições econômicas, sociais, políticas culturais, entre outras (Veiga-Neto, 2007). Não cabe, porém, procurarmos relações de causalidade entre uma e outra, o que se pode procurar examinar são as maneiras de articulação entre elas.

Considerando que os desenhos, as histórias contadas e os diálogos representam práticas discursivas, todos foram submetidos à análise. Buscou-se apreender os sentidos e as impressões que provocam, bem como as relações existentes entre os dados coletados e as interpretações sobre eles e os dizeres sociais, dentro de um campo de jogos de poder.

Assim, dentro das colocações de Foucault (1994) sobre o método, evitamos discussões que se fundamentassem em questões como “quais” ou “o que,” mas fazer interrogações que permitissem uma compreensão sobre a maneira como os discursos se constituem, bem como as relações estabelecidas entre eles. Levamos em consideração que as investigações nunca podem ser conclusivas, pois no fundo tudo é interpretação. Neste sentido, todo o material coletado serviu de apoio para a construção de sentidos sobre a representação de família e de si mesmos/as, dessas crianças/adolescente.

## **6. Considerações finais**

Promover uma discussão sobre as práticas sexuais e as configurações familiares que diferem do modelo nuclear exige cautela com relação ao método utilizado, principalmente por se tratar de uma temática que ainda provoca certa resistência por parte da sociedade. A dificuldade de se encontrar participantes que atendam aos critérios exigidos e que concordem em fornecer dados para o estudo é uma evidência da invisibilidade desses sujeitos perante a sociedade.

Realizar um estudo com sujeitos adultos que transgridem a norma social da família nuclear já se caracteriza como um desafio. Ter acesso e desenvolver um trabalho com crianças e adolescentes envolvidos/as nesses contextos torna-se um desafio ainda maior. Investigações sobre esta temática são difíceis de ser levadas a cabo, pois estes casais, ainda que concordem em ser investigados, resistem à ideia de consentir o mesmo para seus/suas filhos/as, pensando que, assim, os estão protegendo. Além disso, o/a investigador/a que se propõe a trabalhar com esse público deve também levar em consideração o desejo e a disponibilidade de seus/suas participantes.

Nesse sentido, o uso de um método adequado é primordial para a positividade de um estudo. O uso da técnica deve se adequar não só ao universo de significações dos/das

participantes, mas sugerir confiança aos seus/suas responsáveis.

Priorizar as vozes de crianças e adolescentes exige uma adaptação por parte do/a pesquisador/a para acolher não só aquilo que lhe é dito, mas tudo o que acontece em seu entorno. É de fundamental importância que a técnica seja lúdica e que desperte a curiosidade e o interesse em participar. O cuidado na escolha do instrumento deve partir do princípio de que o uso de um instrumento inadequado, que não acolha os participantes em suas diversas expressões de si mesmo, pode acabar reiterando ou legitimando estereótipos e preconceitos em torno do objeto estudado.

O uso de desenhos e histórias em pesquisas desse tipo se apresenta como uma saída para acolher a expressividade do universo infanto-juvenil de maneira mais ampla, evitando-se restrições ou resistências. Além disso, o uso de desenhos e imagens sem fazer menção direta aos objetivos inspira uma maior adesão por parte dos/das responsáveis pelos/as participantes.

A temática abordada servirá como norte apenas ao olhar do pesquisador ao analisar o seu *corpus* de estudo, mas não deverá limitar aquilo que as crianças/adolescentes têm para mostrar. A ação lúdica da técnica utilizada acaba por permitir que temas complexos de ser abordados e que exigem uma maior cautela do pesquisador, como a sexualidade, sejam trabalhados de maneira mais amena.

Cabe lançarmos mão de novos olhares sobre crianças e adolescentes como participantes ativos da construção social. Nesse sentido, deve-se priorizar suas vozes, seus olhares, suas opiniões, seus desejos. Afinal, pesquisas que sejam realizadas não apenas para as crianças/adolescentes, mas que sejam construídas em parceria com elas, funcionam como uma oportunidade de desfazer mitos e crenças acerca das implicações que este modelo de família poderia acarretar para o desenvolvimento das crianças.

## REFERÊNCIAS

- Amazonas, Maria Cristina; Lima, Albenise de Oliveira; Siqueira, Danielle de Fátima & Arruda, Gabriela (2008). Representação de Família e Material Didático. *Revista Interamericana de Psicologia*, 42(2), 236-246.
- Aiello-Vaisberg, Tânia Maria (1997). Investigações de Representações Sociais. Em: Trinca, Walter (org). *Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento de desenhos de família com estórias* (pp.255-288). São Paulo: Vetor.
- Ariès, Philippe (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Brasil (2009). Lei 8.069/1990 (2009). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Brasil (2003). Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos* (pp.33-41). *Pesqui. Odontotol. Bras.* 17 (Supl. 1). Acesso em 04 de março de 2013. Em: <http://www.sbpqo.org.br/suplementos/33%20-%20Diretrizes.pdf>
- Denzin, Noman & Lincoln, Yvonna (org.) (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Ferreira, Sueli (2001). *Imaginação e linguagem no desenho da criança*. Campinas: Papyrus.
- Ferreira Neto, João (2008). A experiência da pesquisa e da orientação: uma análise genealógica. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, 20 (2), 533-546. Recuperado em: 10 de outubro de 2012. Obtido em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922008000200017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922008000200017)
- Foucault, Michel (1994). *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michael (1996). *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gaiva, Maria Aparecida (2009). Pesquisa envolvendo crianças: aspectos éticos. *Revista Bioética*, 17(1), 135-146. Recuperado em 17 outubro de 2012. Obtido em: [http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/viewFile/85/88](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/85/88)
- Hall, Stuart. (2000) Quem precisa de identidade? Em: Silva, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.103-133). Rio de Janeiro: Vozes.
- Jeronymo, Celina (2005). Análise do Discurso: as marcas do sujeito. *Conteúdo: Núcleo de Produção Científica e Cultural da CNEC Capivari*, São Paulo, 135-142.
- Kramer, Sonia (2002). Autoria e autorização: Questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 0(116), 41-59. Recuperado em 27 de julho de 2012. Obtido em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200003)

- Melo, Liliane Maria (2008). *Parentalidade e Conjugalidade: a experiência de mulheres que tiveram um filho vítima de incesto*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Menezes, Katia Lacerda (2009). *Conversando com crianças: posicionamentos e sentidos em construção sobre família em contextos de conflito na justiça*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Meyer, Dagmar (2003). Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. *Movimento*, 9(3), 33-58.
- Natividade, Michelle Regina; Coutinho, Maria Chalfin & Zanella, Andréa Vieira (2008). Desenho na pesquisa com crianças: análise na perspectiva histórico-cultural. *Contextos Clínicos*, 1(1), 9-18.
- Pereira, Laís de Toledo (2005). O desenho infantil e a construção da significação: um estudo de caso. *Portal da Unesco*. Recuperado em 4 de junho de 2012. Obtido em: <http://portal.unesco.org/culture/en/files/29712/11376608891lais-krucken-pereira.pdf/lais-krucken-pereira.pdf>
- Silva, Gerlândia de Castro & Silva, Josenilda Maria (2012). Da Análise do Discurso à Apreciação das Práticas Discursivas: Possibilidades Metodológicas para a Pesquisa em educação. *Revista do Difere*, 2(3), 1-19.
- Trinca, Walter (1997). Apresentação e aplicação. Em: Trinca, Walter (Org.). *Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento de desenhos de família com estórias* (pp.11-34). São Paulo: Vetor.
- Uziel, Anna Paula (2002). *Família e homossexualidade: novas questões, velhos problemas*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas.
- Veiga-Neto, Alfredo. (2007). *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Veiga-Neto, Alfredo. (2009). Teoria e Método em Michel Foucault (im)possibilidades. *Cadernos de Educação*, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas, 1(34), 83-94. Recuperado em 24 de agosto de 2012. Obtido em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n34/06.pdf>
- Woodward, Kathryn (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em: Silva, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.7-72). Petrópolis: Vozes.
- Zambrano, Elizabeth (2006). Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12(26), 123-147. Recuperado em 13 de março de 2012. Obtido em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a06v1226.pdf>

## **FILHOS/AS DE CASAIS DO MESMO SEXO: COMO REPRESENTAM A SI MESMOS/AS E A SUAS FAMÍLIAS**

Gilclécia Oliveira Lourenço<sup>9</sup> – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco.

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas<sup>10</sup> – Professora Doutora do Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco

---

<sup>9</sup> Rua Visconde de Itaboraí, 692, Cordeiro, Recife, PE. CEP: 50721-370. Telefone: 9969.9616. E-mail: [gilcleciaoliveira@yahoo.com.br](mailto:gilcleciaoliveira@yahoo.com.br)

<sup>10</sup> Estrada do Encanamento, 608, apto. 1303, Casa Forte, Recife, PE. CEP: 52070-000. Telefone: 8876.6130. E-mail: [crisamaz@gmail.com](mailto:crisamaz@gmail.com)

## RESUMO

Neste trabalho, investigamos como crianças e adolescentes que vivem em famílias cujo casal parental é constituído por pessoas do mesmo sexo representam a si mesmas/os e a suas famílias. Participaram da pesquisa quatro crianças e um adolescente com idades entre 4 e 14 anos. Para a coleta de dados, utilizamos a técnica do Desenho da Família com Estória e o “álbum de fotografias” como estímulo para a narrativa de estórias por parte das crianças e do adolescente. Os dados coletados foram submetidos à Análise discursiva em uma perspectiva foucaultiana. Notamos que para nossos/as participantes, a delimitação de família tem como base os laços afetivos estabelecidos. Além disso, percebemos uma forte afinidade entre os participantes e o casal parental. Dessa maneira, consideramos que apesar de o discurso dos/das nossos/as participantes ser atravessado pela heteronormatividade, seus desejos, crenças e fantasias são reflexos de suas experiências pessoais e espelham as contingências de suas vidas.

**Palavras-chave:** Família; filhos de casais do mesmo sexo; representação.

## ABSTRACT

In this paper, children and adolescents living in families whose parental couple is formed by same sex people are investigated in their representations of themselves and their families. Participants were four children and one adolescent with ages from four to 14 years old. Data collection was carried through using the Family Drawing with Story technique and a “photo album” to stimulate story narratives by children/adolescents. Collected data were submitted to Discursive Analysis in a Foucauldian perspective. It was noticed that participants conceived family based on bonding. Furthermore, a strong connection was perceived between participants and their respective parents. In this way, it is considered that despite participants’ discourses being marked by heteronormativity, their wishes, beliefs and fantasies are reflections of their own personal experiences and reflect the contingences of their lives.

**Keywords:** family; sons/daughters of same sex couples; representation.

## RESUMEN

En ese trabajo investigamos cómo niños/as y adolescentes que viven en familias cuya pareja de padres/madres es constituida por personas del mismo sexo representan a si mismas/os y a sus familias. Participaran de la investigación cuatro niños/as y un adolescente con edades entre 4 e 14 años. Para la recogida de datos utilizamos la técnica del Dibujo de la Familia con Historia y un “álbum de fotografías” como estímulo para la narrativa de historias por parte de los/las niños/as y del adolescente. Los datos recogidos fueran sometidos a Análisis Discursiva en una perspectiva foucaultiana. Para nuestros/as participantes la definición de familia tiene como base los lazos afectivos establecidos. Además, percibimos una fuerte afinidad entre los participantes y la pareja de padres/madres. Así, consideramos que a pesar del discurso de nuestros/as participantes sufrieren atravesamientos de la heteronormatividad, sus deseos, creencias y fantasías son reflejos de sus experiencias personales y espejan las contingencias de sus vidas.

**Palabras-clave:** familia; hijos de parejas homo-orientadas; representación.

As temáticas que tomam como foco ou como pano de fundo a família têm sido alvo de inúmeros estudos e discussões. No entanto, a legitimação e a legalização dos vínculos afetivos que as pessoas têm constituído ao longo do tempo, vêm encontrando inúmeros empecilhos e dificuldades quanto ao reconhecimento pela sociedade.

Até 1969, a constituição brasileira reconhecia como legítimas, apenas as famílias constituídas legalmente pelo casamento, como células a serem protegidas pelo Estado. Só em 1988, sob muitas críticas dos conservadores, as uniões estáveis e a monoparentalidade foram reconhecidas como entidades familiares. Isto representou um grande avanço, pois, além de reconhecer aquelas em que existe apenas um dos genitores, desvinculou o conceito de família do casamento, como modelo único e legítimo (Menezes, 2009). Destaca-se que as ciências jurídicas, atualmente, não se limitam mais às questões biológicas, mas privilegiam as relações afetivas existentes. Desse modo, segundo Farias (2002, p. 327):

Violam o princípio da dignidade da pessoa humana e os demais preceitos constitucionais qualquer interpretação que exclua da proteção legal qualquer entidade familiar, seja fundada no casamento, na união estável, em modelos monoparentais, em uniões homoafetivas e no que mais o homem escolha para se organizar em núcleos elementares.

Apesar disso, longe dos manuais teóricos de igualdade de direitos e discursos politicamente corretos, na prática o que se pode observar socialmente é uma ideia resistente e predominante do modelo de família nuclear e tradicional, constituído por um casal heterossexual e seus/suas filhos/as. Embora este modelo seja, cada vez mais, uma experiência minoritária, enquanto ideal, ainda se considera necessário um par e de sexos diferentes (heteronormatividade) para que a família funcione bem, fato que pode ser

observado nos mais diversos âmbitos da organização social.

No campo jurídico, podemos identificar o ideário familiar influenciando diretamente as decisões sobre guarda e pedidos de adoção (Santos, 2012). No âmbito escolar, é perceptível a legitimação da ideia de família nuclear nos procedimentos acadêmicos, datas comemorativas, no material didático usado nas escolas (Amazonas, Lima, Siqueira & Arruda, 2008), e na visão dos/das professores/as de ensino fundamental que têm o conceito de família constituído por um casal de sexos opostos e seus/suas filhos/as (Amazonas, Vieira & Leite, artigo em preparação cedido pelos/as autores/as).

Apesar de as relações de afeto cada vez mais se sobreporem ao fator biológico, o discurso que predomina no campo jurídico do direito, enquanto legitimador dos arranjos familiares, é o da normalidade. É nesse contexto que as famílias constituídas pela união de duas pessoas do mesmo sexo aparecem à margem da sociedade (Uziel et al, 2006). Gonzáles e López (2009) afirmam que ainda hoje esse tipo de família é o:

[...] menos conocido de nuestra sociedad, hecho que se debe en parte a su excepcionalidad y, en parte, a la invisibilidad en la que se han refugiado con frecuencia para evitar el rechazo social. [...] No sólo son las familias menos conocidas en nuestra sociedad, sino también las menos aceptadas, aquellas frente a las cuales es más probable encontrar recelos o incluso abierto rechazo (p. 48).

Essas uniões ainda representam uma questão que mobiliza e ameaça a estrutura social, baseada no modelo dicotômico homem/mulher. É bem verdade que as configurações familiares vêm se modificando, especialmente em função do aumento no número de divórcios, da monoparentalidade, da independência da sexualidade em relação ao casamento, entre outros fatores. No entanto, o reconhecimento social e jurídico das famílias oriundas da união de dois homens e/ou de duas mulheres ainda é considerado uma

ameaça à concepção de família natural e sagrada, cujos valores, hábitos e comportamentos, durante muito tempo, foram considerados universais e imutáveis (Mello, 2005a).

Por meio de uma revisão de literatura, Zambrano (2006) constatou que os estudos científicos não apontam para diferenças significativas entre casais hetero e casais do mesmo sexo no que concerne à atenção dedicada aos filhos, ao tempo que passam com eles ou à qualidade dos vínculos estabelecidos. No entanto, a sociedade de maneira geral ainda avalia a parentalidade exercida por um casal do mesmo sexo como perigosa para os filhos.

Um estudo realizado na Inglaterra que teve por objetivo avaliar as relações estabelecidas entre mães lésbicas e seus/suas filhos/as e o desenvolvimento socioemocional e de gênero das crianças não revelou diferenças entre as crianças criadas em lares lésbicos em relação às criadas em lares cujo casal parental é composto por pessoas de sexos opostos (Golombok et al, 2003).

Outro estudo realizado na Austrália por Mikhailovich, Martin e Lawton (2001) promoveu uma investigação sobre as experiências de pais/mães homo-orientados/as que buscavam cuidar da saúde de seus filhos por meio do sistema de saúde do país. Este estudo constatou que todas as famílias mantinham cuidados médicos com seus filhos/as regularmente. No entanto, quase 50% dos entrevistados revelaram ter receios de assumir sua orientação sexual aos profissionais que cuidavam de seus filhos, por acreditarem que, caso esta informação fosse declarada, o tratamento devotado aos seus filhos/as pelos profissionais poderia mudar.

Interessante notar que os estudos que se debruçam sobre essa temática poucas vezes elegem as próprias crianças/adolescentes como protagonistas. O *corpus* das pesquisas geralmente concentra-se mais nos adultos como fornecedores de dados, ou seja, apesar de os objetivos se voltarem para o universo infanto-juvenil, às crianças e aos

adolescentes são reservados apenas os papéis de coadjuvantes no desenvolvimento das produções científicas.

Neste estudo, propomos um rompimento com a afonia dessas crianças/adolescentes, atribuindo-lhes os papéis de protagonistas. Partindo do princípio de que as posições de sujeito são construídas desde a infância, consideramos que o universo infanto-juvenil é bastante rico em significados e experiências, o que torna as crianças e adolescentes extremamente capazes de falar sobre suas próprias vivências, desejos, sentimentos e receios. Sendo assim, neste trabalho, buscamos pôr em evidência as experiências de crianças/adolescentes que vivem em famílias cujo casal parental é constituído pela união de dois homens ou de duas mulheres.

Com este estudo, não tivemos a pretensão de reiterar noções cristalizadas de caráter naturalizante, universalizante e normalizante sobre essas crianças/adolescentes. Mas, pensar sobre as possíveis produções de sentido que perpassam essas constituições familiares.

Ao tomarmos a noção de sentido, o fazemos numa perspectiva nietzschiana que a considera de uma forma plural, como “una constelación, un conjunto de sucesiones, pero también de coexistencias, que hace de la interpretación un arte” (Deleuze, 1986, pp. 10-11). O sentido depende sempre das forças que se apoderam e se expressam no acontecimento, na coisa. Não é possível compreender o sentido de um acontecimento sem considerar as forças que dele se apropriam, dominam e exploram. Um fenômeno muda de sentido de acordo com a força que se apropria dele (Deleuze, 1986).

Acreditamos que os resultados do nosso trabalho contribuem para a desconstrução de mitos e crenças acerca das implicações que este modelo de família pode acarretar para o desenvolvimento infanto-juvenil, subsidiando a ampliação das discussões e do conhecimento sobre esses modelos.

## 1. Metodologia

Esta pesquisa é um desdobramento de um projeto mais amplo da orientadora da dissertação que originou este artigo. O projeto, que se dedica a estudar “A parentalidade e a conjugalidade entre casais do mesmo sexo e suas repercussões sobre a construção da subjetividade infantil”, foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco, sob o parecer de número 154/2006, CEP 0101.0.096.000-06,

A atual etapa do estudo teve fomento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), cujo projeto foi aprovado em 2011. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que objetivou investigar como crianças e adolescentes, filhos de casais constituídos por pessoas do mesmo sexo, representam a si mesmos, a seus/suas pais/mães e a suas famílias. Entendemos representação, numa perspectiva pós-estruturalista, como um sistema simbólico pelo qual os significados são construídos e atribuídos, posicionando-nos como sujeitos (Woodward, 2000).

Participaram do estudo quatro crianças e um adolescente, de ambos os sexos, com idades entre 4 e 14 anos. Quatro dos participantes são filhos da união de duas mulheres e apenas um da união de dois homens. Todos os participantes conhecem seus pais biológicos.

Para a coleta de dados, optou-se por dois instrumentos: o Teste do Desenho da Família com Estória (DF-E), seguindo as orientações de Walter Trinca (1997), e um álbum de fotografias (Melo, 2008), construído a partir de imagens buscadas na internet.

Na aplicação do DF-E, o pesquisador solicita ao participante que faça desenhos sob as seguintes instruções: “desenhe uma família qualquer,” “desenhe uma família em que alguém não está bem,” “desenhe a família que gostaria de ter,” “desenhe sua própria família.” Para cada desenho, o participante deve contar uma estória e dar-lhe um título. A

aplicação é finalizada após a fase do inquérito, em que o pesquisador esclarece algumas questões que possivelmente tenham ficado obscuras.

O álbum de fotografias foi montado com imagens de diversas pessoas, que podem ou não ser interpretadas como famílias, em diferentes situações do cotidiano. Quatorze imagens foram selecionadas de modo a abarcar diversas possibilidades de configurações familiares. Desta maneira, dentre as figuras escolhidas, estavam: duas mulheres abraçadas, uma delas encontra-se grávida; dois homens brincando com um bebê; dois homens brincando com duas crianças; alguns jovens caminhando em um parque; entre outras.

O álbum foi oferecido aos participantes e para cada imagem foi solicitado que contassem uma estória. Este instrumento objetivou estimular o diálogo entre o participante e a pesquisadora, propiciando ao colaborador falar sobre seus sentimentos, identificações e sua própria história.

Os dois instrumentos foram aplicados individualmente após a leitura e assinatura do Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos responsáveis pelas crianças/adolescentes e do consentimento dos próprios participantes, sendo que entre a aplicação do primeiro instrumento e do segundo houve um intervalo de tempo de aproximadamente 10 meses. O tempo médio de aplicação do DF-E foi de 40 minutos, enquanto que o álbum de fotografias teve um tempo de aplicação aproximado de uma hora. As histórias contadas pelas crianças e o adolescente e os diálogos entre eles e a pesquisadora durante a aplicação de ambos os instrumentos foram gravados em um gravador de voz digital e, posteriormente, transcritos, seguindo rigorosamente as palavras dos participantes, tentando manter o máximo de fidelidade com relação ao que foi dito. Também foram registrados, pela pesquisadora, os gestos relevantes.

Os dados obtidos foram submetidos a uma análise discursiva a partir da perspectiva foucaultiana. Neste sentido, entendemos o discurso não apenas como uma expressão de

ideias, através de uma linguagem verbal ou não verbal, mas como as condições que possibilitaram a construção e atribuição de sentido às coisas e a nós mesmos (Veiga-Neto, 2007).

## **2. Os personagens, suas histórias e estórias**

Três dos cinco participantes residem com a genitora, mas de alguma maneira foram adotados afetivamente pelas companheiras de suas mães. Os outros dois foram adotados por ambos os cônjuges. Para preservar a identidade dos/das participantes, todos os nomes utilizados são fictícios.

Segue uma breve apresentação dos personagens desse estudo, suas histórias e estórias.

**João**, nosso colaborador mais velho, tem 14 anos. Seus pais biológicos se separaram antes do seu nascimento. Cresceu com a mãe e sua companheira, mas recebe frequentemente a visita do pai. No nosso primeiro encontro para a aplicação do DF-E, a mãe dele estava em crise conjugal com a sua companheira, com quem manteve um relacionamento de 10 anos. No segundo encontro para a aplicação do álbum de fotografias, as duas companheiras haviam rompido definitivamente com o relacionamento e a mãe de João já estava residindo com outra mulher.

No desenho livre, João desenhou unicamente a figura do pai. Para representar uma família qualquer, desenhou sua mãe e ele, omitindo qualquer referência a uma terceira pessoa. Na família em que alguém não está bem, ele desenhou um casal (homem e mulher) chorando pela perda do filho que havia falecido em um acidente de trânsito. Para representar a família que gostaria de ter, João desenhou ele próprio entre seus pais biológicos, todos de mãos dadas, e expressou verbalmente o desejo de ter seus pais juntos, apesar de descartar essa possibilidade. No último desenho, nosso participante desenhou a

si próprio e sua namorada.

Muito tímido, João teve dificuldade para contar as estórias. Em ambos os instrumentos, ele mais descreveu as imagens do que formulou a ideia de uma situação para cada uma delas. No entanto, a aplicação do álbum de fotografias possibilitou uma conversa rica e expressiva entre o participante e a pesquisadora. É fundamental colocarmos que João reside em uma cidade do interior de Pernambuco, e por ser um município pequeno, distante da região metropolitana, os valores, as crenças e as relações estabelecidas entre as pessoas possuem características específicas, o que certamente influencia nas falas e no modo de ser do nosso participante.

**Carol**, de 8 anos, convive com a mãe biológica e sua companheira, ocasionalmente vai à casa do pai. Na aplicação do DF-E, a mãe de Carol e sua companheira não residiam juntas, apesar de dividirem os cuidados com a menina. Quando retornamos para a aplicação do segundo instrumento, verificamos que ambas não só continuavam se relacionando, como haviam decidido morar juntas.

Carol se mostrou muito receptiva à participação no nosso estudo, desenhava rapidamente. As estórias eram curtas, mas diziam muito sobre ela. No desenho livre, omitiu figuras humanas, desenhou um parque que gosta de frequentar, com uma árvore, sol e nuvens. No segundo desenho, colocou um casal (homem e mulher) levando seu filho para a escola no primeiro dia de aula. O terceiro desenho representou duas figuras humanas: uma criança chorando e uma mãe que não a deixa tomar sorvete. Ao pedirmos que desenhasse a família que gostaria de ter, Carol desenhou a si mesma e seu futuro marido recém-casados. Por último, ela desenhou sua família representada por sua mãe biológica, sua companheira (que denomina de tia) e ela própria.

Na aplicação do álbum de fotografias, tendo as imagens como ponto de partida, nossa participante falou muito sobre si mesma, o que nos permitiu conhecer suas

experiências, seus medos, atividades preferidas, entre outras diferentes temáticas.

**Lucas**, também de 8 anos, foi entregue pela família biológica a duas professoras universitárias. Algumas vezes por ano visita sua família de origem, em uma cidade interiorana do Estado de Pernambuco. Desde sua adoção, ainda recém-nascido, ele reside na Região Metropolitana do Recife. Não houve grandes mudanças na vida dele no intervalo de tempo entre a aplicação do primeiro e segundo instrumento.

O desenho livre de Lucas foi o único em que ele usou lápis de cor para elaborar os traços de uma borboleta. Ao ser pedido para desenhar uma família qualquer, colocou no papel a imagem de quatro figuras humanas: pai, mãe, filho e filha. No segundo desenho, ele colocou um menino triste porque era filho único e desejava muito ter um irmão. Apesar de não revelar a identidade desse menino, afirmando que era um menino qualquer, no desenho seguinte (desenhe a família que gostaria de ter), ele fez suas duas mães, ele e incluiu a imagem de outro garoto que seria seu “futuro irmão.” No que representa sua família, Lucas desenhou suas “mães” e ele, todos de mãos dadas. É importante lembrar que ele adota o nome “mãe,” para uma das mulheres que o adotou e “mainha” para a outra.

Na primeira aplicação, o DF-E, nosso participante omite qualquer referência à família de origem. No entanto, na aplicação do álbum de fotografias, esta é uma das diversas temáticas utilizadas nas suas histórias.

Lucas é bastante esperto, para cada desenho ou para cada imagem contava uma história longa e rica em detalhes. Muito comunicativo, foi o participante que mais demandou tempo de aplicação em ambos os instrumentos.

**Ana** tem 7 anos, os pais se separaram logo após seu nascimento. Com 1 ano de idade, foi morar com a avó materna, pois a mãe viajou para Portugal e seu pai não autorizou que levasse a criança. A mãe de Ana retornou quando ela tinha 4 anos. Desde então, a nossa participante reside com a mãe e sua companheira. Mas, ainda é alvo de uma

disputa judicial entre seus pais biológicos por sua guarda. Há a intenção por parte da mãe de Ana de se mudar para o sul do país, região de origem da sua companheira. Para isso, ela necessita não só da guarda definitiva da filha, como também da autorização do pai da criança. Estes fatos estão propiciando uma forte tensão entre os adultos responsáveis pela participante.

Ana iniciou a sequência com um cavalo e pintou com sua cor preferida: rosa. A participante desenhou a família de sua amiga Júlia para representar uma família qualquer. Posteriormente, numa família em que alguém não está bem, Ana desenhou uma imagem masculina chorando porque sua filha irá morar longe dele. No esboço seguinte, apresentou, como família que gostaria de ter, todos os personagens com os quais mantém vínculo afetivo forte: o pai, a mãe, a tia (companheira da mãe) e ela. Posteriormente, na fase do inquérito, acrescentou a avó. Todos juntos de mãos dadas em um desenho que foi intitulado de “Meu sonho”. No último, colocou os mesmos personagens, porém mais distantes e dentro de imagens de casas: o pai em uma casa, ela a mãe e a tia no centro do papel, a avó em outra casa.

Na aplicação do álbum de fotografias, as histórias da participante convergiam em todos juntos, se amando e vivendo felizes. Ana falou muito sobre a relação que mantém com seus pais biológicos, o medo de se separar de alguém que ama e sua relação de afinidade com a companheira da mãe. Apesar da pouca idade, Ana demonstra ter muita maturidade e mantém uma significativa coerência entre suas colocações. Muito espontânea, nossa participante fala com naturalidade sobre seus sentimentos e expõe facilmente suas opiniões.

**Mateus**, nosso participante mais novo, tem 4 anos. Sua mãe faleceu um pouco antes de ele completar 1 ano de idade. Seu pai biológico recusou-se a cuidar dele, deixando-o sob os cuidados do padrinho. Atualmente, ele reside com o padrinho e seu

companheiro, a quem ele chama de tio. Mateus conhece o pai biológico, mora relativamente perto dele e o vê com frequência. No entanto, seu pai resiste a qualquer tentativa de aproximação afetiva entre eles. No segundo encontro para aplicação do álbum de fotografias, constatamos que houve algumas mudanças na vida de Mateus: está residindo em um novo endereço (um pouco mais distante da residência do pai biológico), mudou de escola e o padrinho conseguiu sua guarda definitiva.

Mateus iniciou o desenho livre com uma borboleta, mas ao contar a estória sobre ela, foi modificando: as asas da borboleta passaram a ser o corpo de uma mulher, as antenas tornaram-se cabelos e o conjunto se transformou em uma figura feminina. Uma verdadeira metamorfose. No segundo desenho, colocou um irmão (oriundo de um segundo casamento do pai biológico) e o tio (companheiro do seu padrinho), depois acrescentou a si mesmo ao desenho e afirmou que todos estavam jogando bola. Ainda escreveu algumas letras desordenadas, disse que era o nome “mamãe” e adicionou a figura da mãe. No traçado em que alguém da família não está bem, ele se desenhou chorando e argumentou que era por saudade da mãe. No da família que ele gostaria de ter, colocou, inicialmente, o pai biológico e, posteriormente, a professora. Por fim, representou a sua família com a imagem de uma tia e de um primo que residem em outra cidade.

Mateus, assim como João, reside em uma cidade interiorana, e se mostrou bastante tímido, falando pouco sobre seus desenhos. Na aplicação do álbum de fotografias, mostrou-se mais confortável, porém não se estendeu muito nas estórias contadas.

### **3. A família: jogos de desejos**

As lutas pelo reconhecimento das uniões conjugais entre pessoas do mesmo sexo representam um marco em relação às reivindicações das classes de sexualidades discordantes da norma, pois ela evidencia a exigência não apenas de direitos de cidadania,

em nível individual, mas também a constituição familiar (Mello, 2005). Ainda que esses casais não tenham reconhecimento social e legitimação do Estado, estas uniões se apresentam cada vez mais presentes. “Este fato aponta que a conjugalidade se mostra possível entre pessoas do mesmo sexo e não mais restrita apenas à heterossexualidade” (Silva, 2008, p.75).

Uma de nossas participantes, ao contar a estória sobre a imagem de duas mulheres se abraçando, em que uma delas encontra-se grávida, diz: *“Era uma vez uma mulher que era casada com outra mulher. Elas se amavam muito e queriam ter um filho. Até que uma ficou grávida. E as duas viveram felizes para sempre”* (Ana, 7 anos).

A nossa participante indica a possibilidade de duas mulheres terem um relacionamento construído sobre os alicerces do amor e do desejo de constituírem uma família. No entanto, a batalha travada entre os discursos sociais de não reconhecimento da relação entre pessoas do mesmo sexo e os desejos dessas mesmas pessoas de terem suas relações legitimadas acaba muitas vezes por eleger o Estado como mediador legal dessas práticas. Sendo assim: “O Estado se torna o meio pelo qual uma fantasia se torna literal; desejo e sexualidade são ratificados, justificadas, conhecidas, declaradas publicamente instaladas, imaginadas como permanentes, duradouras [sic]” (Butler, 2003a, p. 234).

Nesse sentido, o Estado ou qualquer um dos seus representantes legais simbolizariam a saída possível para a afirmação dessas configurações familiares. Em outro trecho do álbum de fotografias, ao elaborar uma estória sobre uma imagem, cujos personagens são dois homens brincando com duas crianças, Ana narra:

*Era uma vez um homem que tinha dois filhos. Ele se separou e ficou com as crianças. Até que se apaixonou de novo. Só que dessa vez as pessoas não gostavam do namoro dele porque era com outro homem. Mas, ele foi pro juiz e o juiz disse que tudo bem, que ele podia ficar com os filhos e com o namorado. Aí todos eles*

*ficaram felizes* (Ana, 7 anos).

A vida de Ana é marcada por uma disputa judicial entre seus pais biológicos por sua guarda. Neste sentido, a figura do Juiz representa a autoridade máxima da qual depende o reconhecimento das relações familiares estabelecidas. A fala de nossa participante aponta para a instauração de relações de poder marcadas por uma hierarquia. Para Ana, o fato de o juiz afirmar “que tudo bem” legaliza e reconhece os laços afetivos da família e de alguma maneira autoriza a felicidade de todos, sem que seu personagem precise optar entre ter os filhos ou o namorado perto dele.

Todavia, apesar de na estória de Ana o poder ser representado pela figura do juiz, não podemos entendê-lo como algo que está centralizado e tem o intuito dominador, mas que surge de todos os lados e se desloca em todas as direções, afetando as várias relações (Foucault, 2007). Na estória de Ana, apesar de os personagens aguardarem o posicionamento do Juiz diante da sua configuração familiar, as relações afetivas entre seus membros e sua constituição já existem, mesmo sem o consentimento legal, subvertendo a norma. Neste sentido, “o poder não atua simplesmente oprimindo ou dominando as subjetividades, mas opera de forma imediata na sua construção.” (Arán & Peixoto Junior, 2007, p. 132).

Também nos chama a atenção, ainda neste recorte da fala de Ana, que o personagem de sua estória, ao se descobrir apaixonado, se depara com uma situação em que não há a aprovação do relacionamento pelas outras pessoas. De fato, constituir vínculos afetivos em moldes que divergem da heteronormatividade não é, propriamente, uma situação confortável para um indivíduo.

Segundo esta norma, haveria uma relação linear entre sexo, sexualidade e desejo e estes se destinariam, prioritariamente, à reprodução. Esta ênfase no biológico, na reprodução, tem por base a crença de que as identidades de gênero e as práticas sexuais são

naturais, ao invés de considerá-las como “son un conjunto arbitrario de regulaciones inscritas en los cuerpos que aseguran la explotación material de un sexo sobre el otro” (Preciado, 2002, p. 22).

[...] *sei lá... assim: todo mundo tem mãe e pai... eu também tenho pai... mas, assim: minha mãe namora uma mulher... não é um homem... aí é diferente... eu digo que ela é minha tia quase mãe, amiga da minha mãe... eu não digo que ela é namorada de mamãe. [...] Sei lá... eles podem achar minha família estranha* (Carol, 8 anos).

Esse recorte da fala de Carol aponta para a heteronormatividade como reguladora dos vínculos estabelecidos. Para ela, apesar de manter laços afetivos bastante estreitos com a companheira da mãe, é mais confortável apresentá-la socialmente como “tia quase mãe” e omitir a relação amorosa existente entre sua genitora e outra mulher. Ela define o relacionamento da mãe como “diferente,” posteriormente fala sobre o receio de ter sua família rotulada como “estranha.” O discurso de Carol evidencia a ligação firmada entre o “diferente” e o “estranho,” por vezes utilizados como sinônimos.

Segundo Butler (2001), o sexo não é apenas e simplesmente algo que alguém possui, mas aquilo que torna alguém viável e inteligível. Nesse sentido, as práticas sexuais que divergem das normas seriam (des)qualificadas como ininteligíveis, absurdas ou “estranhas.” O efeito naturalizado das performatividades<sup>11</sup> de sexo e gênero é produzido e fortalecido através das constantes reiterações normativas: palavras, gestos, atitudes, entre outras que são frequentemente utilizadas para renovar esses preceitos.

*Era uma vez uma família feliz. Elas se amavam e queriam ter um filho, mas não*

---

<sup>11</sup> Entendemos a performatividade como uma “conduta” de reiteração da norma ou de um conjunto de normas, que não podem ser interpretadas como atos teatrais de simples repetição, mas algo que ao se fazer, simultaneamente, dissimula e produz a norma. Neste sentido, “a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Butler, 2001, p. 154).

*podiam porque eram duas mulheres e “mulher com mulher é jacaré, né?”* Aí, elas adotaram um bebezinho. Elas ficaram tão felizes, tão felizes, que não queriam ficar longe dele nem um minutinho sequer. Levaram ele pra passear em todos os lugares. Levaram pra ver Papai Noel, pro parque, pra praia. E todos ficaram felizes para sempre (Ana, 7 anos, sobre uma imagem em que aparecem duas mulheres e um bebê).

A estória de Ana indica a possibilidade de um relacionamento amoroso entre duas mulheres e traz um desfecho feliz. Ana apresenta uma alternativa para a impossibilidade de as personagens gerarem um filho biologicamente. Isto indica que esta criança está elaborando a sua situação familiar de maneira positiva, ainda que traga, em sua narrativa, resquícios dos preconceitos sociais na expressão “mulher com mulher é jacaré.” Este enunciado remete à ideia de que um relacionamento entre mulheres ocasiona algo que contradiz a natureza humana, ou seja, reitera a noção de anomalia das relações entre pessoas sexualmente equivalentes e naturaliza a concepção de complementaridade dos sexos. “Estas atribuições ou interpelações alimentam aquele campo de discurso e poder que orchestra, delimita e sustenta aquilo que pode legitimamente ser descrito como ‘humano’” (Butler, 2001, p.161).

Mas é importante ressaltar que ela conta uma estória de duas mulheres que ultrapassam os limites fixados pela impossibilidade de gerar um filho biológico e que vão de encontro às barreiras impostas. A narrativa aborda a estória de uma família que foi “feliz para sempre,” demonstrando a contingência de resistir às normas. Neste sentido, as relações de poder implicadas na produção de subjetividade têm como aspecto o fato de que na própria “engrenagem do poder” manifesta-se uma força de resistência com um importante potencial de modificação (Arán & Peixoto Junior, 2007, p.135). O que nos leva a afirmar que poder e resistência não se opõem, mas coexistem nos meios de subjetivação

e estão em constante tensão.

João, único adolescente participante de nossa pesquisa, fala de algumas situações em que teve que aprender a lidar com a norma heterossexual. Vale ressaltar, que esse participante possui algumas especificidades culturais: ele reside em uma cidade interiorana do Estado de Pernambuco, pouco populosa, onde os valores e crenças são rígidos e embasados fortemente na divisão das identidades de gênero. Fato que certamente influencia seu discurso:

*Ficam tirando onda; “Ôxe, tua mãe fica tomando as namoradas de tu.” “Tua mãe arruma mais mulé que tu.” Eu digo: Ôxe, sorte dela, se ela pega mais do que eu, ôxe, sorte dela... Ôxe, eles ficam tirando onda... Aí ficam um monte rindo... [...] Eu nem gosto muito não, sabe. Quando o povo fala assim, eu tapeio, rio um pouquinho e saio fora. [...] Os meninos chegava, ôxe... “ Tua mãe é sapatão, num sei o que, num sei o que lá.” Rapaz, tire onda não; “Tua mãe é sapatão mesmo.” Aí, eu peguei e derrubei ele da cadeira e dei uns murros nele lá... fui expulso da escola... foi um monte de dia... eu brigava direto com os meninos. [...] Até quando eu comecei a entender isso... aí eu fui sabendo mais das coisas... as pessoas falava, eu nem ... eu ligava mais, antes... [...] aí eu comecei a entender, né? Eu vou ter preconceito com isso? Se minha mãe é isso, ôxe, eu tenho que apoiar... (João, 14 anos, durante a conversa estimulada pela aplicação do álbum de fotografias).*

João, ao mesmo tempo em que revela reações agressivas às colocações pejorativas dos colegas da escola, afirma que, com a maturidade, aprendeu a lidar com a situação. A fala de João evidencia um discurso que se alterna entre ceder às provocações dos colegas ou mostrar que não se importa. O recorte da fala de nosso participante aponta para a existência de uma polivalência discursiva. Neste sentido, não há um revezamento entre as

forças discursivas, mas uma coexistência entre elas.

Segundo Fairclough (2008), é possível que existam diferentes discursos, mesmo que contraditórios, que atendam à mesma estratégia; ou um mesmo discurso que transite por estratégias opostas. Não existe “um discurso de poder e em oposição a isso outro discurso que funciona contra ele. Os discursos são elementos ou blocos táticos que operam no campo das relações de força” (p.86).

De todo modo, a expressão “sapatão”, utilizada acima na fala de João, nos chama a atenção. Esta expressão faz referência aos “pés grandes”, uma característica tipicamente atribuída à figura masculina. A utilização dessa expressão enfatiza a mulher lésbica como aquela que é masculinizada, reforçando padrões estereotipados. Para Silva (2000), os repetidos enunciados performáticos possibilitam a construção de identidades. Aquilo que está marginalizado necessita ser enquadrado, categorizado e nomeado para ser reconhecido. Desta maneira “o ato de nomear é, ao mesmo tempo, a repetição de uma norma e o estabelecimento de uma fronteira” (Arán & Peixoto Junior, 2007, p.134).

Os corpos ininteligíveis necessitam ser enquadrados em definições pregressas para ser aceitos. Na primeira imagem do álbum de fotografias, apresentam-se vários adolescentes caminhando. Um deles mostra-se como uma figura ambígua, fato que possibilitou o questionamento de uma de nossas participantes: “[...] *Essa aqui, é menina ou menino? [...] Parece uma menina, mas tem cabelo curto igual a um homem. Mas, eu acho que é uma menina, tem peito, olha*” (Carol, 8 anos).

Em outro trecho da aplicação do instrumento, em que se encontra a imagem de duas mulheres com um bebê, a mesma participante coloca: “[...] *Eu adoro bebezinhos. É uma menininha, né? [...] É sim. Está de sainha, olha*” (Carol, 8 anos).

Ao dizer que alguém é homem ou mulher, procedemos a uma redução que consiste em isolar determinadas partes da totalidade do corpo e fazer delas significantes sexuais

(Preciado, 2002). Esta autora, na mesma obra, diz:

Dado que lo que se invoca como “real masculino” y “real femenino” no existe, toda aproximación imperfecta se debe renaturalizar en beneficio del sistema, y todo accidente sistemático (homosexualidad, bisexualidad, transexualidad...) debe operar como excepción perversa que confirma la regularidad de la naturaleza (p. 25).

Corpos que transgridem a heteronormatividade ameaçam a coerência do sistema sexo/gênero e, portanto, precisam ser submetidos à marginalização. Podemos considerar algumas lutas das chamadas minorias sexuais como tentativas da sociedade de reassimilação desses corpos ininteligíveis ou abjetos. O matrimônio gay, a luta pelo direito à parentalidade, entre outros, são considerados por alguns teóricos *queer* (Preciado, 2002; Preciado & Carrillo, 2007) como movimentos assimilacionistas, isto é, fariam parte de movimentos sociais identitários que expressariam a busca por reconhecimento a partir de um modelo heterossexual e podem representar uma armadilha para estes sujeitos, despoltizando e enfraquecendo seu poder de ruptura com a norma.

No entanto, esta crítica não encontra consonância entre todos os teóricos *queer*. Judith Butler (2003b, 56-57), por exemplo, aponta que simplesmente o fato de se tratar de dois homens ou duas mulheres pode significar uma ruptura. Diz:

A “presença” das assim chamadas convenções heterossexuais nos contextos homossexuais, bem como a proliferação de discursos especificamente gays da diferença sexual, como no caso de “butch” e “femme” (termos que designam os papéis masculino e feminino eventualmente assumidos nos relacionamentos lésbicos) como identidades históricas de estilo sexual, não pode ser explicada como a representação quimérica de identidades originalmente heterossexuais. E

tampouco elas podem ser compreendidas como a insistência perniciosa de construtos heterossexistas na sexualidade e na identidade gays. A repetição de construtos heterossexuais nas culturas sexuais gay e hetero bem pode representar o lugar inevitável da desnaturalização e mobilização das categorias de gênero.

Nosso adolescente, em outro determinado momento da aplicação do álbum de fotografias, questiona a heterossexualidade como normalizadora das relações e das configurações familiares:

*Por que todo mundo tem que ter pai e mãe? E quem não tem vai fazer o que? Nada. Vai viver como? Do mesmo jeito, só que diferente. Eu não sou mais especial, também não sou menos legal que meus colegas, né? Ôxe, a pessoa tem que ser igual, é? Não. Tem que ser diferente. Ou todo mundo faz tudo igual sempre, do mesmo jeito? (João, 14 anos).*

João fala sobre a possibilidade e a necessidade de ser reconhecido como “diferente”. Se diferenciar é apontar para uma nova possibilidade, para um modo de ser que ao mesmo tempo em que se repete, cria: “*Do mesmo jeito, só que diferente*”. Arán e Peixoto Junior (2007, p.129) colocam que “embora gênero e subjetivação sejam reiterações da norma sexual, na própria instabilidade da repetição do mesmo é possível vislumbrar a positividade da subjetivação como resistência, singularidade e produção da diferença”.

Mobilizada por uma das imagens do álbum de fotografias, constituída por dois homens brincando com um bebê, nossa colaboradora fala sobre as diversas possibilidades de ser família:

*[...] Sabia que dois homens podem ter filhos? [...] Eu não sabia não. Mas, tia Vivian (companheira da mãe biológica) me disse que pode. Pode ser adotado, pode*

*ser filho de um deles... Mas os dois cuidam, e são família. [...] Minha família é assim, sabia? Quer dizer, mais ou menos. [...] É assim, só que com duas mulheres. Minha mãe e tia Vivian são namoradas. Mas, pra mim, tia Vivian é como se fosse uma mãe. A gente é uma família assim... com duas mães...(Carol, 8 anos).*

Carol fala de sua descoberta sobre algo que transcende a descendência biológica e posteriormente sobre seu conceito de família como aquelas pessoas que exercem cuidados mútuos. Ela reconhece como figura materna a companheira de sua mãe biológica, e é a própria companheira de sua genitora que lhe esclarece sobre as diversas possibilidades de configurações familiares. O fato de Carol ter “duas mães” não diz apenas sobre uma insubordinação à norma da conjugalidade heterossexual, mas fala sobre a possibilidade real de um par do mesmo sexo exercer a parentalidade.

Segundo Mello (2005), as lutas pelo reconhecimento social e jurídico das configurações familiares constituídas a partir da união de pessoas do mesmo sexo estão relacionadas à legitimação e/ou negação do mito da complementaridade dos sexos e dos gêneros, limitando ao casal homem-mulher a competência moral e social do exercício das funções designadas à instituição familiar, principalmente no que concerne à parentalidade.

Embora a orientação sexual ainda seja um empecilho para o reconhecimento social da paternidade ou maternidade por casais constituídos por pessoas do mesmo sexo, não existe respaldo científico que incapacite pessoas homo-orientadas de exercerem a parentalidade. Além disso, o que podemos observar é que apesar de os laços consanguíneos serem um fator relevante nos conceitos de constituição familiar, não representam o único nem o mais importante determinante na delimitação de família. No caso de nossos participantes, o que parece ser primordial são as relações de afeto e de cuidado entre os elementos do grupo familiar.

Na aplicação do DF-E, ao ser solicitada que desenhasse sua própria família, Carol

colocou ela, a mãe biológica e a tia (companheira da mãe), posteriormente intitulou o desenho de “Minha Família” e afirmou: *“Tem meu pai, minha avó, meus tios e meus primos. Mas, eles são mais distantes, por isso não desenhei”* (Carol, 8 anos).

Parece que, apesar de reconhecer um grau de parentesco com outras pessoas, para Carol, a família é representada, prioritariamente, pelas pessoas que estão “próximas,” apenas seu núcleo de convívio é que merece ser desenhado, os participantes ativos no seu processo de desenvolvimento. O sentido da “distância” para Carol pode ser atribuído a uma delimitação geográfica ou representar um distanciamento afetivo entre ela e os demais entes, embora ambos os significados não sejam excludentes. Chama-nos a atenção o fato de que ao usar a “distância” para definir sua família, Carol parece delegar ao pai a categoria de parente, o mesmo patamar atribuído aos tios, avós e primos.

Ana, na aplicação do DF-E, sob a mesma consigna, desenha todos aqueles a quem ama: o pai, a mãe, a tia (companheira da mãe), ela e a avó. Embora o pai e a avó sejam colocados dentro de suas respectivas casas, cada um em uma extremidade da folha de papel, enquanto que a mãe, a tia e ela foram desenhadas, de mãos dadas, ao centro, todos fazendo parte do que ela considera família, indicando que as relações afetivas entre elas são o que de fato conta. *“Esse é meu pai, ele tá longe porque não mora comigo. [...] essa é minha mãe e minha tia, elas são namoradas. Essa é minha avó, quase mãe, ela é muito gorda, e essa sou eu”* (Ana, 7 anos).

Para Carol e Ana, a distância é fator relevante na representação de família, embora caracterizada de maneira divergente: para a primeira participante, esse fator permite a omissão de alguns membros; para a segunda, o estar longe não é suficiente para impedi-la de desenhar todos aqueles que considera como família. O que podemos inferir é que a distância para nossas participantes não tem o sentido de afastamento físico, Carol não é próxima afetivamente do pai, enquanto que Ana tem uma aproximação afetiva muito

grande com o pai e com a avó, apesar da distância física.

Nesse sentido, a delimitação de família não está diretamente relacionada com a noção de parentesco, com a questão biológica ou a aproximação física, os contornos são dados pelo grau de afeto que perpassa as relações. A legitimação desses grupos como suas famílias pelas próprias crianças corrobora com o conceito de que a entidade familiar deve ser entendida “como grupo social fundado, essencialmente, em laços de afetividade, pois a outra conclusão não se pode chegar à luz do texto constitucional” (Farias, 2002, p.327).

Uma das falas de Lucas no álbum de fotografias reforça ainda mais esse conceito de família: “[...] *eu acho assim: se todo mundo tá junto... tá feliz... se ama todo mundo... é família. [...] pode até brigar às vezes, mas tem que pedir desculpa depois... a gente quer tá perto... sente saudade... é porque é família, né?*” (Lucas, 8 anos).

Szymanski (2002) diz que cada família cria modos próprios de convivência e de comunicação. Esta linguagem e simbologias peculiares implicam uma constante adaptação, construção e agenciamento de sentidos que nem sempre são harmoniosos. A convivência familiar é marcada por um movimento intenso e contínuo de reorganização.

Ana, ao ser solicitada para desenhar “a família que gostaria de ter,” conteve-se pensativa e após alguns minutos de silêncio, iniciou a pequena produção artística, em que aparecem: o pai, a mãe, a tia (companheira da mãe) e ela, nesta ordem. Posteriormente, na fase do inquérito, ela adiciona a figura da avó ao desenho.

*Aqui está meu pai, minha mãe, minha tia (companheira da mãe) e eu. A gente mora todo mundo junto. Eu estou feliz porque tenho minhas duas mães e meu pai comigo o tempo todo. Meu pai está triste e feliz, tá feliz porque está perto de mim, mas ele tem ciúme da minha mãe. [...] Elas estão felizes. Aqui no meu desenho elas gostam muito do meu pai e não querem ficar longe dele* (Ana, 7 anos).

No desenho intitulado de “Meu sonho,” Ana expressa seu desejo de ter todos os que ama juntos, o que a faz ficar feliz. No entanto, ela reconhece que o pai não está tão confortável com a situação, vivenciando uma polaridade de sentimentos: “triste e feliz”.

Para nossos participantes, família são as pessoas com quem podem contar, independentemente de laços de parentesco ou de modelo de configuração. Este tipo de representação apreende “noções de famílias que podem ser reconstruídas, desconstruídas, construídas conforme as contingências da vida” (Menezes, 2009, p.119). Assim, pessoas podem ser agregadas ou mantidas, desde que as relações sejam permeadas por afeto.

#### **4. Pais, mães, “mainhas” e tias**

Grande parte das produções científicas que abordam a temática de “configuração familiar” fala prolixamente sobre a resistência social, política e jurídica de se reconhecer os arranjos familiares divergentes da norma, como legítimos. É fato que esse tema é de fundamental importância e este trabalho não representa uma exceção à regra. No entanto, o que algumas vezes passa despercebido nos estudos científicos é que a não legitimação de algumas práticas de relações humanas já representa o reconhecimento de sua existência.

Uma de nossas participantes fala sobre a experiência de tomar conhecimento do relacionamento da mãe com outra mulher.

*[...] é que eu não entendia como é que minha mãe tava assim... namorando assim...  
[...] assim, né?... Com outra mulher. [...] eu tinha vergonha de dizer... eu não gostava, não. Mas, aí elas foram dizendo que era porque se amavam... Igual um homem e uma mulher, sabe? Aí, eu fui entendendo... fui conhecendo tia Vivian e gostando... Aí pronto (Carol, 8 anos).*

O recorte da fala de Carol mostra a dificuldade de reconhecer o relacionamento da

mãe com outra mulher como legítimo, apesar de saber de sua existência. Para Butler (2003a), os argumentos sobre o não reconhecimento dessas relações se caracterizam como um paradoxo, posto que, no momento em que não se reconhece as relações humanas como possíveis, logo, “esse alguém já as reconheceu e busca negar aquilo que, de uma maneira ou de outra, já foi compreendido” (p. 236).

Carol a princípio não aceita o relacionamento da mãe e o nega à medida que assume a postura de não falar sobre isso. Posteriormente, através do diálogo, ela consegue reconhecer o sentimento existente entre sua genitora e a namorada, abrindo-se para a possibilidade de ser cativada pela companheira da mãe.

Interessante notar que o relacionamento só começa a ser aceito por Carol após equiparar o sentimento existente entre sua mãe e a companheira ao amor romântico existente entre um casal de sexos opostos. No entanto, não podemos afirmar que a narrativa de Carol busca enquadrar esse relacionamento à norma heterossexual, tampouco que ela está valorando o relacionamento entre pessoas sexualmente discordantes como melhor ou pior. O fato de nossa participante afirmar que o sentimento nutrido entre sua mãe e a companheira é “igual a um homem e uma mulher” não significa propriamente uma submissão à heteronormatividade, mas que o discurso de nossa participante é atravessado por essa norma.

*Tu sabe que mainha e tia Helena são namoradas, né? [...] Tem gente que diz que eu não posso ter duas mães. [...] aqueles meninos que eu te falei, lá do colégio, eles ficam dizendo: “ah, tua mãe é sapatão!”... “Ana é filha de duas mães!” [...] Antes eu ficava com raiva, brigava. Hoje eu nem ligo. [...] Tia Helena disse que era bom ter duas mães... são duas pessoas pra cuidar da gente e que o mais importante é o amor, né? (Ana, 7 anos).*

A fala de Ana reflete a resistência dos colegas em reconhecer a possibilidade de a nossa participante ter duas mães. O interessante nesse trecho é que sentidos diferentes são atribuídos à expressão “duas mães”. Pelos colegas, o termo é usado de maneira pejorativa, fato que provoca irritação em nossa participante e a incita a promover retaliação: “Ana é filha de duas mães”. Em outro momento, a companheira de sua mãe lhe oferece outra compreensão sobre esse termo, em que se sobressaem os aspectos positivos da maternidade, fazendo com que nossa participante assuma uma postura de indiferença diante das investidas ofensivas dos colegas.

Essa observação não diz apenas sobre a relação entre conotação ou denotação de um conjunto de palavras, mas indica o quanto os sentidos estão relacionados à união de forças que se apossam deles. Ter “duas mães” tem significação positiva ou negativa, a depender dos fatores que estão, simultaneamente, implicados e apropriados dessa expressão. Isso não quer dizer que os sentidos são excludentes, mas múltiplos.

Un mismo objeto, un mismo fenómeno cambia de sentido de acuerdo con la fuerza que se apropia de él. [...] No hay ningún acontecimiento, ningún fenómeno, palabra ni pensamiento cuyo sentido no sea múltiple: Algo es a veces esto, a veces aquello, a veces algo más complicado, de acuerdo con las fuerzas (los dioses), que se apoderan de ello (Deleuze, 1986, p.11).

Dessa maneira, não se trata, apenas, de atribuir uma significação à palavra, mas o ato de proferir implica uma ação. Considerando o ato performativo como uma prática discursiva que “efetua ou produz aquilo que ela nomeia” (Butler, 2001, p.167), podemos afirmar que a expressão “ter duas mães” não apenas nomeia um tipo de relação entre pessoas, mas atribui a essa relação uma existência. Dessa maneira, sentidos diferentes provocam reações distintas em nossa participante.

Ana não é a única a falar sobre o fato de ter duas mães. Outros participantes também fizeram uso da expressão e posteriormente foram questionados sobre essa experiência. Lucas, após contar uma estória sobre a imagem de duas mulheres que seguram um bebê, introduz a temática sobre as suas várias “mães.” *“Eu tenho duas mães, sabia? [...] É. São as duas que me pegaram pra criar: uma eu chamo de mainha e a outra é mãe”*.

Ao ser questionado como é ter duas mães, ele responde:

*É bem maneiro... assim... eu gosto da minha mãe de verdade (genitora)... a que me teve... do meu pai... Mas, gostar mesmo de verdade, eu gosto das minhas duas mães... Elas são mais legais. [...] Eu tô acostumado com elas... desde pequenininho que eu moro com elas. [...] Lá é estranho (Casa da família de origem)... Eu não conheço as pessoas... assim... eu conheço... mas aqui... eu sei o nome completo das minhas mães... a gente sempre faz as coisas juntos... eu sei tudo sobre elas, entende? (Lucas, 8 anos).*

A fala de Lucas é bastante significativa, pois ele usa a palavra verdade, tanto para caracterizar a sua genitora, quanto para falar sobre o sentimento devotado às mães adotivas. A “mãe de verdade” é aquela que o gerou, no entanto, o sentimento “verdadeiro” é nutrido por aquelas que o criaram.

Ao usar a expressão verdade para designar sua genitora, ele aponta para o mito da maternidade biológica como aquela natural. Esse mito diz respeito a uma prática discursiva produzida coletivamente e arraigada a nossa cultura, que perpassa todas as relações sociais, organizacionais e institucionais, atuando em todo o processo de subjetivação dos sujeitos, processo que sempre é contínuo e inacabado.

Nesse sentido, a expressão utilizada por Lucas não é a de uma representação

voluntária, mas de um enunciado construído por forças discursivas produzidas através de jogos de poder que permeiam as práticas de si. Foucault (1985), citado por Ferreira-Neto (2011), afirma que essas práticas não são um exercício solitário, mas algo que se constrói nas práticas sociais, ocorrendo, muitas vezes, em estruturas comunitárias institucionalizadas.

No entanto, apesar de Lucas nomear a família de origem como a verdadeira, não significa adotá-la como sua família. Importante notar que ele justifica a veracidade e a força do seu vínculo afetivo com as mães adotivas pelo fato de ter crescido com elas, estabelecido uma rotina e saber sobre detalhes pessoais, fato que evidencia o estabelecimento de uma forte identificação com as companheiras que o adotaram.

A nomenclatura utilizada por nosso participante para designar suas cuidadoras: “mãe” e “mainha” anula qualquer questionamento que possa surgir sobre o real exercício da maternidade por essas duas mulheres. “A nominação fala do lugar das pessoas no sistema de parentesco, portanto, de seu lugar social em uma dada cultura” (Grossi, 2003, p.277). Desta maneira, o que é proeminente na expressão “ter duas mães” é que ao se referir assim ao casal parental, reconhece-se a possibilidade de existir mais de um indivíduo naquele lugar do sistema de parentesco.

Tendo em vista que o parentesco caracteriza-se como um conjunto de práticas que objetivam promover a conservação da vida e as demandas da morte, consideramos que “as práticas de parentesco são aquelas que emergem para dirigir as formas fundamentais da dependência humana” (Butler, 2003a, p.221). As relações de parentesco podem ser tidas como um dispositivo que não traz em si mesmo uma estrutura primariamente determinada, mas algo que se constrói a partir das vicissitudes da vida, independentemente da configuração familiar. Neste sentido, as práticas de parentesco podem ser exercidas por qualquer um que assumo esse lugar.

No entanto, todos os participantes do estudo conhecem seus pais biológicos, fato que obviamente repercute nos seus processos de subjetivação. Não podemos negar que para os colaboradores deste estudo os genitores têm um papel relevante nas práticas de subjetivação, seja pela aproximação ou pelo distanciamento afetivo.

Mateus, único participante cujo casal parental é constituído por dois homens, foi adotado após o falecimento de sua mãe biológica, quando ainda era um bebê. O pai biológico do nosso participante recusou-se a cuidar dele, entregando-o ao padrinho e a seu companheiro, que atualmente têm a guarda definitiva da criança. Como todos eles residem em uma cidade pequena no interior do Estado de Pernambuco, ocasionalmente Mateus encontra seu pai biológico em seus passeios; no entanto, este ignora por completo as tentativas da criança de aproximação.

Ao ser solicitado que desenhasse “a família que gostaria de ter”, ele é enfático: *“Como eu sonho que seja minha família?”* Se em todos os outros desenhos ele ficava um tempo pensativo antes de iniciar sua produção artística, nesse ele foi rápido, parecia saber exatamente o que queria. Desenhou o pai biológico e, a princípio, se recusou a contar uma estória sobre ele. Mas, posteriormente, depois de acrescentar uma nova figura ao desenho, inicia sua narrativa:

*Esse é meu pai. [...] Essa é minha professora com quem eu estudava [...] ela está ensinando e ele tá na escola... tá mais ou menos. [...] Na minha imaginação, eu vejo ele indo pra aula. [...] Eu ia pra aula também, mas agora eu tô de férias [...] ele se comportou mal e não teve férias (Mateus, 4 anos).*

Mateus encontra uma maneira de falar sobre seu pai e expressar os seus sentimentos de raiva. O pai do nosso participante não teve um bom comportamento, por isso precisa ser punido. Mas, a punição não pode ser dada por ele, por isso a necessidade

de inserir no desenho alguém que tenha autoridade para agir diante dessa situação. Os meios utilizados por Mateus para falar sobre a atitude negativa do pai apontam para um comportamento que subverte a passividade, tornando-o ativo participante no conjunto de circunstâncias que delimitam a sua trajetória de vida.

Carol também fala de uma maneira muito sucinta do seu pai, como um dos protagonistas da sua história de vida. Ela inicia a sua fala ao ver a imagem de duas mulheres abraçadas, em que uma se encontra grávida, no álbum de fotografias. *“Essa mulher tava grávida, mas o namorado dela deixou ela e não quis casar. Aí ela conheceu Marta e se apaixonou. Aí Marta disse que cuidava do bebê se ela quisesse. E as duas ficaram muito felizes”* (Carol, 8 anos).

A identificação de Carol com a imagem e a estória foi tão forte que ela prossegue o diálogo falando sobre sua própria história de vida:

*[...] É como se fosse minha história, sabia? Só que eu grande. [...] Meu pai não quis ficar com minha mãe... Assim, eu gosto dele sabe, ele é legal... Ele não vem muito aqui... Minha vó diz que ele abandonou minha mãe, mas eu não acredito. Ele diz que foi porque não amava ela. [...] Aí, ficou eu e minha. Um dia ela conheceu tia Vivian, ela se apaixonou... Aí minha tia disse que cuidava de mim, e agora eu tenho duas mães* (Carol, 8 anos).

Carol afirma que o pai não quis ficar com sua mãe biológica e tem que lidar com diversas versões sobre essa atitude. O fato é que a atitude do pai biológico de Carol fez com que ela restringisse seu núcleo familiar à mãe e a ela. Posteriormente, devido ao sentimento nutrido por sua mãe por outra mulher, uma terceira pessoa é introduzida à família. Desde então, segundo as próprias palavras da participante, Carol tem duas mães.

O tornar-se pai ou mãe nem sempre é uma coisa previsível, principalmente

entendendo que essa experiência não está associada, prioritariamente, a fatores biológicos. A parentalidade busca ampliar os limites das práticas parentais, abarcando as mais diversas possibilidades de situações que envolvem os cuidados de crianças por adultos (Silva, 2008).

Para Carol, a introdução da companheira de sua mãe em sua vida representou uma parceria em que o cuidado é a maior expressividade do sentimento existente entre elas. Os vínculos estabelecidos entre a participante e o casal parental mostram que para ser mãe, ou mesmo pai, é preciso muito mais do que gerar biologicamente. A dedicação, o amor, a atenção e os cuidados devotados ao filho devem ser o eixo de sustentação da relação, e são essas atitudes que irão determinar um desenvolvimento saudável. Dessa maneira, segundo Silva (2008, p.59), a parentalidade “faz parte da vivência parental e não da vivência gestacional apenas, mostrando que para alguém ser pai ou mãe não depende que se tenha gerado biologicamente o filho”.

A fala de Ana, abaixo, remete à parceria materna e à identificação firmada entre ela e a companheira de sua genitora.

*Tia Helena sempre me defende pra minha mãe. Ela cuida de mim, vai na escola, o que eu quero ela me dá. [...] às vezes... quando eu fico com raiva de mainha... tia Helena vem e me acalma, sabe? Ela diz que eu não posso ficar com raiva e que essa briga vai passar (Ana, 7 anos).*

De fato, Ana apresenta uma notória parceria afetiva com a companheira de sua genitora. Nos desenhos produzidos por Ana em que a tia (companheira da mãe) também aparece no papel, elas sempre estão de mãos dadas. A sequência dos personagens desenhados é respectivamente: o pai, a mãe, a “tia” e ela. Neste caso, não há contato físico entre ela e os pais biológicos, mas com a tia. Na aplicação do álbum de fotografias, a

identificação com a tia é evidenciada em diversos momentos: na temática sobre a escolha profissional, como apaziguadora de conflitos, como defensora, entre outros momentos:

*Antes eu queria ser uma policial, mas minha disse que não deixava porque era muito perigoso (risos). Aí, eu disse: tá bom. Aí ela perguntou porque eu não virava advogada (mesma profissão da mãe). Mas, eu não quero não. Prefiro ser jornalista igual a tia Helena (Ana, 7 anos).*

Nota-se que as falas dos nossos participantes apontam muito mais que a parentalidade exercida por seus pais e mães, adotantes ou biológicos. Os discursos aqui trazidos falam sobre experiências de vida, em que as relações existentes são constantemente significadas e ressignificadas.

Apesar de não poder promover generalizações, afirmamos que o afeto e o amor se constituem como aspectos fundamentais na representação das relações parentais, seja pela manifestação desses sentimentos ou pela desconstrução desse sentimento através da deterioração das relações.

## **5. Considerações finais**

Não pretendemos com esse estudo comprovar que não existem diferenças significativas entre famílias constituídas por um casal parental heterossexual e famílias constituídas a partir da união de duas pessoas do mesmo sexo. Há, sim, diferenças relevantes entre essas conjugalidades, a começar pela discriminação e preconceito que sofrem. Famílias constituídas por um casal do mesmo sexo têm que lidar frequentemente com a limitação da possibilidade de reprodução biológica sexuada. Além disso, existem especificidades para cada uma das uniões: casais formados por um homem e uma mulher, constituídos pela união de dois homens e os provenientes da união de duas mulheres

(Mello, 2005).

Apesar dessas peculiaridades, o que podemos perceber é que para as crianças e adolescentes que estão diretamente envolvidos nesses contextos, a definição de uma configuração familiar é demarcada pelos laços afetivos que são estabelecidos entre seus membros, não pela descendência biológica, nem pela orientação sexual do casal parental. “A afeição se constitui como a verdadeira base dos relacionamentos, não se aceitando mais nenhum outro limite” (Amazonas, Limas, Siqueira & Arruda, 2008). De fato, pode-se notar que existe uma parceria bastante forte entre as crianças/adolescente e o casal parental, fazendo com que eles tenham um importante papel na construção da subjetivação dessas/desse crianças/adolescente.

No entanto, as falas de nossos participantes não podem ser analisadas ou interpretadas por si só. Todas as contingências de suas vidas devem ser levadas em consideração como práticas discursivas e jogos de poder que perpassam a construção de subjetivação dos nossos participantes. Assim, consideramos que “as artes da existência são práticas de vida individual e coletiva em que não se dissociam práticas de subjetivação e práticas sociopolíticas, ações individuais e ações sociais” (Ferreira Neto, 2011, p. 96).

Oportunizar a esses jovens participantes o espaço da fala, propiciou apreendermos outro olhar sobre as relações existentes dentro das práticas familiares que por diversas vezes foram negadas socialmente. À luz da reflexão provocada pelos discursos dos nossos participantes, só nos cabe “desejar optar por uma outra estória, operar em um lugar que não seja nem legítimo nem ilegítimo” (Butler, 2003a, p.228), mas que simplesmente exista como uma das infinitas possibilidades de relações humanas.

## REFERÊNCIAS

- Amazonas, Maria Cristina; Lima, Albenise de Oliveira; Siqueira, Danielle de Fátima & Arruda, Gabriela (2008). Representação de Família e Material Didático. *Revista Interamericana de Psicologia*, 42(2), 236-246.
- Amazonas, Maria Cristina; Vieira, Luciana & Leite, Marcelo (Artigo em preparação, cedido pelos autores) *Representação de Professores sobre as Famílias onde o Casal Parental é do mesmo Sexo*.
- Arán, Márcia & Peixoto Junior, Carlos Augusto (2007). Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu* (28), 129-147.
- Butler, Judith (2001). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. Em: Louro, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp.153-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, Judith (2003a). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu* (21), 219-260.
- Butler, Judith (2003b). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Deleuze, Gilles (1986). *Nietzsche y la Filosofía*. Barcelona: Anagrama.
- Fairclough, Norman (2008). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Farias, Cristiano (2002). Direito Constitucional à Família. *Revista da Escola Superior da Magistratura de Sergipe*, 03, 319-330.
- Ferreira Neto, João (2011). *Psicologia, Políticas Públicas e SUS*. São Paulo: Escuta.
- Foucault, Michel (2007). *A História da Sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Graal.
- Golombok, Susan; Perry, Beth; Burston, Amanda; Marray, Clare; Mooney-Somers, Julie & Stevens, Madeleine (2003). Children With Lesbian Parents: A Community Study. *American Psychological Association*, 39(1), 20-33. Recuperado em 13 de fevereiro de 2013. Obtido em: [http://www.lgbt.org.ar/blog/Matrimonio/archivos/golombok\\_2003.pdf](http://www.lgbt.org.ar/blog/Matrimonio/archivos/golombok_2003.pdf)
- González, María del Mar & López, Francisca (2009). Relaciones familiares y vida cotidiana de niños y niñas que viven con madres lesbianas o padres gays. *Cultura y Educación*, 21 (4), 417-428.
- Grossi, Miriam (2003). Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. *Cadernos pagu* (21), 261-280.
- Mello, Luiz (2005). Outras Famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. *Cadernos Pagu* (24), 197-225. Recuperado em 18 de março de 2012. Obtido em:

<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a10.pdf>

- Melo, Liliane Maria (2008). *Parentalidade e Conjugalidade: a experiência de mulheres que tiveram um filho vítima de incesto*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Menezes, Katia Lacerda (2009). *Conversando com crianças: posicionamentos e sentidos em construção sobre família em contextos de conflito na justiça*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Mikhailovich, Katja; Martin, Sarah & Lawton, Stephen (2001). Lesbian and Gay Parents their experiences of children's health care in Australia. *International Journal of Sexuality and Gender Studies*, 6(3). Recuperado em 18 de fevereiro de 2013. Obtido em: <http://link.springer.com/article/10.1023%2FA1011586417276?LI=true#page-1>
- Preciado, Beatriz. (2002). *Manifiesto Contra-Sexual: prácticas subversivas de identidade sexual*. Madrid: Opera Prima.
- Preciado, Beatriz & Carrillo, Jesús (2007). Entrevista com Beatriz Preciado. *Cadernos Pagu* (28), 375-405.
- Santos, Maria Luiza (2012). Adoção por Casais Homoafetivos. Em: Ferraz, Carolina; Leite, Glauber & Newton, Paulla Christianne (coord.). *Cidadania Plural e Diversidade: a construção da igualdade nas diferenças* (pp.183-195). São Paulo: Verbaton.
- Silva, João Ricardo (2008) *Parentalidade e Conjugalidade em Uniões Homoafetivas Femininas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Silva, Tomaz Tadeu da (2000). A produção Social da Identidade e da Diferença. Em: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.73-102). Petrópolis: Vozes.
- Szymanski, Heloisa (2002). Teorias e “teorias” de Famílias. Em: Falcão, Maria do Carmo (Org.). *A Família Contemporânea em Debate* (pp.23-28). São Paulo: Educ/Cortez.
- Trinca, Walter (1997). Apresentação e aplicação. Em: Trinca, Walter (Org.). *Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento de desenhos de família com estórias* (pp.11-34). São Paulo: Vetor.
- Uziel, Anna Paula (2004). Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação. Em: Heilborn, Maria Luiza (Org.). *Família e sexualidade* (pp.87-118). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- Uziel, Anna Paula; Ferreira, Igor; Medeiros, Luciana; Antonio, Carlos Alexandre; Tavares, Marcelo; Moraes, Mariana; Andrade, Rafael & Machado, Renata (2006). Parentalidade e Conjugalidade: aparições no movimento homossexual. *Horizontes Antropológicos* (pp.203-227). Porto Alegre: 12(26).
- Veiga-Neto, Alfredo. (2007). *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Woodward, Kathryn (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em: Silva, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.7-72). Petrópolis: Vozes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi exposto, podemos perceber que as configurações familiares formadas a partir da união de duas pessoas do mesmo sexo são atravessadas por valores morais, socioculturais, econômicos e políticos, sendo praticamente impossível promover uma compreensão sobre essa possibilidade de configuração familiar sem contextualizá-la. O lugar que a relação homoafetiva ocupa atualmente não pode ser percebido se desprezarmos a sua historicidade. Infelizmente, famílias constituídas a partir da união de duas mulheres e/ou de dois homens frequentemente têm que lidar com as barreiras impostas pela falta de reconhecimento social e legitimação.

Devemos ter sobre os/as participantes uma compreensão que englobe toda a complexidade de suas existências enquanto seres humanos. Dessa maneira, consideramos que apesar de o discurso dos/as nossos/as participantes ser perpassado pela heteronormatividade, seus desejos, crenças e fantasias são reflexos de suas experiências pessoais e espelham as contingências de suas vidas. As crianças e adolescentes filhos/as de casais do mesmo sexo encontram saídas criativas para lidar com as peculiaridades de seu contexto familiar e os percalços sociais que lhes são impostos.

Quando se trata do reconhecimento social e legitimação dessas configurações familiares, os preconceitos e os estereótipos ainda funcionam como empecilhos. Esta é, portanto, uma temática polêmica que não se esgota em apenas um trabalho acadêmico. Novos estudos poderiam aprofundar a questão aqui trabalhada, promovendo reflexões cada vez mais consistentes sobre os aspectos envolvidos na socialização de crianças e adolescentes por pessoas do mesmo sexo.

## REFERÊNCIAS

- Amazonas, Maria Cristina; Lima, Albenise de Oliveira; Siqueira, Danielle de Fátima & Arruda, Gabriela (2008). Representação de Família e Material Didático. *Revista Interamericana de Psicologia*, 42(2), 236-246.
- Amazonas, Maria Cristina; Vieira, Luciana & Leite, Marcelo (Artigo em preparação, cedido pelos autores) *Representação de Professores sobre as Famílias onde o Casal Parental é do mesmo Sexo*.
- Aiello-Vaisberg, Tânia Maria (1997). Investigações de Representações Sociais. Em: Trinca, Walter (org). *Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento de desenhos de família com estórias* (pp.255-288). São Paulo: Vetor.
- Arán, Márcia & Peixoto Junior, Carlos Augusto (2007). Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu* (28), 129-147.
- Araújo, Maria de Fátima (2002). Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22(2), 70-77. Recuperado em 15 de maio de 2012. Obtido em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932002000200009&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932002000200009&script=sci_arttext)
- Ariès, Philippe (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Birman, Joel (2001). *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brasil (2009). Lei 8.069/1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Brasil (2003). Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos* (pp.33-41). *Pesqui. Odontotol. Bras.* 17 (Supl. 1). Acesso em 04 de março de 2013. Em: <http://www.sbpqo.org.br/suplementos/33%20-%20Diretrizes.pdf>
- Butler, Judith (2001). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. Em: Louro, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp.153-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, Judith (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Butler, Judith (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu* (21), 219-260.
- Cavalcanti, Rosália Andrade (2009). *Corpos Reinventados: a questão dos gêneros em Freud*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Costa, Jurandir Freire (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de

- Janeiro: Relume Dumará.
- Costa, Jurandir Freire (1995). *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.
- Deleuze, Gilles (1986). *Nietzsche y la Filosofía*. Barcelona: Anagrama.
- Denzin, Norman & Lincoln, Yvonna (org.) (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Epstein, Rachel (2005). Queer Parenting in the New Millennium: Resisting Normal. *Canadian Woman Studies*, 24(2), 7-14. Recuperado em 1º de junho de 2012. Obtido em: <http://pi.library.yorku.ca/ojs/index.php/cws/article/viewFile/6108/5296>
- Fairclough, Norman (2008). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Farias, Cristiano (2002). Direito Constitucional à Família. *Revista da Escola Superior da Magistratura de Sergipe*, 03, 319-330.
- Farias, Mariana & Maia, Ana Cláudia (2009). *Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica*. Curitiba: Juruá.
- Fernández, Rafael & Vilar, Alberte (2004). Aportaciones desde la salud mental a la teoría de la adopción por parejas homosexuales. *Avances en Salud Mental Relacional/Advances in relational mental health*, 3(2), Revista Internacional On-line. Recuperado em 03 de junho de 2010. Obtido em: [http://www.psiquiatria.com/imgdb/archivo\\_doc59.pdf](http://www.psiquiatria.com/imgdb/archivo_doc59.pdf)
- Ferreira, Sueli (2001). *Imaginação e linguagem no desenho da criança*. Campinas: Papirus.
- Ferreira Neto, João (2008). A experiência da pesquisa e da orientação: uma análise genealógica. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, 20 (2), 533-546. Recuperado em: 10 de outubro de 2012. Obtido em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-029222008000200017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-029222008000200017)
- Ferreira Neto, João (2011). *Psicologia, Políticas Públicas e SUS*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, Luiz Carlos (2005). *Adoção para homossexuais*. Curitiba: Juruá.
- Foucault, Michel (1994). *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel (1996). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola.
- Foucault, Michel (2007). *A História da Sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Graal.
- Gaiva, Maria Aparecida (2009). Pesquisa envolvendo crianças: aspectos éticos. *Revista Bioética*, 17(1), 135-146. Recuperado em 17 de 2012. Obtido em: [http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/viewFile/85/88](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/85/88)

- Golombok, Susan; Perry, Beth; Burston, Amanda; Marray, Clare; Mooney-Somers, Julie & Stevens, Madeleine (2003). Children With Lesbian Parents: A Community Study. *American Psychological Association*, 39(1), 20-33. Recuperado em 13 de fevereiro de 2013. Obtido em: [http://www.lgbt.org.ar/blog/Matrimonio/archivos/golombok\\_2003.pdf](http://www.lgbt.org.ar/blog/Matrimonio/archivos/golombok_2003.pdf)
- González, María del Mar & López, Francisca (2009). Relaciones familiares y vida cotidiana de niños y niñas que viven com madres lesbianas o padres gays. *Cultura y Educación*, 21 (4), 417-428.
- Grossi, Miriam (2003). Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. *Cadernos pagu* (21), 261-280.
- Hall, Stuart. (2000) Quem precisa de identidade? Em: Silva, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.103-133). Rio de Janeiro: Vozes.
- Jeronymo, Celina (2005). Análise do Discurso: as marcas do sujeito. *Conteúdo: Núcleo de Produção Científica e Cultural da CNEC Capivari*, São Paulo, 135-142.
- Kramer, Sonia (2002). Autoria e autorização: Questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 0(116), 41-59. Recuperado em 27 de julho de 2012. Obtido em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200003)
- Laqueur, Thomas (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Leite, Marcelo (2010). *Escola e representação: como professores do ensino fundamental representam as famílias resultantes de uniões homoafetivas*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Lionço, Tatiana & Diniz, Debora (2008). Homofobia, Silêncio e Naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. *Revista de Psicologia Política*, 8(16), 307-324. Recuperado em 20 de setembro de 2011. Obtido em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n16/v8n16a09.pdf>
- Lomando, Eduardo (2008). *Conjugalidade Gay e Lésbica e Rede de Apoio Social*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Louro, Guacira Lopes (2000). Pedagogias da sexualidade. Em: Louro, Guacira Lopes (Org.) *O corpo Educado: pedagogias da sexualidade* (pp.7-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, Guacira Lopes (2004). *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Martos, José Maria Fernández & Vidal, Marciano (1998) Esclarecimentos Fundamentais: nome definição, tipos e normalidade. Em: Vidal, Marciano; Martos, José Maria Fernández; Gafo, Javier; Lasso, Pablo; Higuera, Gonzalo & Ruiz, Gregorio. *Homossexualidade: ciência e consciência* (pp.7-16). São Paulo, SP: Edições Loyola.

- Mello, Luiz (1999). *Família no Brasil dos anos 90: Um estudo sobre a construção social da conjugalidade homossexual*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília.
- Mello, Luiz (2005). *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Mello, Luiz (2005). Outras Famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. *Cadernos Pagu* (24), 197-225. Recuperado em 18 de março de 2012. Obtido em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a10.pdf>
- Melo, Liliane Maria (2008). *Parentalidade e Conjugalidade: a experiência de mulheres que tiveram um filho vítima de incesto*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Meyer, Dagmar (2003). Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. *Movimento*, 9(3), 33-58.
- Menezes, Katia Lacerda (2009). *Conversando com crianças: posicionamentos e sentidos em construção sobre família em contextos de conflito na justiça*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Mikhailovich, Katja; Martin, Sarah & Lawton, Stephen (2001). Lesbian and Gay Parents their experiences of children's health care in Australia. *International Journal of Sexuality and Gender Studies*, 6(3). Recuperado em 18 de fevereiro de 2013. Obtido em: <http://link.springer.com/article/10.1023%2FA%3A1011586417276?LI=true#page-1>
- Nascimento, Maria Leticia (2011). Apresentação Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social” Jeans Qvortrup. *Pro-Posições*, 22(1) (pp.199-211). Recuperado em 28 de março de 2012 em <http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n1/15.pdf>
- Natividade, Michelle Regina; Coutinho, Maria Chalfin & Zanella, Andréa Vieira (2008). Desenho na pesquisa com crianças: análise na perspectiva histórico-cultural. *Contextos Clínicos*, 1(1), 9-18.
- Negreiros, Teresa Creusa (2004). Sexualidade e gênero no envelhecimento. *Alceu*, 5(9), 77-86. Recuperado em 21 de setembro de 2011. Obtido em: [http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu\\_n9\\_negreiros.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n9_negreiros.pdf)
- Neri, Regina (2005). *A psicanálise e o feminino: Um horizonte da modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Pereira, Laís de Toledo (2005). O desenho infantil e a construção da significação: um estudo de caso. *Portal da Unesco*. Recuperado em 4 de junho de 2012. Obtido em: <http://portal.unesco.org/culture/en/files/29712/11376608891lais-krucken-pereira.pdf/lais-krucken-pereira.pdf>
- Peres, Ana Paula (2006). *A adoção por Homossexuais: fronteiras da família na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Preciado, Beatriz. (2002). *Manifiesto Contra-Sexual: prácticas subversivas de identidad*

- sexual*. Madrid: Opera Prima.
- Preciado, Beatriz & Carrillo, Jesús (2007). Entrevista com Beatriz Preciado. *Cadernos Pagu* (28), 375-405.
- Richards, Jeffrey (1993). *Sexo, Desvio e Danação: as minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Roseneil, Sasha (2006). Viver e Amar para lá da Heteronorma: uma análise queer das relações pessoais no século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 33-51. Recuperado em 14 de dezembro de 2011. Obtido em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/76/RCCS76-033-051-Sasha%20Roseneil.pdf>
- Santos, Maria Luiza (2012). Adoção por Casais Homoafetivos. Em: Ferraz, Carolina; Leite, Glauber & Newton, Paulla Christianne (coord.). *Cidadania Plural e Diversidade: a construção da igualdade nas diferenças* (pp.183-195). São Paulo: Verbaton.
- Silva, Gerlândia de Castro & Silva, Josenilda Maria (2012). Da Análise do Discurso à Apreciação das Práticas Discursivas: Possibilidades Metodológicas para a Pesquisa em educação. *Revista do Difere*, 2(3), 1-19.
- Silva, João Ricardo (2008) *Parentalidade e Conjugalidade em Uniões Homoafetivas Femininas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Silva, Tomaz Tadeu da (2000). A produção Social da Identidade e da Diferença. Em: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.73-102). Petrópolis: Vozes.
- Sullivan, Andrew (1996). *Praticamente Normal: Uma Discussão sobre o Homossexualismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Szymanski, Heloisa (2002). Teorias e “teorias” de Famílias. Em: Falcão, Maria do Carmo (Org.). *A Família Contemporânea em Debate* (pp.23-28). São Paulo: Educ/Cortez.
- Trinca, Walter (1997). Apresentação e aplicação. Em: Trinca, Walter (Org.). *Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento de desenhos de família com estórias* (pp.11-34). São Paulo: Vetor.
- Uziel, Anna Paula (2002). *Família e homossexualidade: novas questões, velhos problemas*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas.
- Uziel, Anna Paula (2004). Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação. Em: Heilborn, Maria Luiza (Org.). *Família e sexualidade* (pp.87-118). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- Uziel, Anna Paula; Ferreira, Igor; Medeiros, Luciana; Antonio, Carlos Alexandre; Tavares, Marcelo; Moraes, Mariana; Andrade, Rafael & Machado, Renata (2006). Parentalidade e Conjugalidade: aparições no movimento homossexual. *Horizontes Antropológicos* (pp.203-227). Porto Alegre: 12(26).

- Veiga-Neto, Alfredo. (2007). *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Veiga-Neto, Alfredo. (2009). Teoria e Método em Michel Foucault (im)possibilidades. *Cadernos de Educação*, FaE/PPGE/UFPEL, Pelotas, 1(34), 83-94. Recuperado em 24 de agosto de 2012. Obtido em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n34/06.pdf>
- Woodward, Kathryn (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em: Silva, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.7-72). Petrópolis: Vozes.
- Zambrano, Elizabeth (2006). Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12(26), 123-147. Recuperado em 13 de março de 2012. Obtido em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a06v1226.pdf>

## **ANEXOS**

## **Anexo A**

### **I TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como os filhos de casais do mesmo sexo representam a si mesmos, a seus pais/mães e as suas famílias. Embora já exista um número razoável de pesquisas sobre famílias formadas por pessoas do mesmo sexo, enfocando aspectos como conjugalidade e parentalidade, ainda são raras as pesquisas que investiguem os filhos desses casais tanto em âmbito internacional quanto nacional. Investigações sobre essa temática são difíceis de serem levadas a cabo, pois estes casais, ainda que concordem em serem investigados, resistem à ideia de consentir o mesmo para seus filhos, pensando que assim, o estão protegendo. No entanto, estas pesquisas poderiam desfazer mitos e crenças acerca das implicações que este modelo de família poderia acarretar para o desenvolvimento dos filhos.

Caso você conceda a permissão para seu filho/a participar, ele/a também deverá ser consultado/a a respeito do seu desejo de participar e apenas obtendo o consentimento dele/a próprio/a, o estudo se realizará.

Durante o estudo, seu filho/a participará de uma técnica denominada Desenho da Família com Estória (DF-E) na qual deverá realizar quatro desenhos a respeito do tema da família. Serão: 1) Desenhe uma família qualquer; 2) Desenhe uma família que gostaria de ter; 3) Desenhe uma família em que alguém não está bem e, por fim, 4) Desenhe a sua família. Após cada desenho ele deverá contar uma história a respeito do desenho que realizou.

Em nenhuma hipótese mencionaremos a orientação sexual de seus pais e todos os cuidados e condutas éticas serão observadas para não expor as crianças e os adolescentes e nenhum risco. Caso seu filho/a demonstre alguma perturbação ou constrangimento, a coleta será imediatamente interrompida e todo apoio psicológico necessário lhe será concedido, além de lhe comunicarmos o fato. A qualquer momento tanto ele/a próprio/a quanto você poderá desistir da participação sem sofrer qualquer tipo de prejuízo.

Ao aceitar participar estará contribuindo significativamente para quebrar mitos em torno desta realidade familiar, o que possibilitará uma maior inclusão dos membros que a constituem.

Os resultados da pesquisa poderão ser usados por profissionais que lidam nos mais diferentes setores com esta população, tais como psicoterapeutas, operadores do Direito, educadores, entre outros.

Assim que a pesquisa for concluída os resultados lhe serão comunicados através de entrevista individual. Serão, também apresentados em Congressos e Simpósios sem, no entanto, de nenhum modo permitir a identificação dos participantes.

Eu, \_\_\_\_\_, dou meu consentimento livre e esclarecido para a participação de meu filho/a como voluntário/a do projeto de pesquisa: FILHOS DE CASAIS DO MESMO SEXO: COMO REPRESENTAM A SI MESMOS, A SEUS PAIS/MÃES E A SUAS FAMÍLIAS, sob a responsabilidade da pesquisadora Gilclécia Oliveira Lourenço, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, sob orientação da doutora Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas, professora da Universidade Católica de Pernambuco.

Assinado este Termo de Consentimento, estou ciente de qual será a participação do meu filho/a na pesquisa.

- 1) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação do meu filho/a nesta pesquisa.
- 2) Meus dados pessoais e os do meu filho/a serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
- 3) Terei acesso aos resultados da pesquisa, através da pesquisadora responsável pelo projeto, assim que esta tiver sido encerrada.
- 4) Poderei contatar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, se o achar necessário, o qual encaminhará o procedimento adequado.

Recife, \_\_\_\_\_ de 2011.

---

Assinatura da participante

Número do RG:

## Anexo B

### II TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como os filhos de casais do mesmo sexo representam a si mesmos, a seus pais/mães e as suas famílias. Caso você conceda a permissão para seu filho/a participar, ele/a também irá ser consultado/a a respeito do seu desejo de participar e apenas obtendo o consentimento dele/a próprio/a, o estudo se realizará.

Durante esta segunda fase do estudo, utilizaremos um “álbum de fotografias”, construído com diversas figuras de famílias, o qual será apresentado a seu/sua filho/a e solicitado que conte uma estória ou fale sobre o que sente ao visualizar cada imagem. Após a instrução ser dada o/a participante é livre para falar sobre aquilo que quiser e sobre o que chamar a sua atenção nas imagens. Dessa maneira, o álbum de fotografias servirá como um instrumento facilitador do diálogo. Antes de utilizarmos o instrumento com seu/sua filho/a, você terá conhecimento de todo o conteúdo do “álbum de fotografias” podendo se posicionar contra o uso de qualquer uma das imagens.

Em nenhuma hipótese mencionaremos a orientação sexual de seus pais e todos os cuidados e condutas éticas serão observadas para não expor as crianças e os adolescentes e nenhum risco. Caso seu/sua filho/a demonstre alguma perturbação ou constrangimento, a coleta será imediatamente interrompida e todo apoio psicológico necessário lhe será concedido, além de lhe comunicarmos o fato. A qualquer momento tanto ele/a próprio/a quanto você poderá desistir da participação sem sofrer qualquer tipo de prejuízo.

Ao aceitar participar estará contribuindo significativamente para quebrar mitos em torno desta realidade familiar, o que possibilitará uma maior inclusão dos membros que a constituem.

Os resultados da pesquisa poderão ser usados por profissionais que lidam nos mais diferentes setores com esta população, tais como psicoterapeutas, operadores do Direito, educadores, entre outros.

Assim que a pesquisa for concluída os resultados lhe serão comunicados através de entrevista individual. Serão apresentados, também, em Congressos e Simpósios sem, no entanto, de nenhum modo permitir a identificação dos participantes.

Eu, \_\_\_\_\_, dou meu consentimento livre e esclarecido para a participação de meu filho/a como voluntário/a do

projeto de pesquisa: FILHOS DE CASAIS DO MESMO SEXO: COMO REPRESENTAM A SI MESMOS, A SEUS PAIS/MÃES E A SUAS FAMÍLIAS, sob a responsabilidade da pesquisadora Gilclécia Oliveira Lourenço, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, sob orientação da doutora Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas, professora da Universidade Católica de Pernambuco.

Assinado este Termo de Consentimento, estou ciente de qual será a participação do meu filho/a na pesquisa.

- 1) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação do meu filho/a nesta pesquisa.
- 2) Meus dados pessoais e os do meu filho/a serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
- 3) Terei acesso aos resultados da pesquisa, através da pesquisadora responsável pelo projeto, assim que esta tiver sido encerrada.
- 4) Poderei contatar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, se o achar necessário, o qual encaminhará o procedimento adequado.

Recife, \_\_\_\_\_ de 2012.

---

Assinatura da participante

Número do RG:

## Anexo C

### PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP  
Registro nº 25000-050953/2004-81 CONEP/CNS/MS, de 22/04/2004



Recife, 22 de novembro de 2006

PARECER Nº 154/2006 - CEP UNICAP

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião do dia 21 de novembro de 2006, considerou APROVADO, o Projeto de Pesquisa registrado com o CAAE-0101.0.096.000-06 (CEP-144/2006), intitulado:

"A PARENTALIDADE E A CONJUGALIDADE, HOJE, E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE INFANTIL", que tem, como pesquisadora principal:

Profa. Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas (PSICOLOGIA)

#### RESUMO DO PARECER

- O estudo não apresenta riscos de agravos éticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho de Saúde, com a Declaração do Helsinque e com o Código de Nuremberg para experimentação humana.

O Relatório Final deverá ser entregue em setembro / 2008, conforme cronograma apresentado no Projeto de Pesquisa aprovado.

Valemo-nos da oportunidade para solicitar-lhe que, ao consultar o CEP UNICAP, indique o número do processo já referenciado.

Atenciosamente,

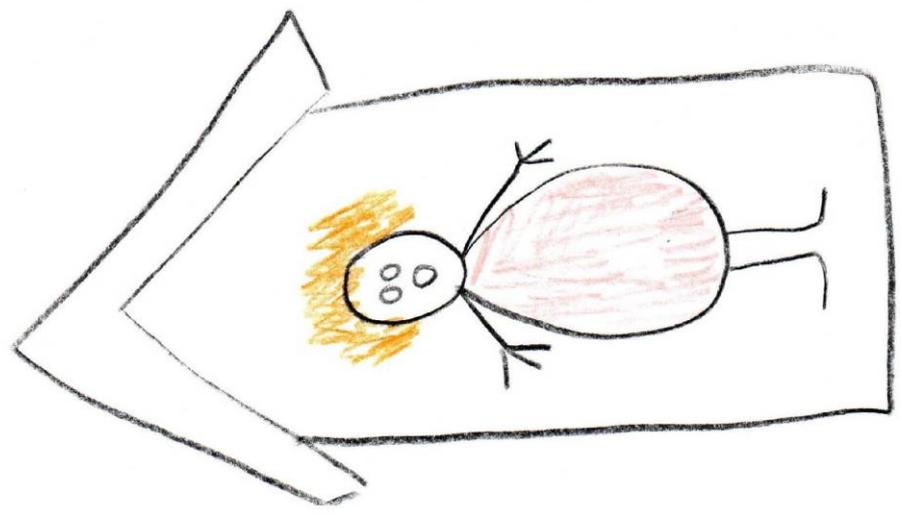
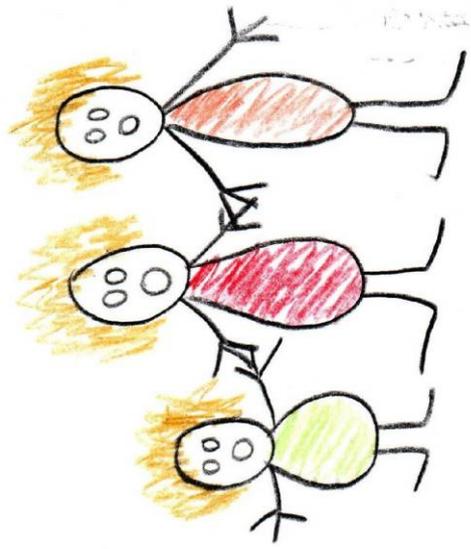
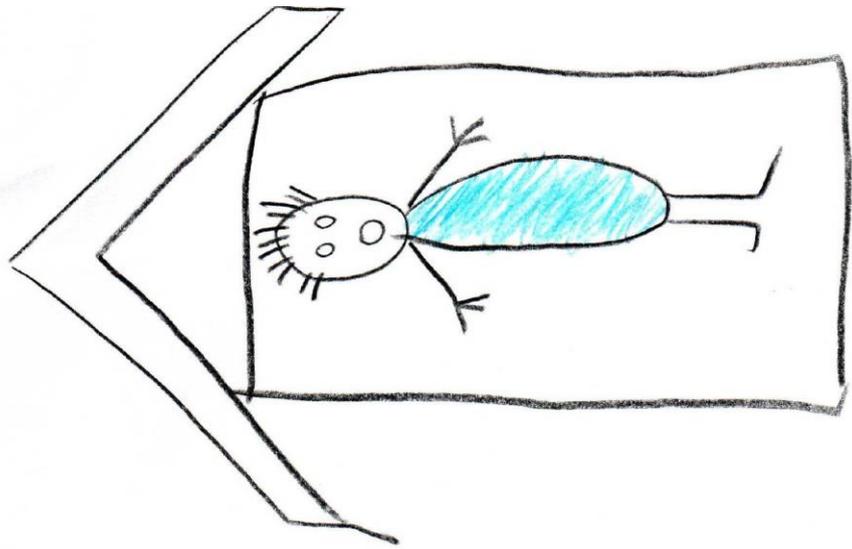
  
Prof. Dr. Junot Cornélio Matos  
Pró-reitor Acadêmico - PRAC  
Universidade Católica de Pernambuco

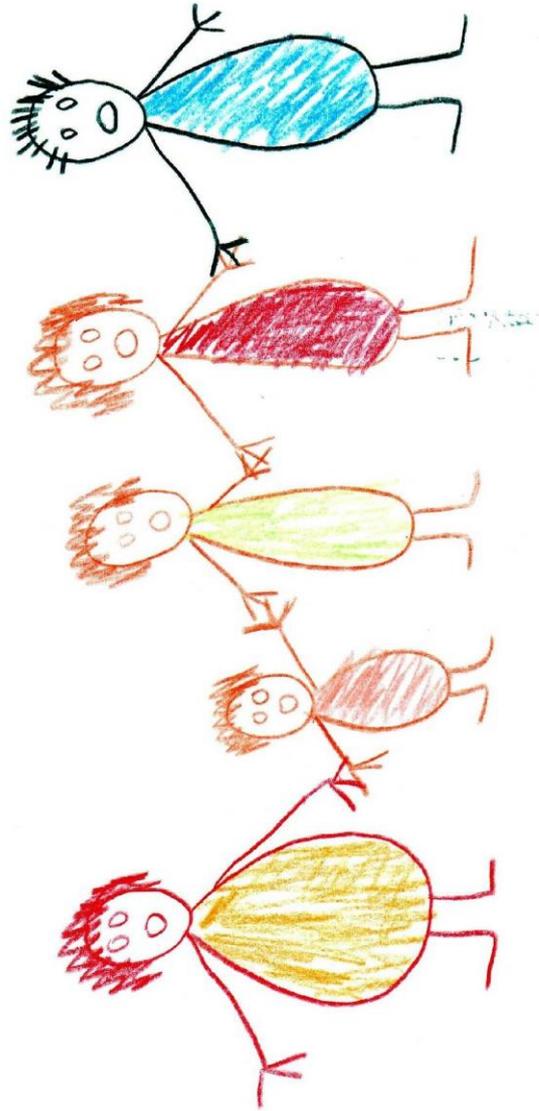
  
Profa. Dra. Arminda Saconi Messias  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa  
Coordenadora Geral de Pesquisa - COGEPESQ  
Universidade Católica de Pernambuco

SAS 3375.4-0  
22/11/2006 16:20:28

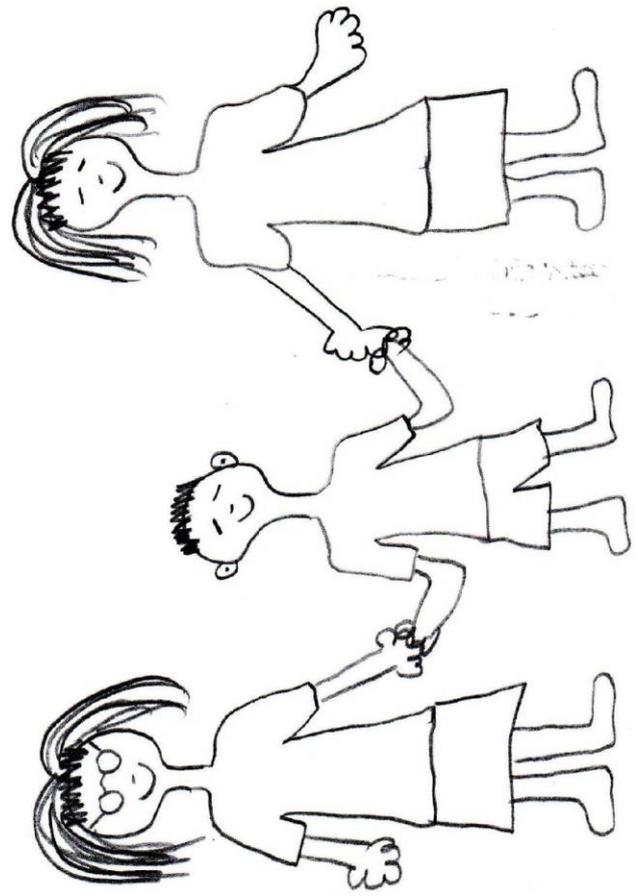
## **Anexo D**

### **ALGUNS DOS DESENHOS-ESTÓRIAS CONSTITUINTES DO *CORPUS***





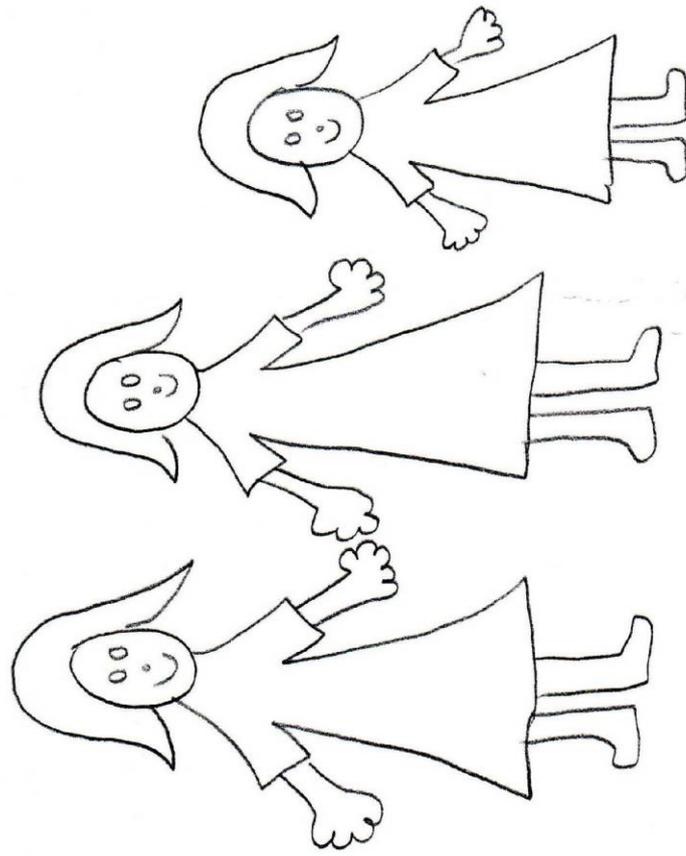
family dinner





PEAMB

ALLIMAZ AHWIM



## **Anexo E**

### **IMAGENS UTILIZADAS NO ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS**

*Era uma vez...*

1



2



3



4



5



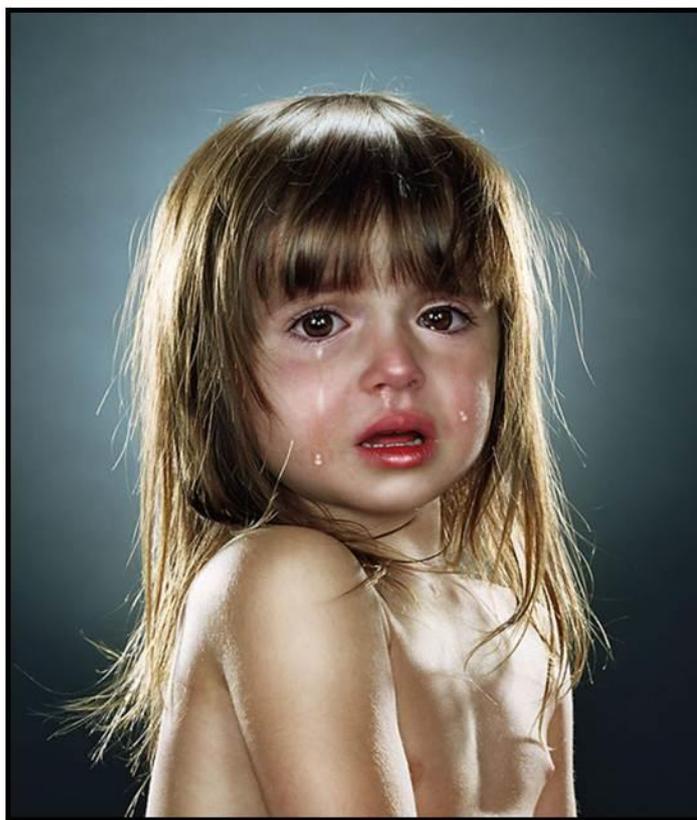
6



7



8





11



12



13



14

